

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**OS ARTIFÍCIOS DO ESTADO PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL:
O DISCURSO DO “COMÉRCIO JUSTO”**

**SÃO CRISTÓVÃO - SE
2015**

LEANDRO CAVALCANTI REIS

**OS ARTIFÍCIOS DO ESTADO PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL:
O DISCURSO DO “COMÉRCIO JUSTO”**

Dissertação apresentado ao Progrma de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGeo/UFS – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia - área de Concentração Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional, linha de pesquisa Organização e Produção do Espaço Agrário. **Orientadora:** Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição

**SÃO CRISTÓVÃO - SE
2015**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Reis, Leandro Cavalcanti
R375a Os artifícios do Estado para a reprodução do capital : o
discurso do “comércio justo” / Leandro Cavalcanti Reis ;
orientadora Alexandrina Luz Conceição. – São Cristóvão, 2015.
131 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal
de Sergipe, 2015.

1. Geografia agrícola. 2. Geografia econômica. 3. Agricultura e
Estado. 4. Capital (Economia). 5. Economia solidária. 6. Renda
agrícola. I. Conceição, Alexandrina Luz, orient. II. Título.

CDU 911.3:63

LEANDRO CAVALCANTI REIS

**OS ARTIFÍCIOS DO ESTADO PARA A REPRODUÇÃO DO CAPITAL:
O DISCURSO DO “COMÉRCIO JUSTO”**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – PPGEO/UFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia- área de Concentração Organização e Dinâmica dos Espaços Agrário e Regional, linha de pesquisa Organização e Produção do Espaço Agrário. Orientadora: Profa. Dra. Alexandrina Luz Conceição

Aprovado em:
São Cristóvão 25 de Setembro de 2015

Profa. Dra. Alexandrina Conceição (NPGeo) UFS
Orientadora

Profa. Dra. Raimunda Áurea Dias de Sousa
Examinadora

Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes
Examinadora

Dedico aos trabalhadores e trabalhadoras que lutam diariamente pela sobrevivência e aqueles que não apenas interpretam o mundo, mas contribuem para transformá-lo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Joana D'arc e Adalto, a minha irmã Luana, e a todos os meus familiares, por todo o apoio recebido.

A minha amiga e orientadora, Alexandrina Luz Conceição, por toda a contribuição, a dedicação, o empenho e a paciência na orientação, pelos ininterruptos conhecimentos socializados e, sobretudo, pela ajuda para enfrentar as dificuldades no mestrado; suas palavras de força foram de suma importância para me revivificar. A você, o eterno agradecimento.

A minha amiga Áurea, pela contribuição não somente na construção deste trabalho, mas, principalmente, no papel despertador e incentivador à pesquisa para a transformação da sociedade. Esta pesquisa começou a brotar na fase de campo da sua pesquisa de doutorado onde comecei a buscar respostas para entender essa questão.

Agradeço à professora Sônia Menezes, pela grande contribuição para a realização da pesquisa e pelas importantes indicações para este trabalho.

A todos os meus camaradas, do PCB e da UJC, pela dedicação à luta pela superação revolucionária da ordem, pela contribuição a minha formação política. Allana, Pedro, Igor, Izadora, Claudinha. Agradeço, especialmente, Lucas e Leonardo e Ronilson. Lucas Gama deu grande força principalmente no momento auge das dificuldades enfrentadas. Suas palavras e presença foram importantes para reanimar a mim e a pesquisa, muito obrigado. Leonardo pelas belas aulas de Espanhol que contribuíram para lograr êxito na prova de Línguas. Ronilson é para mim mais que um camarada, um amigo, um irmão; desde o período da graduação contribui para minha formação; sua dedicação e seu vigor na luta por uma transformação radical da sociedade me inspiram.

A Jeordana, pelo companheirismo, especialmente pela compreensão em momentos que não podia estar presencialmente ao seu lado, e também pelo estímulo dado nos momentos difíceis.

A Josefa Lisboa que, apesar da pouca convivência, demonstrou sempre solícita, teve compreensão total e me vigorou com suas palavras quando passava por um dos momentos mais delicados de minha vida

Aos amigos Natanael, Evanilson, Alyson, Priscila, Geraldo, Claudilene, Jaqueline, Milena, Clésio.

Agradeço aos companheiros do SPARTAKUS e do Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as políticas de reordenamentos territoriais (GPECT), por proporcionarem um aprofundamento teórico nos estudos do Marxismo, pelo compartilhamento de pesquisas

do grupo e participação nas atividades que contribuíram intensamente para a concretude desta pesquisa, especialmente, André, Ariel, Léo, Marcelo, Shauane, Danilo, Márcio, Jordana, Wanessa, Duda, Ricardo, Júnior, Guto, Michelle, Eliany,

Agradeço, ainda, aos amigos, que fiz em Sergipe, principalmente, Vanilza, Débora, Ihana, Lucas, Lucas Lyra, Priscila.

Agradeço a Jordana, pela partilha das angústias e alegrias, pela sua presença amiga.

Agradeço aos Professoras Christiane, Vera, Eraldo.

Aos Professores da Universidade de Pernambuco, Celice, Luiz Henrique, Sidclay e Yolanda.

Agradeço aos Professores, técnico-administrativos e estudantes do Programa de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo).

Agradeço aos colegas Professores e demais funcionários da Escola Municipal Antonila da França Cardoso – Juazeiro, especialmente, Janete e Lurdes e Roberto pela imensa colaboração para a concretização do curso. E também não podia esquecer me dos amigos da Escola José Esmerindo Ribeiro e Escola Municipal Professor Nicolau Boscardin – Petrolina.

Agradeço aos trabalhadores da fazenda Pritam e a todos os que colaboraram direta e indiretamente com a realização da presente pesquisa.

“levantar um peso de dez quilos, um homem dotado de certo grau de força trabalha tanto quanto um homem com força cinco vezes maior que levanta um peso de cinquenta quilos. Quem satisfaz uma sede ardente engolindo uma jarra de água não goza prazer maior do que seu camarada que, estando com uma leve sede, engole apenas um copo. A meta do comunismo em questão é a igualdade nas dores e nos prazeres, não no consumo das coisas e nas tarefas do trabalhador”

(MÉSZÁROS, 2002 p.307)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado intitulada *Os artifícios do Estado para a reprodução do capital: o discurso do “comércio justo”* teve como objetivo analisar a funcionalidade do “comércio justo” no processo de acumulação do capital, a partir da realidade da empresa PRITAM, situada no Submédio São Franciscano, localizada no município de Casa Nova-BA. Partimos dos seguintes questionamentos: O “comércio justo” constitui uma relação comercial alternativa ao capital ou atende à lógica da acumulação por expropriação? Essa forma de produção garante aos trabalhadores do campo melhoria das condições de vida e trabalho? A preposição da pesquisa adotou o materialismo histórico dialético que garante que a análise da realidade seja considerada em sua totalidade, em uma interdependência de fenômenos, e de multideterminações. Nesse sentido, foram desenvolvidas leituras teóricas reflexivas sobre a exploração da força de trabalho no campo, a monopolização e a territorialização do território, a funcionalidade do Estado para o capital e o “comércio justo” no contexto da mundialização do capital. Constatou-se que há uma ampla difusão de discursos que afirmam que o “comércio justo” é um importante meio de enfrentamento às desigualdades socioespaciais, e de que essa forma de relação comercial constituirá uma sociedade justa. Esse pensamento tem ganhado força em diversos grupos (movimentos sociais; partidos políticos; intelectuais, inclusive de geógrafos) e, faz parte das políticas de Estado. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção, e no seu corolário — o consumo. Nesse sentido, foi possível identificar os limites do “comércio justo”. No enfrentamento do embate capital-trabalho, a empresa usa o selo para entrar em outra posição no mercado, deslocando-se de um mercado de *commodities* para um nicho de mercado que em vez de funcionar como estratégia de luta contra a exploração do trabalho no campo, tem servido como forma de garantir a extração da renda da terra.

Palavras chave: “Comércio justo”; Capital; Estado; Renda da terra.

ABSTRACT

This thesis aims entitled The State of devices for the reproduction of capital: the discourse of "fair trade" aimed to analyze the functionality of the "fair trade" in the capital accumulation process, from the reality of PRITAM company, located in Submédio São Franciscano, located in Casa Nova-BA. We start the following questions: the "fair trade" is an alternative to the capital or business relationship meets the logic of accumulation by dispossession? This form of production guarantees rural workers better conditions of life and work? A search of the preposition adopted the dialectical historical materialism which ensures that the analysis of reality is considered in its entirety, in an interdependent phenomena, and multideterminações. In this sense, theoretical readings reflective been developed on the exploitation of the labor force in the countryside, monopolization and territorial planning, state functionality to capital and "fair trade" in the capital of the globalization context. It was found that there is a wide spread of speeches claiming that the "fair trade" is an important means of addressing the socio-spatial inequalities, and that this form of business relationship will be a just society. That thought has gained strength in several groups (social movements, political parties, intellectuals, including geographers) and is part of the state policies. In all its particular forms of information or advertising, publicity or direct entertainment consumption, the spectacle is the present model of socially dominant life. It is the omnipresent affirmation of the choice already made in production and its corollary - the consumer. Thus, it was possible to identify the limits of "fair trade". In addressing the capital-labor struggle, the company uses the label to enter another market position, moving from a commodity market to a niche market that rather than work as a strategy to combat the exploitation of labor in the field , has served as a way to ensure the extraction of rent of land.

Keywords:: "fair trade"; capital; State; Rent of land.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 01	- Divisão do PIB do polo por setor.....	60
GRÁFICO 02	- percentual por município do PIB agropecuário do polo.....	61
GRÁFICO 03	- Destinos da exportação de uva produzida no polo.....	63
GRÁFICO 04	- Participação da exportação de manga produzida no polo.....	63
GRÁFICO 05	- Sobre o significado do comércio justo para os trabalhadores.....	117
GRÁFICO 06	- Sobre o interesse no acesso a terra.....	118

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	- O novo capitalismo segundo Halal.....	47
QUADRO 02	- Contraste entre o fordismo e a acumulação flexível segundo Swyngedouw.....	48
QUADRO 03	- Exemplos de certificações e suas características.....	71
QUADRO 04	- Divulgação SEBRAE da APROAC.....	106
QUADRO 05	- Divulgação SEBRAE/ABANORTE 2007 Manga Brasil.....	111

LISTA DE MAPAS

MAPA 01	- Principais Municípios Do Vale Do Sub Médio São Francisco.....	59
MAPA 02	- Localização de organizações com experiências com o comércio justo.....	107
MAPA 03	- Localização De Casa Nova-BA E Fazenda Pritam.....	114

LISTA DE FOTOS

FOTO 01	- SEBRAE unidade do Vale do São Francisco, Petrolina-PE.....	103
FOTO 02	- SEBRAE unidade Juazeiro, Juazeiro-BA.....	104
FOTO 03	- Sede da APRNVI.....	106
FOTO 04	- Packinghouse da APRNVI.....	107
FOTO 05	- Associação MANGA BRASIL.....	110
FOTO 06	- Sede da PRITAM.....	113
FOTO 07	- Plantação de manga na fazenda Pritam.....	115
FOTO 08	- Trabalhador na colheita de limão fazenda Pritam.....	115

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01	- Selo de certificação comércio justo.....	59
FIGURA 02	- Selo Fair For Life.....	119

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	- Dimensão territorial dos principais municípios do polo da fruticultura do submédio Vale do São Francisco.....	60
TABELA 02	- PIB agropecuário do polo em 2012.....	61
TABELA 03	- Área (ha) em 2013do polo ocupadas com as principais fruteiras perenes e semiperenes.....	62
TABELA 04	- Receita em US\$ das exportações de uva e manga do polo em 2014....	62
TABELA 05	- Volume em tonelada (t) das exportações de uva e manga do polo em 2014.....	62

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
<u>SEÇÃO 1 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O IMPULSO DO FETICHISMO DA MERCADORIA.....</u>	19
1.1 MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	30
1.2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E REESTRUTURAÇÃO IDEOLÓGICA....	40
<u>SEÇÃO 2 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A AGRICULTURA CAPITALISTA.....</u>	49
2.1 A TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL NO SUB MÉDIO DO VALE DO SÃO FRANCISCO.....	55
2.2 AS CERTIFICAÇÕES AGRÍCOLAS E O MONOPÓLIO DA PRODUÇÃO.....	62
2.3 A CERTIFICAÇÕES AGRÍCOLAS COMO FORMA DE GARANTIR A EXTRAÇÃO DA RENDA DA TERRA.....	71
<u>SEÇÃO 3 O PAPEL DO ESTADO E DE SUAS INSTITUIÇÕES COMO AGENTE PROMOTOR DO COMÉRCIO JUSTO.....</u>	78
3.1 O COMÉRCIO JUSTO E ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA DE COMBATE À DESIGUALDADE NO CAMPO OU “MERCANTILIZAÇÃO DA SOLIDARIEDADE”?	86
3.1.1 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA DE ESTADO.....	94
3.2 O SEBRAE E A DIFUSÃO DO COMÉRCIO JUSTO E DA ECONOMIA SOLIDARIA NO SUBMÉDIO DO VALE DO SÃO FRANCISCO.....	99
3.2.1 ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DO NÚCLEO VI.....	104
3.2.2 ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES ORGÂNICOS DA ADUTORA DE CARNAÍBA E ADJACÊNCIAS.....	107
3.2.3 ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES MANGA BRASIL.....	109
3.2.4 FAZENDA PRITAM.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERENCIAS.....	123
ANEXOS.....	128
A - QUESTIONÁRIO PARA ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES.....	128
B - QUESTIONÁRIO SEBRAE.....	130
C - QUESTIONÁRIO PARA TRABALHADOR DE EMPRESA.....	131

INTRODUÇÃO

O tempo Histórico em que vivemos é marcado pelo fantasma constante de diversas crises: crise da civilização, crise política, crise do trabalho, crise ambiental; em meio às ameaças das crises para a humanidade, surgem correntes filosóficas e políticas para pensar e justificar alternativas capazes de levar a uma emancipação humana.

Essas crises se acentuaram mais no modo de produção capitalista, com suas profundas contradições geradas sobretudo em virtude da apropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores. Isso coloca em evidencia a centralidade do trabalho.

Para Marx, o trabalho é a categoria que funda o ser social, os homens precisam suprir suas necessidades, a satisfação das necessidades vitais (comer, beber, vestir, morar, etc.) condição fundamental de toda a história. Ao trabalharem para suprir suas necessidades, os homens estabelecem relações com a natureza e com outros homens. É pelo trabalho que o homem se transforma no ser essencialmente social. O trabalho é a forma universal, necessária em qualquer forma de sociabilidade, pois cria valores de uso, ou seja, bens necessários para a Humanidade.

Entretanto, na sociedade capitalista, o trabalho é concebido como trabalho assalariado, que se apresenta de forma alienada, subordinado aos ditames do capital, que objetiva a sua reprodução e acúmulo em detrimento das necessidades e do desenvolvimento humano. A contradição principal do sistema capitalista está no fato de a produção de riqueza ser cada vez mais social, ao tempo que a apropriação desta é cada vez mais privada. A base da desigualdade social, na qual se encontra a concentração da propriedade privada e da riqueza se encontra em um polo e no outro polo, a miséria, com uma acentuada exploração do trabalho assalariado e a alienação do trabalho, já que quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais miséria acumula para si.

Para Mészáros (2002, p. 776), “os trabalhadores com o funcionamento do mercado de trabalho capitalista [...] têm que entrar, como trabalhadores individuais isolados, em uma relação contratual com as personificações do capital”. Nas últimas décadas, com a ofensiva do capital ao trabalho marcado pela modelo de flexibilização e elevados níveis de precarização e desemprego estrutural, o “comércio justo” tem sido apontado por alguns autores como um instrumento de resistência e de fortalecimento da luta dos trabalhadores contra as ofensivas capitalistas.

Harvey (2001) afirma que a acumulação flexível se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, caracterizando-se pelo surgimento de novos setores de produção, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e altas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Segundo Culti *et al* (2010), nesse contexto, o “comércio justo” vem se transformando em um eficiente mecanismo gerador de trabalho e renda. Seus empreendimentos são formados predominantemente por trabalhadores de segmentos sociais de baixa renda, desempregados ou em via de desemprego, trabalhadores do mercado informal ou subempregados e pelos empobrecidos.

Em meio a esse cenário, alguns grupos (movimentos sociais, intelectuais e partidos ditos de esquerda) veem no movimento do “comércio justo” um meio pelo qual constituirá uma sociedade justa e igualitária, sobretudo para os trabalhadores do campo. Esse movimento tem ganhado força inclusive nos estudos da ciência geográfica.

Fundamentados nos pressupostos marxistas, compreendemos que os problemas sociais enfrentados pelos trabalhadores se devem às desigualdades do comércio mundial, sobretudo pela mundialização do capital. Nossos estudos têm como pretensão se opor à exploração e às desigualdades sociais originárias dessa forma de organização social do trabalho. O comércio justo surge com força, no Brasil, no final da década de 90, século XX, como uma alternativa ao desemprego em massa, como uma forma de propiciar renda e trabalho, sobretudo para as famílias do campo.

Para o desenvolvimento de nossa análise, a presente pesquisa adotou o materialismo histórico dialético, que garante que a análise da realidade seja considerada em sua totalidade, em uma interdependência de fenômenos, em um conjunto amplo de relações. Na análise de Paulo Neto (2011), a teoria não se entende como o exame das formas dadas de um objeto, com o pesquisador apenas descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta – à base de hipóteses que apontam para relações de causa/efeito – de seu movimento visível, assim como ocorre nos procedimentos da tradição positivista e/ou empirista.

A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito pesquisador: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E essa reprodução (constitui propriamente o conhecimento teórico) esse que será mais correto e verdadeiro, quanto mais fiel o sujeito for ao objeto.

Paulo Netto (2010) destaca que, no pensamento de Marx:

A teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o real reproduzido e interpretado no plano ideal (do pensamento). Prossigamos: para Marx, o objeto da pesquisa (no caso, a sociedade burguesa) tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável –, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. Numa palavra: o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou. (PAULO NETTO, 2010, p.5)

A categoria território se torna fundamental para compreender a realidade conflituosa da produção capitalista do espaço. Conforme Conceição (2005, p. 169), a categoria território “permite observar que a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais”. Dessa maneira, o capital se expande por meio da territorialização e da monopolização do território, promovendo conflitos sociais com os sujeitos que podem destruí-lo.

Para Raffestin (1993), o território é definido a partir de três componentes, as redes, o espaço e o poder; por sua vez, as relações de poder são simétricas e assimétricas, a primeira se define por uma relação igualitária, já a segunda - dissimetria, por equivalência forçada.

A simetria, pela existência de uma equivalência real, impede o crescimento de uma organização ou de uma estrutura em detrimento de uma outra; impede também a destruição de uma organização ou de uma estrutura por uma outra. Em contrapartida, também de maneira teórica, a dissimetria, por equivalência forçada, favorece o crescimento de uma estrutura em detrimento de outra e, num extremo, a destruição de uma estrutura por outra. É conveniente notar ainda que a simetria implica o reconhecimento das necessidades do Outro e, consequentemente, o reconhecimento do valor de uso, portanto da utilidade para o outro do acesso a tal bem ou serviço. A dissimetria, ao contrário, não implica de forma alguma o reconhecimento das necessidades do outro ou, antes, só reconhece a existência de suas necessidades na medida em que aceita o jogo das equivalências forçadas que se exprime no valor de troca (RAFFESTAN, 1993, p.36)

Para o autor, o território é produto socioespacial, de relações econômicas, políticas e culturais ligadas por redes; portanto, ao discutir território, é necessário entendimento da construção das redes.

Nessa direção, nossa pesquisa focalizou o Vale do São Francisco importante polo da fruticultura irrigada nacional, no período pós-guerra mundial, na década de 1970, sobretudo com a participação direta do Estado, concentrando investimentos federais, para criação de infraestrutura de irrigação e geração de energia elétrica, provocando, também, novos investimentos voltados para o fortalecimento da infraestrutura socioeconômica.

No Vale do São Francisco, inicialmente, tivemos a territorialização do capital mediante a implantação dos perímetros irrigados criados por Políticas de Estado localizados no submédio sanfranciscano: Fulgêncio, localizado no município de Santa Maria da Boa Vista, Perímetro Irrigado Brígida, em Orocó, esses localizados em Pernambuco e, na Bahia, temos Perímetro Irrigado de Itapera, em Sento Sé, o Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, que ocupa área também de Casa Nova, assim como o Perímetro Curaçá e Pedra Branca que também ocupam a área do município de Curaçá, transformando em um dos maiores polos da fruticultura do Brasil, com destaque para Petrolina-PE e Juazeiro-BA, sendo os maiores exportadores nacionais de uva e manga.

Segundo a CODEVASF (2015), o polo Petrolina-PE/Juazeiro-BA conta com um total de 44.145 hectares em operação. Os perímetros Curaçá, Manicoba, Tourão, Mandacaru estão situados em Juazeiro - BA e Bebedouro e Senador Nilo Coelho em Petrolina - PE, sendo que o último também abrange área do município de Casa Nova-BA. Cabe destacar que a produção se dá também fora dos perímetros públicos, sobretudo em áreas marginais do rio, se transformando em um “sertão que virou pomar”.

Segundo Sousa (2013), a produção do Vale do Submédio do São Francisco contribui com cerca de 90% do volume das exportações de frutas do país, com destaque para Uva e a Manga.

E nosso objetivo foi analisar a funcionalidade do “comércio justo” no processo de acumulação do capital, a partir da realidade dos trabalhadores da fazenda PRITAM no município da Casa Nova-BA.

Partimos de dois questionamentos norteadores: O primeiro é o de identificar se o “comércio justo” constitui uma relação comercial alternativa ao capital ou está amoldada a sua lógica? Essa forma de produção garante aos trabalhadores do campo melhoria das suas condições de vida e trabalho?

Foi realizada pesquisa de campo, com visitas as Cooperativas, Associações do Vale do São Francisco, centrando nos municípios de Petrolina-PE, Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI, e Juazeiro-BA, Associação de Pequenos Produtores Manga Brasil, e Associação de Produtores Orgânicos da Adutora de Carnaíba que comercializam ou comercializaram sua produção pelo selo comércio justo.

No entanto, nosso recorte se centra na fazenda A Empresa PRITAM FRUIT EXPORTAÇÃO LTDA se instalou na região em 1999 e, em 2006, tornou-se umas das primeiras exportadoras de frutas no mundo, na condição de empresa, certificada pela FLO, a vender para o comércio justo. A referida fazenda está localizada no município de Casa Nova – BA, às margens do lago de Sobradinho – BA, aproximadamente 1,5 Km da cidade, às margens da Rodovia BR 235, Km 65.

Para identificarmos se essa forma de produção conseguiu propiciar melhoria de qualidade de vida e de trabalho aos trabalhadores, entrevistamos representantes dessa Empresa e 10 trabalhadores, homens e mulheres, de um total de 58, sendo 48 homens e 10 mulheres, tendo sempre o cuidado de manter preservada a identidade dos entrevistados.

Ainda realizamos entrevistas com representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) unidade do Vale do São Francisco em (Petrolina-PE) e o SEBRAE Juazeiro (Bahia) para entendermos a relação com a difusão do “comércio justo”.

Em concordância com o método priorizamos uma ampla bibliografia que trata da temática, desde clássicos a estudiosos contemporâneos, tais como, Karl Marx, Friedrich Engels, István Mészáros, François Chesnais, David Harvey, Alexandrina Luz Conceição, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Valéria de Marcos, Virgínia Fontes, Edmilson Costa, Paul Singer, Raimunda Áurea Dias de Sousa, Lucas Gama, Wagnervalter Dutra Júnior, José Paulo Netto. Consultamos também documentos e manuais técnicos da FLO e CNAES, dentre outros.

A presente Dissertação foi orientada pela professora Dr^a Alexandrina Luz Conceição, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO). Foi de grande importância para a realização da pesquisa as contribuições das professoras Dr^a Raimunda Áurea Dias de Sousa e de Dr^a Sônia de Souza Mendonça Menezes na qualificação do Projeto de Dissertação. A pesquisa também foi construída por meio de contribuições de estudos e atividades promovidas no Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e as Políticas de (re)ordenamentos territoriais (GPECT) – coordenado pela Professora Dr^a Alexandrina Luz Conceição. (agradecimento).

Os resultados obtidos estão apresentados em forma final de Dissertação de Mestrado, distribuídos com a seguinte estrutura, esta referente à Introdução, e em três Capítulos, além

das Considerações Finais. O I Capítulo intitulado: **A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O IMPULSO DO FETICHISMO DA MERCADORIA** trata da ligação, que se estabelece entre a mundialização do capital com seu impulso ao fetichismo da mercadoria, e a precarização do trabalho em escala mundial e o papel da reestruturação ideológica como forma de manutenção da sociedade do espetáculo.

O segundo: **A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A AGRICULTURA CAPITALISTA** analisa brevemente a mundialização do capital e a agricultura capitalista, entendendo a territorialização do capital por meio do agronegócio no submédio do Vale do São Francisco, bem como o papel das certificações agrícolas para a monopolização da produção.

O terceiro capítulo **O PAPEL DO ESTADO E DE SUAS INSTITUIÇÕES COMO AGENTE PROMOTOR DO COMÉRCIO JUSTO** analisa o papel do Estado e de suas instituições como agente promotor do comércio justo, e da economia solidária como forma de “mercantilização da solidariedade”, como também da sua ampliação no Vale do São Francisco.

Nas **Considerações Finais** concluímos que os discursos difundidos pelo capital nos permitem perceber que a solidariedade articulada em meio ao discurso corporativo é uma forma de garantir a realização do capital e permitir maior lucratividade na venda de produtos e serviços, deixando de ser uma particularidade das ações do indivíduo e passando a ser uma mercadoria comercializada, ou seja, a astúcia do capital conseguiu mercantilizar até a condição de ser solidário. A fazenda PRITAM usa o comércio justo, deslocando-se de um mercado de *commodities* para um *nicho de mercado* onde a concorrência é menor e a valorização do produto é maior. Em outras palavras, assim, a empresa conseguirá um lucro extraordinário com a terra – a renda da terra.

A renda de monopólio é auferida mediante a criação de condições especiais artificiais; “solidariedade”, “qualidade” “ser sustentável” “ser pequeno”, etc. Mediante o par capital-Estado, no seu mais alto grau de mercantilização da vida, o capital e sua produção ideológica conseguem criar mecanismos inovadores na exploração da força de trabalho - é o capital na sua ganância, pelo desejo do lucro cada vez maior, o que caracteriza a ideologia do comércio justo como um poder capaz de “mudar o estado das coisas”, e as cooperativas de consumo que se apresentam como um instrumento de mudança, como uma forma de humanizar o consumo.

CAPÍTULO I

1.0 A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E O IMPULSO DO FETICHISMO DA MERCADORIA

A produção de mercadorias já existia antes de o capitalismo existir, mas esse é que a generalizou. Com a sua expansão, o capitalismo ampliou o sistema de produção para o mercado nas mais diversas áreas.

Para Marx (2013, p.13), “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”. Tudo no capitalismo foi transformando em mercadoria, inclusive elementos essenciais à vida, a própria força trabalho humano, foi reduzida a um valor que pudesse ser medido em dinheiro. A mercadoria possui duplo ponto de vista, valor de uso (que consiste em satisfazer necessidades ou servir de conveniência à vida humana) e valor de troca (relação quantitativa, à proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de troca de outro tipo).

Na compreensão de Marx (2013), o valor de uso é o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a formação social em que se viva. Desde que o homem passou a transformar a natureza, a partir da sua ação consciente (trabalho), desde a sociedade mais primitiva, produzia valores de uso, tais como: machados, flechas etc. O valor de uso, pelas suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer natureza, seja do estômago ou da fantasia. Possui utilidade, que define o valor de uso, que se efetiva apenas no uso ou no consumo. Logo, uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem, contudo, ser mercadoria.

As mercadorias são produtos do trabalho humano, dispêndio de cérebro, nervos, mãos e sentidos do homem. A grandeza do valor contido nas mercadorias é medida pela quantidade de trabalho, que é a substância formadora de valor, isto é, da quantidade de trabalho nele contida”. O que gera valor é somente o trabalho - o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho nela contido. (MARX, 2012, p.116).

A divisão social do trabalho é condição para a produção de mercadorias; (não há produção de mercadorias sem divisão social do trabalho). Por exemplo, na antiga Comunidade Indiana, o trabalho era socialmente dividido sem que os produtos se tornassem mercadorias; a divisão social do trabalho não significa que é necessariamente voltada para a produção de mercadorias.

a divisão é a condição de existência da produção de mercadorias, embora esta última não seja, inversamente, a condição de existência da divisão social do trabalho.[...] Apenas produtos de trabalhos privados, separados e mutuamente independentes uns dos outros confrontam-se como mercadorias (MARX, 2012, p.116).

À primeira vista, como afirma Marx, a mercadoria parece uma coisa simples, trivial, evidente; porém, analisando-a, vê-se que é muito intrigante, plena de sutilezas metafísicas.

O caráter místico da mercadoria não resulta, portanto, de seu valor de uso. Tampouco resulta do conteúdo das determinações de valor, pois, em primeiro lugar, por mais distintos que possam ser os trabalhos úteis ou atividades produtivas, é uma verdade fisiológica que eles são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções, seja qual for seu conteúdo e sua forma, é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos. Em segundo lugar, no que diz respeito àquilo que se encontra na base da determinação da grandeza de valor - a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho -, a quantidade é claramente diferenciável da qualidade do trabalho. Sob quaisquer condições sociais, o tempo de trabalho, requerido para a produção dos meios de subsistência, havia de interessar aos homens, embora na mesma medida em diferentes estágios de desenvolvimento. Por fim, tão logo os homens trabalham uns para os outros de algum modo, seu trabalho adquire também uma forma social (MARX, 2013 p.146-147)

O caráter fetichista da mercadoria provém do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias. As mercadorias precisam ser trocadas, a relação de troca figura-se, porém, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre as pessoas e as relações sociais entre as coisas (Marx, 2013).

A coisa do produto de trabalho em coisa útil e coisa de valor realiza-se com o processo de desenvolvimento das relações capitalistas de produção

A partir desse momento, os trabalhos privados dos produtores assumem, de fato, um duplo caráter social. Por um lado, como trabalhos úteis determinados, eles têm de satisfazer uma determinada necessidade social e, desse modo, conservar a si mesmos como elos do trabalho total, do sistema natural-espontâneo da divisão social do trabalho. Por outro lado, só satisfazem às múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada trabalho privado útil particular é permutável por toda outra espécie de trabalho privado, portanto na medida em que lhe é equivalente (MARX, 2013, p. 148-149).

As leis do mercado se impõem ao trabalho. Os preços, as cifras, a bolsa de valores e as taxas de lucro comandam a vida; os seres humanos figuram nesse quadro da produção capitalistas apenas como instrumentos.

O movimento das coisas no mercado aparece como um movimento automático, natural, superior à vontade dos homens. A própria linguagem usada pelos economistas clássicos retrata esse movimento, "o tomate subiu", "a batata baixou", "a cebola desapareceu", "o feijão vai voltar" etc.

Marx (2008) desenvolve sua crítica à naturalização do social efetuada pelos economistas clássicos. Ele critica Adam Smith e Ricardo em suas análises econômicas, do pressuposto da existência primitiva de caçadores e pescadores individuais e isoladas.

Nesta sociedade da livre competição, cada indivíduo aparece como desprendido dos laços da natureza, que nas épocas anteriores da história fazem dele uma parte integrante de um conglomerado humano determinado e delimitado. Aos profetas do século 18, que levam os ombros Smith e Ricardo, este indivíduo do século 18 – que de um lado, protudo da dissolução das formas de sociedade feudais; doutro lado, resultados das forças produtivas novamente desenvolvidas a partir do século 16 – aparece como um ideal cuja existência pertence ao passado. Não como um resultado histórico, mas como um ponto de partida da história. Como esse indivíduo parecia conforme à natureza e [respondia] à sua concepção da natureza humana, [não se apresentava] como produto histórico, mas como resultado da própria natureza. Toda época nova compartilhou até agora dessa ilusão. (MARX, 2008, p.238)

Essa citação ilustra o tipo de crítica desenvolvida por Marx às concepções que utilizam como recurso ideológico à naturalização do social, do histórico. O indivíduo isolado, isto é, o indivíduo, que age em função de seus fins particulares, é visto pela Economia Política não como um produto histórico, mas sim como o ponto de partida da história humana.

Na leitura de Adam Smith e refutada por Marx, dizia Smith que a espécie humana possuísse uma propensão natural para a troca, o que acabaria por satisfazer as necessidades individuais, produzir a divisão do trabalho e, assim, impulsionar o progresso social. Essa propensão natural à troca estaria dada já no ponto de partida a todos os indivíduos humanos. Conforme Conceição (2013), Marx ironiza essa concepção e a chama de “robinsonada”, numa alusão à imagem do indivíduo civilizado que se vê perdido e sozinho numa ilha.

Robinson perdido na ilha é uma metáfora usada por Marx na crítica do indivíduo na sociedade burguesa da produção ilhada. A individualidade, tal como ela se configura na sociedade burguesa, aparece já aos profetas do século XVIII como algo que teria existido no

passado, no início da história, (como Adão no paraíso) quando, na verdade, Marx destaca que esses pensadores estavam traduzindo um produto histórico, um produto do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo.

Marx e Engels, em 1848, já demonstravam ser um modo de produção naturalmente expansivo as fronteiras geográficas e a necessidade de a burguesia imprimir um caráter cosmopolita tanto à produção como ao consumo em todos os países.

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda, parte. Pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela retirou à indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a sê-lo diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas, indústrias que não empregam mais matérias-primas autóctones, mas sim matérias-primas vindas das regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país, mas em todas as partes do globo. Em lugar das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, nascem novas necessidades, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e dos climas mais diversos. Em lugar do antigo isolamento de regiões e nações que se bastavam a si próprias, desenvolvem-se um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações. E isto se refere tanto à produção material como à produção intelectual. (Marx e Engels, 1985, p.3).

Nessa citação, evidencia-se a particularidade do pensamento de Marx e Engels relativamente às tentativas de outros teóricos que procuravam definir a sociedade em desenvolvimento. O capitalismo, entendido como modo de produção, não poderia ser preso nas categorias “nação”, “país” ou “estado nacional”. Isso porque, uma vez que o capitalismo se fixara em determinado centro de países da Europa Ocidental, em especial na Inglaterra, essas categorias relativas ao espaço nacional, vistas em si mesmas, não passavam de meras abstrações. Portanto, o capitalismo só poderia ser compreendido se colocado na perspectiva explicativa que corresponde a um modo de produção social.

Mészáros (2002) deixa claro o movimento contraditório do capital sobre o discurso da condenação do nacionalismo. “Os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário” (MÉSZAROS, 2002, p.229).

De acordo com Mészáros (2002), a “globalização” é uma tendência que emana da natureza do capital desde o seu início e significa: o desenvolvimento necessário de um

sistema internacional de dominação e subordinação. E essa globalização do capital, atualmente em curso, produziu, e continua produzindo, gigantescas empresas transnacionais, que não são realmente multinacionais. O último termo trata de uma conveniência ideológica e não de uma confusão teórica.

A expressão “multinacional” é frequentemente usada de modo completamente equivocado, ocultando a verdadeira questão do domínio das empresas capitalistas de uma nação mais poderosa sobre as economias locais - em perfeita sintonia com as determinações e os antagonismos mais profundos do sistema do capital global. (MÉSZÁROS, 2002, p.229)

As nações capitalistas dominantes defendem seus interesses com todos os meios à sua disposição – pacíficos ou recorrendo à guerra se não houver outra forma. Essa relação entre o capitalismo do século XX e as suas unidades econômicas dominadoras, muitas vezes, criam uma concepção mal formulada por teóricos e até por personalidades mais importantes da esquerda, que criticam em termos vagos sua forma externa, mas não sua essência.

Mészáros (2002) destaca em sua crítica às “multinacionais”, por exemplo, que essas lideranças, muitas vezes, pensam que as restrições legislativas defendidas em seus parlamentos nacionais limitados podem resolver tudo. No entanto, a crítica deve ser dirigida firmemente para as contradições cada vez maiores do sistema do capital e suas perversas hierarquias e relações de poder internacionais – e não para algumas “multinacionais que interferem na política”, por maiores que sejam essas companhias.

Magdoff (1978, *apud* MÉSZÁROS, 2002, p. 230) comenta, a respeito, que:

O desenvolvimento das corporações multinacionais é meramente a última emanção da infatigável acumulação de capital e do impulso inato em direção a uma maior concentração e centralização do capital [...], os problemas não surgem dos males das multinacionais ou da presumida redução da soberania dos Estados-nações industrializados e avançados; os problemas são inerentes à natureza de uma sociedade capitalista.

Os discursos que emanavam na fase inicial da mundialização do capital eram da defesa do poder capitalista “multinacional” em prol de ideias fantasiosas de uma globalização neutra e universalmente benéfica, que beneficiaria a todos. Marx já chamava a atenção que o processo de globalização do capitalismo também traz consigo novas condições de transformação, mudança das condições de vida e de trabalho, do modo de ser, agir, sentir, pensar. Isso levou a uma

potenciação da força produtiva por meios técnicos e de organização do trabalho, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de desigualdades de todos os tipos.

Segundo Costa (2013), a globalização representa uma nova fase do capitalismo, período em que esse modo de produção atingiu sua plenitude e amadurecimento e se transformou em um sistema mundial completo. No período anterior à globalização, o capitalismo era completo apenas em relação a duas variáveis da órbita da circulação – o comércio mundial e a exportações de capitais. Mas, ao expandir a mundialização para os outros setores da vida social, o sistema unificou globalmente o ciclo do capital, fechando, assim, um processo que se inicia com a Revolução Inglesa de 1640.

Até meados da década de 1950, a burguesia dos países centrais capturava a mais-valia dos países periféricos na órbita da circulação, por meio do comércio internacional ou da exportações de capitais. No entanto, após a internacionalização da produção, a burguesia dos países centrais deu um salto de suas fronteiras nacionais, descentralizando assim o ambiente de apropriação direta da mais-valia, num movimento que envolve atualmente todo o planeta.(COSTA, 2013, p.168).

Chesnais (1994) destaca que os laboratórios mundiais de produção intelectual e ideológica do capital difundiram um discurso ideológico que visava validá-lo no campo das ciências sociais, fazendo a junção entre o universo acadêmico e o universo dos negócios.

“O adjetivo "global" surgiu no começo dos anos 80, nas grandes escolas americanas de administração de empresas, as célebres "business management schools" de Harvard, Columbia, Stanford etc. Foi popularizado nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas - o japonês K. OHMAE (1985 e 1990), o americano M.E. PORTER ... Fez sua estreia em nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. ... De fato, as publicações que fazem a mais extremada apologia da "globalização" e do "tecno-globalismo" apresentam esse mundo como "sem fronteiras" (Borderless, é o título do livro de 1990 de OHMAE) e as grandes empresas, como "sem nacionalidade" (stateless, é a expressão empregada pela influente revista Business Week, 1990). Esses termos, portanto, não são neutros. Eles invadiram o discurso político e econômico cotidiano, com tanto maior facilidade pelo fato de serem termos cheios de conotações (e por isso utilizados, de forma consciente, para manipular o imaginário social e pesar nos debates políticos) e, ao mesmo tempo, vagos. Como observaram R BAMET e J. CAVANAGH, cada qual pode empregá-los exatamente no sentido que lhe for conveniente, dar-lhes o conteúdo ideológico que quiser (CHESNAIS 1994, p. 13).

Desse modo, esse termo carrega consigo sentido e significado de apresentar um mundo sem fronteiras, o fim da nacionalidade das empresas, que se configura como um processo de mundialização do capital e, conseqüentemente, do aumento das desigualdades sociais.

Neto (2010) afirma que a conjunção “globalização”/”neoliberalismo” veio para demonstrar aos desavisados que o capital não tem nenhum “compromisso social” – o seu esforço para romper com qualquer regulação política democrática, extra-mercado, da economia tem sido coroado de êxito.

No mesmo momento em que o capital se mundializava, a ideologia do nacionalismo ganhava prioridade para os povos do Sul, no sentido de uma proteção, de afirmação dos direitos da “soberania” e “autodefesa” contras as práticas de dominação do Norte. Para isso, os pressupostos baseavam numa nova ordem mundial, onde não consista na hegemonia de uma superpotência e seu bloco de aliados, sem respeito pelas nações jovens. A história também nos mostra os graves antagonismos entre as formações sociais capitalistas dominantes.

A teoria burguesa arquitetava usando como discurso de sustentação para resolver as contradições implícitas do capitalismo a “reconciliação amigável” que é alternativa para barrar interesses econômicos em colisão.

Mészáros (2002) explica que essa ideologia tem a fundamentação hegeliana que ressalta a individualidade do Estado. Essa individualidade intranscendível“ manifesta-se como uma relação com outros Estados, ao mesmo tempo em que cada um dos quais é autônomo diante dos outros, sendo assim para Hegel “o Estado-nação é consciência em sua racionalidade substantiva e realidade imediata; portanto, é o poder absoluto na terra.” Esse pensamento coloca como inevitáveis as guerras e a permanência das relações de Estados do sistema do capital.

Essa leitura de Hegel impossibilita ver o lado destrutivo inseparável do avanço do sistema do capital em seu desdobramento; outra premissa falsa é a “conciliação” pois as necessidades dos Estados são atendidas dentro de suas próprias fronteiras, uma ilusão completa, diante da indomável tendência expansionista mostrada desde o seu início pelo sistema do capital. Sobre isso, Mészáros comenta:

O fato de o “princípio do norte” ser a dominação dos povos do Sul pelos “países capitalistas avançados” dominantes do Norte não deve gerar a menor preocupação nas teorizações do Estado do ponto de vista privilegiado do capital, nas quais a “conciliação” é vista como a permanência absoluta das

hierarquias estruturais estabelecidas. As contradições e os antagonismos do sistema do capital estão preservados em todas essas concepções, oferecendo apenas o vazio da “conciliação” verbal. (MÉSZAROS, 2002, p.233)

Chesnais (2000) frente, ao aspecto ideológico propagado no termo globalização, propõe o uso do termo mundialização do capital. O discurso difundido era que a globalização levaria à perda de poder dos Estados nacionais; porém, para esse autor, ao contrário, a mundialização do capital não extingue a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação e de dependência entre esses; ao contrário ela acentua os fatores de hierarquização entre países.

A tese do pensamento neoliberal demonstra o caráter contraditório do capitalismo, de que a chamada globalização contemporânea promoveria a crescente unidade e integração do capital internacional. A transnacionalização do capital significaria não a intensificação da concorrência, mas o oposto, a diminuição da competição entre os grandes capitalistas e penetração interna dos capitais de origem nacional; haveria, assim, uma relação inversa entre globalização e competição. Quanto mais globalmente integrado ficasse o capitalismo, menos concorrência haveria.

Mészáros descreve algumas dessas contradições do sistema do capital;

o antagonismo estrutural entre o capital transnacional em expansão e os Estados nacionais é inseparável das profundas contradições entre (1) monopólio e competição, (2) a crescente socialização da produção e a discriminadora apropriação de seus produtos, e (3) a divisão internacional cada vez maior do trabalho e o impulso das maiores potências nacionais pela dominância hegemônica do sistema global. (MÉSZAROS, 2002 p.238-239)

Marx e Engels (1959) *apud* Mészáros (2002) destacam que o oposto da competição é o monopólio, a competição se alicerça no interesse próprio e cria o monopólio, ou seja, a competição cria o monopólio.

A evolução do capitalismo revelou que sua lógica competitiva fortalece as grandes empresas, aptas a disputar parcelas cada vez maiores do mercado com a concentração de capital. As empresas menores, incapazes de disputar o mercado nas mesmas condições, ficam com uma parcela ínfima do mercado ou acabam sendo absorvidas pelas maiores.

Mészáros (2002) chama a atenção para o fato de que, embora as grandes empresas sejam dominantes na fase do capitalismo monopolista, no entanto isso não elimina o caráter

do papel da pequena empresa. Para ele a grande empresa e os pequenos negócios são qualitativamente iguais para o *modus operandi* do sistema.

Dessa forma, segundo Oliveira (2012), a mundialização assumiu características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. A ordem passa a produzir em "qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao grau tecnológico vigente seja possível. Sua hegemonia se deu pelo processo de fortalecimento dos oligopólios internacionais denominados empresas multinacionais, sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros.

O aparecimento das multinacionais representa a fase mais avançada do capitalismo. Moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, permitindo a superação das contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. Segundo Oliveira (2012) o domínio e a expansão das empresas multinacionais envolvem, simultaneamente, três processos relacionados: a) necessidade de movimentos internacionais de capitais, b) produção capitalista internacional e c) existência de ações de governos a nível internacional.

O primeiro processo se refere ao movimento internacional de capitais, marcado pela necessidade da reconstrução do Japão e da Europa pós II guerra mundial, e serviu de base para os fluxos de capitais Norte-Americanos principalmente a partir de fusões Americanas e Europeias. Outro fator determinante foi a criação do FMI – Fundo Monetário Internacional e o BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e o Banco Mundial.

Essas ações visaram estabelecer a regulação internacional para o movimento internacional de capitais, que tinha como objetivo central a constituição/unificação contraditória (capital nacional x estrangeiro).

O segundo processo, a produção capitalista internacionalizada, emanou dos monopólios de pesquisa e de tecnologia que adicionados ao fluxo de capitais internacionais, abriram as economias nacionais, exercendo um forte controle sobre a força de trabalho, formando, assim, um verdadeiro mercado mundial de “mão de obra”. Sobre esse processo, Chesnai destaca os interesses dos grupos industriais avançados pelo países ditos em desenvolvimento:

Os países ditos em desenvolvimento interessam aos grupos industriais de países avançados apenas por três motivos. a) O primeiro é aquele tradicional de fonte de matérias-primas. Este interesse ainda permanece. Ele continua a chave das políticas que afrontam o Oriente Médio e explica as rivalidades

interimperialistas com o cortejo de consequências nos países da África, ricos em minerais estratégicos. Mas, fora o petróleo, minerais estratégicos como o urânio e alguns produtos tropicais, principalmente a madeira, os países situados no centro do sistema tornaram-se bem menos dependentes das fontes de matérias-primas situadas em países periféricos, servindo-se da ciência e da tecnologia para substituí-las por produtos intermediários de criação tecnológica e industrial. b) Os grupos se interessam ainda por certos países de fora da OCDE pelo fato do tamanho do mercado interno deles. c) A terceira função que os países em desenvolvimento podem preencher é de servir em indústrias intensas em mão de obra de base para operações de sub-arrendamento fora do local, requerendo um mão de obra industrial ao mesmo tempo qualificada (ou mesmo muito qualificada), muito disciplinada e um mercado muito bom. (CHESNAI, 2000, p.22)

O terceiro processo, as ações internacionais de governos, tem relação com os dois anteriores somado à necessidade de controle do Estado na economia e na cooperação dos projetos internacionais, a exemplo da ONU – Organização das Nações Unidas, FMI – Fundo Monetário Internacional, OMC – Organização do Mundial do Comércio, como também, a criação de organizações supranacionais, (os blocos econômicos) formados por governos nacionais empenhados na economia mundializada.

A formação dos chamados governos internacionais deve-se ao desgaste do poder clássico dos Estados nacionais e da política de internacionalização do capital e do trabalho sob o domínio das empresas multinacionais.

No entanto, de acordo com Chesnais (2000), não se pode confundir o poder de decisão e controle Americano sob as organizações internacionais como: Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial do Comércio (OMC), como uma mundialização de uma nação ou de uma Triade, mas sim uma mundialização capitalista. “A mundialização contemporânea não é “americana”. Ela é capitalista e é como tal que ela deve ser combatida” (CHESNAIS 2000, p16).

Segundo Oliveira (2012), essa arrumação criou novas bases para as relações entre Estado e empresa, que entram em um novo dinamismo de alianças. Nessa nova fase, os Estados nacionais permitiram que as empresas passassem a ser as novas organizações de controle da economia mundial.

Em síntese, a base da origem das novas alianças entre as empresas multinacionais e os Estados nacionais está no fato de que as empresas precisam do Estado nacional para poder encarar a mundialização; contudo, para se mundializar, o Estado nacional precisa das empresas mundializadas para garantir sua justificabilidade.

Para o estabelecimento do capitalismo monopolista, a unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais, isto é, os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam, seja em países altamente industrializados ou com baixa industrialização. O eixo do capitalismo está em todos os lugares do mundo onde as multinacionais estão; essa é a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista.

Chesnais (2000) mostra dados que evidenciam o poder do capital monopolista, em números, um terço do comércio mundial resulta das exportações e das importações feitas pelas empresas pertencentes a grupos industriais que têm o estatuto de sociedades transnacionais, enquanto que o outro terço tem a forma de trocas ditas “intragrupos”, entre filiais de uma mesma sociedade situadas em países diferentes ou entre filiais e a sede principal. Essas trocas não são “livres”, mas altamente planejadas.

Ainda segundo esse autor, o avanço do fetichismo financeiro provocou uma guinada do fetichismo inerente à mercadoria, como também pela extensão e a liberdade quase completa adquirida pelo capital dentro do quadro da globalização.

Somando o espaço sobre o qual o capital pode evoluir livremente para se abastecer, produzir e vender com lucro, mais empresas de forças desiguais e seus assalariados que podem ser colocados em dúvida a longa distância e agora em sites virtuais, e mais, “a relação social determinada dos homens entre eles reveste a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. Enquanto que o fetichismo inerente à mercadoria e ao dinheiro parece ter sido contido durante algumas décadas com a ajuda das instituições sociais e políticas que comprimiram o capital em um quadro nacional, a mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde “a relação social dos produtores no conjunto do processo do trabalho” aparece mais uma vez e com uma força renovada “como uma relação social externa a eles, uma relação entre objetos” (CHESNAIS 2000, p9).

Na análise de Alves (1999), sob a mundialização do capital, o “sujeito” do processo – o capital - recria novos (e velhos) mundos, estabelecendo contradições e paradoxos, promovendo uma série de estranhamento. E o fetichismo da mercadoria – tornado ofuscante pelo regime de acumulação mundializado predominantemente financeira - torna-se onipresente.

A mundialização do capital apresenta-se como sendo o quadro onde se acentuou o fetichismo da mercadoria, pois potencializou a submissão do ser social à ordem burguesa e ao “sistema de mercado” capitalista, transformando ainda mais as nossas relações sociais em relações sociais reificadas – coisificadas.

1.3 Mundialização do capital e precarização do trabalho

A mundialização do capital impulsionou um complexo processo de reestruturação produtiva, uma ofensiva do capital na produção, que constituiu um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e que promoveu alterações importantes no mundo do trabalho, na forma de ser da classe dos trabalhadores assalariados.

Com o avanço da mundialização do capital, houve o desenvolvimento da “acumulação flexível” na leitura de (Harvey, 1993) um novo tipo de acumulação capitalista que se impõe, cada vez mais, às corporações transnacionais.

Esse modo de acumulação passa a existir pela necessidade do capital a reconstituir sua base de valorização, depauperado não apenas pelo desenvolvimento da III Revolução Tecnológica, mas também pela formação do Welfare State e o aumento da concorrência capitalista no mercado mundial.

No século XX, o marco das mudanças impostas ao mundo do trabalho pode ser considerado o ano de 1914 quando Henry Ford introduziu, na linha de montagem de carros, o dia de oito horas de trabalho e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores. Essa data é considerada o marco inicial do Fordismo¹.

Para HARVEY (1993, p.121)

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista.

Mais do que um método científico, técnico e ideológico de gestão da produção, o fordismo procurou se expandir desde a esfera da produção até a esfera da reprodução, da produção da mercadoria até o seu consumo e, de novo, a produção. É um movimento que procura afetar tanto a produção quanto a cultura, pois envolve desde o comportamento sexual

¹ É um termo que se refere ao modelo de produção em massa de um produto, ou seja, ao sistema das linhas de produção. O Fordismo foi criado pelo norte-americano Henry Ford, em 1914, revolucionando o mercado automobilístico e industrial da época. Disponível em: <http://www.significados.com.br/fordismo/>. Acesso em: 16.05.15

dos trabalhadores até a massificação do consumo. Introduzia, assim, os trabalhadores que produziam em massa e incentivava o consumismo.

Henry Ford acreditava que um novo tipo de sociedade poderia ser construída simplesmente com a aplicação adequada ao poder comparativo. Essa crença de Ford no poder corporativo de regulamentação da economia fez que sua empresa aumentasse os salários no começo da Grande Depressão, mas as leis da competição mostraram demasiadamente fortes e, logo após a crise, foi obrigado a cortar salários e demitir trabalhadores, sendo necessária a intervenção do Estado para salvar o capitalismo, com o New Deal de Roosevelt².

A trajetória do fordismo, entretanto, atravessou momentos de ascensão e crise, devido a diversos fatores intervenientes. Segundo Harvey (1993), houve dois principais impedimentos à disseminação do fordismo: a resistência da classe operária e os mecanismos de intervenção estatal.

Sobre o que concerne às classes, Harvey destaca:

O estado das relações de classe no mundo capitalista dificilmente era propício à fácil aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador com longas horas de trabalho puramente rotinizado, exigindo pouco das habilidades manuais tradicionais e concedendo um controle quase inexistente ao trabalhador sobre o projeto, o ritmo e a organização do processo produtivo. Ford usava quase exclusivamente a mão-de-obra imigrante no seu sistema de produção, mas os imigrantes aprenderam e os trabalhadores americanos eram hostis. (HARVEY, 1993, p.123)

Com a participação direta do Estado, o Fordismo/keynesanismo viveu um logo período de crescimento com taxas fortes e crescimento econômico estáveis, tendências de crises foram contidas, a democracia de massas, o capitalismo dessa época viveu um surto de alcance mundial, atraindo para sua rede nações descolonizadas.

Do ponto de vista das corporações fazia o uso da administração científica em todos os setores, não somente da produção, mas também no treinamento pessoal, estratégias de preços, obsolescência planejada de equipamentos e produtos, marketing, conspirando o período da racionalidade corporativa burocrática.

² O New Deal (“Novo Acordo” em português) foi um conjunto de medidas econômicas e sociais tomadas pelo governo Roosevelt, entre os anos de 1933 e 1937, com o objetivo de recuperar a economia dos Estados Unidos da crise de 1929. Teve como princípio básico a forte intervenção do Estado na economia Disponível em: http://www.suapesquisa.com/historia/new_deal.htm Acesso em: 16.05.15.

Segundo Harvey (1993), o Estado tinha outro papel importante, que era o investimento em capital fixo, com Políticas de investimentos em transportes, equipamentos públicos, etc – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa, garantindo assistência médica, educação, seguridade social, habitação, além de garantir acordos e direitos dos trabalhadores na produção.

Esse conjunto de medidas criou, segundo (HARVEY, 1993, p.131) “um crescimento econômico estável com aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário”, mesmo que, como destaca MÉSZAROS, sendo essas condições (2002, p.21) do “desenvolvimento do “Estado de Bem-Estar” apenas num número muito reduzido de países”.

Todavia, para Antunes (2009), os “compromissos” entre capital e trabalho mediado pelo Estado, sob a alternância da social democracia, ora com partidos claramente burgueses, buscava delimitar obtenção dos traços constitutivos do *Welfare State*, eram dotados de um sentido ilusório, uma vez que tinham como base o abandono por parte dos trabalhadores do seu projeto histórico-societal.

Mesmo nos países do apogeu do fordismo havia, insatisfação, pois a negociação de salários estava isolada a certos setores da economia e a certos Estados-nação, principalmente de raça e gênero, que, sem acesso à produção em massa, não tinham acesso ao consumo de massa, não participando da tão louvada alegria do consumo de massas.

Contudo, logo após longos períodos de acumulação no apogeu do fordismo e da fase keynesiana, no início da década de 70 do século XX, o capitalismo começa a dar sinais de um quadro crítico e complexo, o qual o autor denomina de crise estrutural do capital (Antunes, 2009).

Para o autor, os traços mais evidentes desse quadro foram:

- 1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro; 2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do capital), dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava; 3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de

internacionalização; 4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas. 5) A crise do WelfareState ou do “Estado de bem-estar social” e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado. 6) Incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada as desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho, entre tantos outros elementos contingentes que exprimiam esse novo quadro crítico. (ANTUNES 2009, p.31-32).

Na leitura de Antunes (2009), a crise do fordismo e do keynesianismo foi a expressão de um quadro crítico e tem significado, uma crise estrutural do capital, em que se destaca a tendência decrescente da taxa de lucro, e o desmoronamento do mecanismo de “regulação” que vigorou no período pós-guerra em vários países de capitalismo avançado, principalmente na Europa.

Contudo, segundo Antunes (2009), como resposta a sua própria crise, o capital iniciou um processo de reordenação.

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (2009, p. 33).

Essa fase caracterizou-se também por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes no apogeu do fordismo, caracterizado pela desregulamentação e expansão do capital, do comércio, da tecnologia, das condições de trabalho e emprego.

Além do desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho, destruição da natureza em escala globalizada, passaram a serem traços fundamentais da fase de reestruturação produtiva do capital.

No final dos anos 60 do século XX, com a intensa expropriação operário-massa, promovida pelo binômio taylorismo/fordismo, os trabalhadores atingiram seu ponto de ebulição, questionando os pilares constitutivos da sociabilidade do capital. Entretanto os trabalhadores encontraram limites para uma luta pelo controle social do trabalho sem o capital, devido a dificuldade de desmontar a estrutura organizacional da social-democrática,

consolidada durante décadas, deixando marcas no interior do proletariado e criando uma dificuldade de articular microlutas com luta mais ampla.

[...] a contestação do poder do capital sobre o trabalho não se estendeu ao poder fora do trabalho, não conseguindo articular-se com os chamados novos movimentos sociais [...] então emergentes, como os movimentos ecológicos, urbanos, antinucleares, feministas, dos homossexuais, entre tantos outros. Do mesmo modo, a conflitualidade proletária emergente não conseguiu consolidar formas de organização alternativas, capazes de se contrapor aos sindicatos e aos partidos tradicionais. As práticas auto-organizativas acabaram por se limitar ao plano microcósmico da empresa ou dos locais de trabalho, e não conseguiram criar mecanismos capazes de lhes dar longevidade. (ANTUNES, 2009, p. 46).

Naquele momento histórico, com a derrota da luta operária pelo controle social da produção, o cenário estava pronto para as bases sociais e ideopolíticas para a retomada do processo de reestruturação do capital, um novo patamar distinto daquele efetivado pelo binômio taylorismo/fordismo.

Para Harvey, esse é o marco da transição do taylorismo/fordismo para acumulação flexível, que ele descreve como sendo:

[...] marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto entre regiões geográficas, criando por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas”. (1993 p.140)

Conforme destaca Harvey (1993), o chamado mercado de trabalho passou por radical reestruturação; com o aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os padrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande força de trabalho excedente (desempregados e subcontratados), impondo regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis.

As mulheres também sofreram com as novas estruturas do mercado de trabalho, principalmente as atividades com ocupações em tempo parcial, substituindo trabalhadores

homens melhor remunerados e mais difíceis de serem admitidos pelo trabalho feminino mal pago.

A transição do fordismo para a acumulação flexível trouxe sérios dilemas para os teóricos, colocando a dificuldade de apreender teoricamente a lógica; sua lógica de transição só pode ser entendida pela necessidade de transição do capital.

Baseado na teoria do capitalismo de Marx, Harvey (1993) coloca os “elementos e relações invariantes” do modo capitalista de produção como elementos fundamentais de sua controvérsia, chamando a atenção para três características em especial: o capitalismo é orientado para o crescimento, o crescimento é apoiado na exploração do trabalho vivo, e há – no capitalismo – a necessidade de dinamismo tecnológico e organizacional.

1) O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. Isso implica que o capitalismo tem de preparar o terreno para uma expansão do produto e um crescimento em valores reais (e, eventualmente, atingi-los), pouco importam as consequências sociais, políticas, geopolíticas ou ecológicas. Na medida em que a virtude vem da necessidade, um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom. A crise é definida, em consequência, como falta de crescimento. 2) Isso não significa “que o trabalho se aproprie de pouco, mas que o crescimento sempre se baseia na diferença entre o que o trabalho obtém e aquilo que cria. Por isso, o controle do trabalho, na produção e no mercado, é vital para a perpetuação do capitalismo. O capitalismo está fundado, em suma, numa relação de classe entre capital e trabalho. Como o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, a dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado é fundamental para a trajetória do desenvolvimento capitalista. 3) O capitalismo é, por necessidade, tecnológica e organizacionalmente dinâmico. Isso “decorre em parte das leis coercitivas, que impelem os capitalistas individuais a inovações em sua busca delucro. Mas a mudança organizacional e tecnológica também tem papel-chave na modificação da dinâmica da luta de classes, movida por ambos os lados, no domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Além disso, se o controle do trabalho é essencial para a produção de lucros e se torna uma questão mais ampla do ponto de vista do modo de regulamentação, a inovação organizacional e tecnológica no sistema regulatório (como o aparelho do estado, os sistemas políticos de incorporação e representação etc.) se torna crucial para a perpetuação do capitalismo. Deriva em parte dessa necessidade a ideologia de que o ”progresso” é tanto inevitável como bom (HARVEY, 1993, p.164-167)

Na análise de Harvey (1993), a competição internacional aumentou ainda mais, sobretudo, a partir de 1973 na medida em que se esgotava a capacidade de resolver o problema da superacumulação por meio do deslocamento geográfico. Assim sendo, a crise do fordismo foi tanto geográfica como geopolítica com a crise do endividamento, luta de classes e estagnação nas nações-Estado.

Foi no contexto de crise do padrão de acumulação taylorista/fordista que emergiram no ocidente o chamado toyotismo³ e a era da acumulação flexível⁴, produzindo grandes alterações sobre o mundo do trabalho.

Cabe destacar que, segundo Alves (1999), o toyotismo é um estágio superior de racionalização do trabalho, que não rompe com a lógica do taylorismo-fordismo (alguns autores o denominam “neofordismo”). Porém, no âmbito da gestão da força de trabalho, “o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos no plano da consciência de classe, do taylorismo – fordismo” (ALVES, 1999, p.95).

Ainda segundo Alves (1999), os anos 80 do século XX, podem ser considerados como “década das inovações capitalistas”, da flexibilização da produção, da “especialização flexível”, da desconcentração industrial, dos novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como just-in-time (em tempo hábil) Kan-ban (Placas e senhas de comando para reposição de peças e de estoque), CCQ’s (Círculos de Controle de Qualidade), da racionalização da produção, de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma nova etapa da internacionalização do capital, ou seja, um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala planetária. Na verdade, foi a década de impulso da acumulação flexível, do novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo.

Nessa fase, acentuam-se mais ainda, as contradições uma vez que, com a implantação do tempo justo do toyotismo, foi possível constatar exemplos crescentes intensificação do

³Toyotismo – também conhecido como acumulação flexível – é um modelo de produção industrial idealizado por Eiji Toyoda (1913-2013) e difundido pelo mundo a partir da década de 1970 após a sua aplicação pela fábrica da Toyota.

⁴ Acumulação flexível é um conceito utilizado por David Harvey para caracterizar uma série de práticas com o intuito de quebrar a rigidez do fordismo. A mudança tecnológica constante, a automação, a busca de novas linhas de produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas onde o controle do trabalho se dá mais facilmente, as fusões e medidas para acelerar o tempo de giro do capital passam, então, ao primeiro plano das estratégias corporativas de sobrevivência. Disponível em: <https://petcs.wordpress.com/2010/07/09/david-harvey-as-transformacoes-politico-economicas-do-capitalismo-no-final-do-seculo-xx/> Acesso em: 17.05.15

trabalho pelo fato de os operários trabalharem com várias máquinas e pelo ritmo e velocidade do sistema de luzes.

Outra falácia marcante dessa época, segundo Antunes (2009), é o da “qualidade total” tão difundida no “mundo empresarial moderno” em que quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter menor tempo de duração, porque o capital tem a necessidade imperiosa de reduzir o tempo de vida útil dos produtos, visando aumentar a velocidade do circuito produtivo, que fez Mészáros (2002, p.15) desenvolver a tese “taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas”. Para ele, o capital não trata valor de uso (o qual corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca como estando separados, mas de um modo que subordina radicalmente o primeiro ao último.

O toyotismo tem como base um padrão produtivo organizacional tecnologicamente avançado, com técnicas de gestão da força de trabalho e o uso de computadores, sua estrutura produtiva é mais flexível pela adoção da desconcentração produtiva mais flexível, as empresas terceirizadas, do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, seduzindo o trabalhador no discurso do “envolvimento participativo” e permanecendo o trabalho alienado.

A partir do toyotismo ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho, onde a “*intentio recta*” da produção capitalista, sob a etapa da mundialização do capital, exige, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária (o que explica, portanto, o impulso desesperado – e contraditório – do capital para conseguir a parceria com o trabalho assalariado) ALVES (1999, p.109).

Para Antunes (2009), o principal traço de diferenciação do toytismo é a produção vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferente do modelo anterior, por isso sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrário da homogeneidade fordista.

Ainda para o autor citado acima, o disciplinamento da força de trabalho é impulsionada pela necessidade de implantar formas de capital e de trabalho intensivo. O trabalho em equipe, a transferência das responsabilidades de elaboração e controle da qualidade da produção que antes eram realizados pela gerência científica, agora são ações dos próprios trabalhadores, nas palavras do autor um processo de “*lioofilização organizacional e do trabalho*”.

Para Alves Alves (1999, p.121-122)

Sob o toyotismo, a competição entre os operários é intrínseco à idéia de “trabalho em equipe”. Os supervisores e os líderes de equipe desempenham papéis centrais no “trabalho em equipe” [...] Surge um “estranhamento pós-fordista”, sob o toyotismo, que possui uma densidade manipulatória maior do que em outros períodos do capitalismo monopolista. Não é apenas o “fazer” e o “saber” operário que são capturados pela lógica do capital, mas a sua disposição intelectual-afetiva que é constituída para cooperar com a lógica da valorização. O operário é encorajado a pensar “próativamente”, a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neocorporativas de cariz propositivo).

Segundo essa concepção da administração, além da transferência da responsabilidade para o trabalhador individualmente, como os trabalhadores detêm conhecimentos, esses devem ser incorporados ao processo produtivo e ao “ambiente da empresa” passando o capital, apropriando-se do saber do trabalhador para garantir mais ainda a extração de mais valia.

Desse modo, uma característica central do toyotismo é a manutenção da “manipulação” do consentimento operário, objetivada em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, que permitem “superar” os limites postos pelo taylorismo/fordismo.

Alves (1999) destaca que a principal estratégia de captura do consentimento operário do toyotismo é a emulação individual através das estruturas “estimulantes” dos mercados internos, do emprego vitalício e, hoje, principalmente, através dos novos sistemas de pagamento (salário por antiguidade, dos bônus de produtividade ou participação nos lucros e resultados).

Segundo Antunes (2011), outro reflexo das mudanças sofridas com o surgimento do toyotismo foi a desestruturação do sindicalismo combativo, para o sindicato-casa, sindicato empresa, implantando o sindicalismo de envolvimento, em essência um sindicato manipulado e cooptado.

Para Antunes (2011), a crise sindical que se defronta nesse contexto pode ser sintetizada pelas seguintes tendências:

- 1) Uma crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações capital e trabalho da esfera nacional para os ramos da atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada[...]
- 2) Uma fortíssima corrente no sentido de desregular e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho, atingindo duramente

conquistas históricas do movimento sindical que tem sido, até o presente, incapaz de impedir tais transformações [...]3) O esgotamento de modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram, nessa última década, pelo sindicalismo de participação e que agora contabilizam prejuízos de brutal envergadura - dos quais o mais evidente é o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos (ANTUNES, 2011, p. 68-69).

Cabe destacar que o neoliberalismo reduziu fortemente a ação sindical, boicotando ao máximo atuação dos sindicatos, com forte pressão burocrático-legal, coibindo as greves de solidariedade, coibindo ações de conscientização dos sindicatos. É por esse motivo que surgiram movimentos sindicais alternativos, questionando a ação proeminente defensiva praticada pelo sindicalismo tradicional, limitando sua ação dentro da ordem, mostrando ser incapaz de desencadear uma ação para além do capital.

A reestruturação produtiva, sob a mundialização do capital, tende a impulsionar, em sua dimensão objetiva, as metamorfoses do trabalho e a fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados (que os principais exemplos são a proliferação da subproletarização e do desemprego estrutural). Surge o que autores denominam de um novo (e precário) mundo do trabalho.

Conforme destacam Antunes e Alves (2004), as mudanças atingiram o mundo em todos os seus níveis, os quais se denominam de processo multiforme e entre eles vêm ocorrendo 1) Uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado. 2) Contraditoriamente, no polo oposto da tendência anterior, houve um aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial; são diversas modalidades de trabalho precarizado, são os terceirizados, subcontratados, *part-time*, entre tantas outras formas assemelhadas. 3) Aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados. 4) Uma significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, que, inicialmente, incorporou parcelas significativas de trabalhadores expulsos do mundo produtivo industrial. 5) A crescente exclusão dos jovens, que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho. 6) Paralelamente à exclusão dos jovens, vem ocorrendo também a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho; ao mesmo tempo, tem se utilizado da inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, nas mais diversas atividades produtivas. 7) Expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor”, assumindo uma forma alternativa de ocupação, por intermédio de empresas de perfil mais

comunitário, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abrangendo um amplo leque de atividades, nas quais predominam aquelas de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado.⁸⁾ A expansão do trabalho em domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas. 9) No contexto do capitalismo mundializado, dado pela transnacionalização do capital e de seu sistema produtivo, a configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional.

Para Neto (2011), a “desregulamentação” e a “flexibilização” que o capital promoveram o agigantamento das atividades financeiras (resultado ou na superacumulação, ou na especulação desenfreada). Juntamente, a produção segmentada, horizontalizada e descentralizada da “fábrica difusa”, que é promovida em vários ramos, propicia uma “mobilidade” (ou “desterritorialização”) dos polos produtivos. Esses novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo, elevando o crescimento da força de trabalho excedente frente aos interesses do capital. O chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado - e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é, hoje, a ordem do desemprego e da “informalidade”.

Assim como o capital é sistema global, o mundo do trabalho é cada vez mais transnacional, com reconfiguração, tanto do espaço quanto do tempo; em virtude do sistema global do capital, há um processo de re-territorialização e também desterritorialização.

Todavia, assim como o processo de mundialização produtiva, desenvolve uma classe trabalhadora que mistura sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. A ação da classe trabalhadora deve cada vez mais internacionalizada.

1.4 A mundialização do capital e reestruturação ideológica

No período de transição do fordismo ao toytismo, a sociedade passou por profundas mudanças; ocorreu não apenas uma reestruturação política (neoliberalismo) ou a reestruturação produtiva (toyotismo) sob o signo das revoluções tecnológicas; houve também uma reestruturação ideológica (pós-modernismo).

O movimento pós-moderno está presente em diversos campos da sociedade entre produtores de artefatos culturais e o público em geral: arquitetura, propaganda, moda, filmes,

promoção de eventos multimídia, espetáculos grandiosos, campanhas políticas e a onipresente televisão, mas, nem sempre, é claro quem está influenciando quem no processo.

Cabe deixar claro que o conceito de pós-modernidade não é dos mais fáceis de definir, pois se trata de um objeto, que se insere na perspectiva do múltiplo: múltiplas abordagens, perspectivas e nomenclaturas.

Debord (2003) denomina a sociedade atual como a “sociedade do espetáculo”. O conceito de espetáculo unifica e explica uma grande diversidade de fenômenos aparentes, entre eles a negação da vida, apresentando como algo grandioso, positivo, indiscutível e inacessível, sendo o discurso ininterrupto que a ordem presente, para ele o “espetáculo é o capital a um tal grau de acumulação que se toma imagem” (DEBORD, 2003, p.20).

O espetáculo, na sociedade vigente, representa concretamente uma fabricação de alienação; o crescimento econômico, que cresce para si mesmo, não é outra coisa senão a alienação que constitui seu núcleo original. A alienação do homem, alienado daquilo que produz, mesmo criando os detalhes do seu mundo, está separado dele, é uma relação que quanto mais sua vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela.

Para Alves (2013), a transformação das pessoas em mercadoria e a implicação da vida para o consumo no seio da “sociedade do espetáculo” alterou a qualidade-densidade do movimento histórico da “classe”, promovendo a universalização da “condição de proletariedade” capaz de abrir novas possibilidades objetivas para a formação da consciência de classe e, por conseguinte, da própria classe social do proletariado. Além disso, partindo do conceito de *Aufhebung*⁵, o autor afirma que se alterou também o registro histórico da *Aufhebung* na medida em que a impetuosidade da manipulação assumiu dimensões qualitativamente novas no plano da subjetividade das massas, obstaculizando ou retardando a formação e constituição do sujeito humano capaz de dar resposta radical à condição de proletariedade.

Harvey (1993) destaca que, na transição do fordismo, houve uma mudança geral das normas e dos valores coletivos, inclusive nas organizações operárias e movimentos sociais, para um individualismo muito competitivo como valor central a cultura dos empreendimentos, gerando uma energia negativa inclusive na esquerda.

⁵Na leitura meszariana de Marx, a ideia de *Aufhebung* significa movimento social do sujeito coletivo capaz de negar o estado de coisas existente (o capital), um movimento sociometabólico alternativo, mais propriamente social que político, e, portanto, que nasce por baixo, abrangendo a totalidade da vida social (ALVES, 2012, p.59).

Esse conjunto de ideias e de valores atribuídos, pelo empreendimentismo hoje denominado de empreendedorismo, pode ser compreendido como uma cultura presente e parte do capitalismo contemporâneo, que permeia e orienta diversas formas de socialização.

Hoje o empreendimentismo caracteriza não somente a ação dos negócios, mas domínios da vida tão diversos quanto a administração municipal, o aumento da produção do setor informal, a organização do mercado de trabalho, a área de pesquisa e desenvolvimento, tendo até chegado aos recantos mais distantes da vida acadêmica, literária, artística, etc. (HARVEY, 1993, p. 161)

O empreendimentismo é sinalado por uma excitação do indivíduo e de suas capacidades individuais, o meio no qual ele está inserido constitui uma situação momentânea, podendo, através do esforço individual (e somente por este), ser ultrapassado, superado ou transformado. Contudo, o ser empreendedor é ser individualista, pois atribui ao sujeito a responsabilidade por criar melhores maneiras de produzir, sem que ele possa contar com nada mais que seu talento pessoal, adquirido e elaborado ao longo de sua vivência. Isso se efetiva ainda mais quando o discurso difundido é do empreendedor individual.

A leitura do individualismo como parte inerente ao empreendedor e como uma cultura difundida, apresentada por Harvey, se acrescenta à visão que Bauman (2001) atribui ao individualismo do consumidor, o consumir – empreender – o saber escolher e viver em uma sociedade de consumidores.

Outro mecanismo para a expansão do consumo, sobretudo, a partir do fordismo, foi que combina a produção em série com o consumo de bens em massa, intervenção de técnicas de publicidade e o marketing como uma forma de venda desde produtos, serviços e, principalmente, de um novo modo de vida.

No entanto, cabe o destaque de que o termo “consumo de massa” carrega consigo a ideologia de que todos somos iguais e temos, de forma igual, acesso aos produtos e serviços do mercado, afastando a realidade desigual da sociedade capitalista que uns têm em excesso enquanto outros não têm o mínimo necessário para sobrevivência; basta lembrar os milhões de pessoas que passam fome diariamente.

Bauman (2008) explica sobre a transformação da sociedade moderna de produtores na atual sociedade de consumidores. O consumo deixou de ser uma prática banal do dia a dia, com raízes antigas, que percorreu séculos, para se transformar no eixo organizador das sociedades do presente, fonte de inspiração para a modelagem de uma enorme variedade de formas de vida e de padrões de relações entre as pessoas.

Tal fato pode ser explicado, a partir da segunda metade do Século XX, com a ampliação da capacidade produtiva de forma desmesurada. Houve também, nesse momento uma, modificação no processo de produção - distribuição – consumo, ampliando ainda mais a cisão entre eles.

No processo de reprodução social, encontramos três momentos principais, que compõem a produção material; são as esferas da produção, da distribuição e do consumo. Esses momentos são dissemelhantes; no entanto, constituem uma unidade dialética, com predomínio da produção. Como afirma Marx (2008, p.257):

[...] não é que a produção, a distribuição, a troca e o consumo, são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças em uma unidade. A produção excede-se tanto a si mesma, na determinação antitética da produção, que ultrapassa os demais momentos. O processo começa sempre de novo a partir dela. Compreende-se que a troca e o consumo possam ser os elementos predominantes. O mesmo acontece com a distribuição como distribuição dos produtos.

Ainda conforme o autor citado (2008, p.258), “Uma ação recíproca ocorre entre as distintas fases, esse é o caso para cada todo orgânico.” Em outras palavras, se a distribuição sofre uma modificação, a produção também modifica, e, se houver uma variação no consumo, a produção também sofre mudanças. No entanto, a produção é o momento determinante, pois o processo social tem início a partir dela e sua organização é determinada por ela.

Na sociedade predominada pelo capital, tais esferas aparecem separadas e como momentos independentes, principalmente da base ontológica, mas também a distribuição, a troca e o consumo. Sobre isso, Marx (2008) mostra como é a análise dos economistas clássicos:

Na produção, os membros da sociedade apropriam-se dos produtos da natureza para as necessidades humanas; a distribuição determina a proporção de que o indivíduo participa; a troca fornece-lhe os produtos particulares nos quais quer converter o quantum que lhes correspondera pela distribuição, finalmente no consumo, os produtos convertem-se em objetos de desfrute, de apropriação individual (2008, p.244)

Nessa visão, a produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais; a troca reparte de novo o que já está distribuído, segundo a necessidade individual; e, finalmente, no consumo, o produto

desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual. Nesse movimento, a produção aparece como ponto inicial e o consumo como ponto final; a distribuição e troca aparecem como o meio-termo.

Para Marx (2008), a distribuição determina a proporção em que correspondem os produtos ao indivíduo; a troca determina os produtos nos quais o indivíduo exige a parte que a distribuição lhe atribuiu. Produção, distribuição, troca, consumo formam, assim, um raciocínio segundo as regras: produção (generalidade), distribuição e troca (a particularidade), consumo (individualidade que expressa a conclusão).

A cisão desses momentos marca a principal contradição do sistema do capital: a produção da riqueza cada vez mais social e a apropriação cada vez mais privada, outra contradição do caráter destrutivo do capital, no decurso da história atual, é que o capital cria, constantemente, necessidades ilusórias como forma de não diminuir o seu ciclo de acumulação.

A classe trabalhadora, que produz a riqueza social, não exerce controle sobre essa forma de produção, inclusive com privação no acesso, ou seja, da apropriação da riqueza que produz. Enquanto a classe burguesa decide e controla a forma de produção, também se apropria privadamente dos bens produzidos pelos trabalhadores.

A inexistência de unidade entre produção, controle, consumo e distribuição é apontada por Mészáros (2002), como um defeito estrutural do capital, visto que a própria estrutura do capital é composta por antagonismos, por relações de conflitos que sustentam, quer dizer, que o conjunto (estrutura vital) do capital, em que tais esferas se contrapõem, adquirindo uma independência, isolando e opondo umas às outras.

Mészáros (2002, p.100) mostra três defeitos estruturais do capital sobre o defeito estrutural do controle:

Primeiro a produção e seu controle estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos. Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a produção e o consumo adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas. E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja capaz de penetrar – porque tem de penetrar – no domínio da circulação global (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a circulação como empreendimento global de suas próprias unidades internamente fragmentadas), na tentativa de superar a contradição entre produção e circulação.

O consumo assume uma dimensão central e apelativa no modo de produção capitalista, pois é o momento da realização da mais-valia, em que as mercadorias são consumidas para acúmulo e expansão do capital, não como princípio elementar à satisfação nas necessidades básicas. A produção e o consumo de mercadorias são definidos pelo valor de troca e não pelo seu valor de uso, e tal relação se torna regra geral na sociedade regida pelo capital.

Segundo Harvey (1993), o uso de novas tecnologias produtivas e novas formas de organização, com a redução do tempo de giro, muda o trabalho, o consumo e também a dispersão geográfica.

1. A globalização: produção, troca e circulação de mercadorias estão globalizadas, caracterizando o escopo transnacional do capital; 2. A efemeridade: o turn-over⁶ da produção e do consumo é extremamente veloz; aceleração do tempo de giro na produção (produção flexível: pequenos lotes, variedade de tipos de produto e sem estoques), e redução do tempo de giro no consumo; 3. A dispersão: geográfica da produção, feita através de uma mudança na estrutura ocupacional; do trabalho (com as novas modalidades de empregos: temporários, de tempo parcial e a terceirização); do monopólio, num amplo conjunto de produção desterritorializada.

Na medida em que na sociedade capitalista vai ocorrendo o seu caráter destrutivo, sobretudo pelo impulso ao consumismo ou hiperconsumo, surge um movimento denominado de Minimalismo⁷.

Os adeptos dessa linha de pensamento comportamental aceitam a definição deste comportamento como: “minimalismo é uma ferramenta para se livrar dos excessos da vida com o intuito de focar no que é importante, para que você possa encontrar felicidade, realização e liberdade” (THE MINIMALISTS). Assim, os consumidores minimalistas buscam eliminar o excesso mental – “coisas que poluem nossa mente, incluindo relacionamentos perniciosos, pensamentos obsessivos” (SBROGLIO, 2013) – através da eliminação do excesso de objetos físicos. O minimalismo é, de fato, um comportamento de consumo, uma vez que esse estilo de vida se reflete na maneira de consumir desses indivíduos; não é,

⁶é uma palavra de origem inglesa que significa “renovação” e que no ramo dos Recursos Humanos (RH) é empregada para determinar a taxa média entre admissões e desligamentos em relação ao efetivo médio em uma empresa. Disponível em <http://eadbox.com/quais-sao-os-principais-motivos-do-alto-indice-de-turnover/> Acesso em: 24.07.15

⁷ O “minimalismo” efetivamente, por sua vez, foi uma corrente artística do século XX que focava nos elementos de expressão essenciais, influenciando a literatura, música e, mais profundamente, as artes plásticas. Sua máxima é a expressão “menos é mais”, do arquiteto alemão Mies Van der Rohe (MOTA, 2009)

entretanto, apenas isso, é para eles também uma maneira encontrada de busca uma vida que faça mais sentido, que lhes traga mais felicidade.

O “consumo minimalista” evoca o pensamento de indivíduos engajados com causas sociais e ambientais; existe, para eles, uma preocupação ambiental e social no consumo minimalista. Tais consumidores entendem o impacto do consumo desenfreado para o meio ambiente e para o aumento das diferenças sociais. Essa não é, no entanto, a principal proposta do minimalismo. No entanto, como perspectiva de soluções dos problemas ambientais e sociais, tem como ação individual: mudar somente a forma como consumimos para melhorarmos nossas vidas. A noção de coletividade presente é em consequência de uma mudança a princípio individual.

Esse movimento, partindo da análise marxiana, revela sua incapacidade de alternativa contra a produção destrutiva do capital, pois ele não rompe com a estrutura capital-trabalho, como destaca NEGRETTO (2013, p.86) “O minimalismo não nega o consumo ou o capitalismo. Não se opõe ao ato da compra em si, mas sim ao ato de compra sem reflexão acerca das necessidades do indivíduo”

Essa linha de pensamento faz parte do ideário pós-moderno baseado no crescimento esperto como destaca Halal⁸, muitas vezes, se travestindo um híbrido entre capitalismo e socialismo, não necessita de uma mudança, a adaptação tão somente é eficiente, como podemos observar as quadro 01 e 02.

QUADRO 01 - O NOVO CAPITALISMO SEGUNDO HALAL		
	O antigo capitalismo (Paradigma industrial)	O novo capitalismo (Paradigma pós-industrial)
Fronteira de progresso	Crescimento difícil	Crescimento esperto
Organização	Estrutura mecânica	Redes de mercado
Processo de decisão	Comando autoritário	Liderança participativa
Valores institucionais	Alvos financeiros	Alvos múltiplos
Foco gerencial	Gerência operacional	Gerência estratégica
Macrossistema econômico	Grande negócio centrado no lucro	Livre empresa democrática
Sistema mundial	Capitalismo versus socialismo	Híbridos do capitalismo e do socialismo

Fonte: Halal (1986, *apud* HARVEY, 1993, p. 164)

⁸Harvey(1993, p.164) cita as ideias de Halal para descrever algumas mudanças do novo capitalismo e antigo capitalismo.

QUADRO 02: CONTRASTE ENTRE O FORDISMO E A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL SEGUNDO SWYNGEDOUW	
Produção fordista (baseada em economias de escala)	Produção just-in-time (baseada em economias de escopo)
B. TRABALHO	
realização de uma única tarefa pelo trabalhador	múltiplas tarefas
nenhuma segurança no trabalho	grande segurança no emprego para trabalhadores centrais (emprego perpétuo). Nenhuma segurança no trabalho e condições de trabalho ruins para trabalhadores temporários
D. ESTADO	
o Estado / cidade "subsidiador"	o Estado / cidade "empreendedor"
intervenção indireta em mercados através de políticas de renda e de preços	intervenção estatal direta em mercados através de aquisição
políticas regionais nacionais	políticas regionais "territoriais" (na forma de uma terceira parte)
pesquisa e desenvolvimento financiados pelas firmas	pesquisa e desenvolvimento financiados pelo Estado
inovação liderada pela indústria	inovação liderada pelo Estado
E. IDEOLOGIA	
consumo de massa de bens duráveis: a sociedade de consumo	consumo individualizado: cultura "yuppie"
modernismo	pós-modernismo
totalidade / reforma estrutural	especificidade / adaptação
socialização	individualização; a sociedade do "espetáculo"

Fonte: Adaptado Swyngedouw (1986, *apud* HARVEY, 1993, p. 167)

Debord (2003) destaca que o espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o modelo presente da vida

socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha já feita na produção e no seu corolário — o consumo.

O período pós-moderno é dado com ênfase da era do consumo individualizado e da sociedade do espetáculo. O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta na sua plenitude a essência de qualquer sistema ideológico: o empobrecimento, a submissão e a negação da vida real. O espetáculo é, materialmente, “a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem” (DEBORD, 2009, p.215).

CAPITULO II

2. A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A AGRICULTURA CAPITALISTA

A produção agrária monopolista – eufemisticamente chamada de “agronegócio”⁹ – assalaria os trabalhadores, sejam os proletários urbanos ou parte dos trabalhadores rurais, sejam propriamente camponeses, sejam ligados a outras formas de trabalho, como trabalhadores coletivos de cooperativas ou assentamentos de reforma agrária, vêm-se diante do fato de que precisa se vincular ao mercado e à lógica do capital, como ocorre com a produção familiar; tomada de assalto pelos monopólios da produção de commodities, ou ainda, orientado pela produção do agro combustível.

Inserida no processo de mundialização do capital pós II guerra mundial, a agricultura passou a conhecer um profundo processo de mudança. A agricultura que antes se baseava na produção para o autoconsumo e o excedente para ser vendido no mercado como forma de suprir as necessidades familiares, foi substituída com a revolução verde pela agroquímica, pelo sistema de estoques governamentais e a FAO¹⁰ como órgão mundial de regulação das políticas na agricultura.

Para Teubal (2008), o reflexo da mundialização do capital não demorou a ser sentido no campo latino-americano, principalmente pelo processo de mudanças introduzidas pela revolução verde, o campo latino-americano passou a sofrer as consequências da intensificação do domínio do capital no seio de um capitalismo cada vez mais globalizado. Para o autor, as principais consequências foram:

a crescente disseminação do trabalho assalariado; precarização do emprego rural; a multi-ocupação; a expulsão dos produtores de médio e pequeno porte do setor; as contínuas migrações campo-cidade ou através das fronteiras; o aumento da orientação da produção agrícola aos mercados; a articulação de produtores agrícolas aos complexos agroindustrial onde predominam as decisões dos centros de poder ligados a grandes empresas multinacionais ou transnacionais; a formação em alguns países do chamado pool de siembra,

⁹ Desenvolvido por Davis e Goldberg, em 1957, como sendo o conjunto de todas as atividades de produção, processamento, distribuição e comercialização dos produtos agrícolas. O agronegócio é uma variação da expressão em inglês “agrobusiness” é toda uma rede que envolve todos os segmentos da cadeia produtiva vinculada à agropecuária. Ele não se limita apenas à agricultura e à pecuária, incluindo também as atividades desenvolvidas pelos fornecedores de insumos e sementes, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária.

¹⁰ Criada em 16 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) atua como um fórum que se diz “neutro”, onde todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento, se reúnem em igualdade para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Atualmente a FAO tem 191 países membros, mais a Comunidade Europeia. A rede mundial compreende cinco oficinas regionais e 78 escritórios nacionais. Sua sede é em Roma, Itália.

etc. Todos estes fatores estão relacionados a processos de globalização e processos tecnológicos que lhes estão associados, incidindo sobre a exclusão social nas zonas rurais e afetando a maioria dos Produtores e trabalhadores rurais, sejam eles pequenos e médios produtores, agricultores ou camponeses e trabalhadores sem-terra, incluindo os trabalhadores e proprietários rurais não-agrícolas médios e pequenos. (TEUBAL, 2008, p.46-47)

De acordo com Oliveira (2012), a agricultura sob o capitalismo monopolista mundializado, passou a estruturar-se sobre três pilares: a) na produção de commodities, b) nas bolsas de mercadorias e de futuro e c) nos monopólios mundiais.

O primeiro objetivou transformar toda produção agropecuária, silvicultura e extrativista, em produção de mercadorias para o mercado mundial. Dessa forma, a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica nacional e passou a ser mercadoria adquirida no mercado mundial independente de onde ela seja produzida. As principais commodities são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja entre outras; no Brasil, acrescenta-se também, etanol e boi gordo.

O Brasil é hoje segundo Souza (2011), o maior exportador mundial de café, açúcar, suco de laranja, tabaco, soja, milho e do complexo carne (boi, porco e frango), além de duas empresas de minério e energia, (vale e Petrobras), as quais, coloca o Brasil como importante país fornecedor de produtos primários no mercado internacional.

Ainda segundo Souza (2011), as exportações totais do Brasil saltaram de US\$ 72 bilhões em 2003 para US\$ 201,9 bilhões em 2010, sendo que, no último ano, 69,4% do total exportado era commodities, o que demonstra a política brasileira pautada na produção de commodities.

As bolsas de mercadorias e futuro tornaram o ponto central regulador dos preços mundiais das commodities. Na Bolsa de Chicago - Estados Unidos, decidem-se os preços da soja, milho, trigo, farelo e óleo de soja. Na Bolsa de Londres - Inglaterra definiram os preços do açúcar, cacau, café, etc. Na Bolsa de Nova York - Estados Unidos ocorrem as cotações do algodão, açúcar, cacau, café e suco de laranja, etc. No Brasil, não tem sido diferente, a BM&FBovespa atua no mercado futuro de soja, milho, café, etanol e boi gordo. Na Bovespa, também estão às ações dos principais monopólios agrícolas: SLC Agrícola, Brasil Agro, BRF- Brasil Foods, JBS, Marfrig, Minerva, Cosan, São Martinho, Tereos, Fibria, Suzano, Klabin, Duratex, Eucatex e Ecodiesel.

Conforme Stedile (2010), por meio do excedente de capital financeiro, os bancos passaram a comprar ações de centenas de médias e grandes empresas que atuavam em

diferentes setores da agricultura. E, a partir do controle da maior parte das ações; promoveu então, a concentração das empresas que passaram a atuar sobre a agricultura. Em poucos anos, essas empresas que tiveram seu capital injetado pelo capital financeiro passaram a controlar os mais diferentes setores relacionados com a agricultura, como: comércio, produção de insumos, máquinas agrícolas, agroindústrias, etc.

Terceiro, a constituição dos monopólios mundiais possibilitou o controle monopolista da produção das commodities do setor. Estas empresas mundiais têm, nas multinacionais, suas bases. Elas formaram-se pelo processo mundial de investimentos diretos de capitais por meio das filiais, fusões, associações, franquias etc.

Segundo Teubal (2008), as empresas transnacionais exercem um controle gigante do mercado mundial de produtos agropecuários; seis corporações controlam 85% do mercado de grãos, as principais são: (Cargill/EUA, Mitsui/Japão, Dreyffus/França).

Marcos (2008), destaca que poder/controlar o mercado não se resume à produção/comercialização de produtos agrícolas. A ação dessas grandes corporações se estende também à produção de maquinários, insumos, sementes transgênicas e processamento industrial. O resultado é que, poucas empresas controlam a maior parte do mercado mundial e também, boa parte delas atua em mais de um setor, sendo capazes de controlar o mercado em várias frentes; ter acesso a vários tipos de financiamentos e exercer importante influência sobre as decisões políticas que afetam o setor.

O grupo ETC, monitora o impacto das tecnologias emergentes e estratégias corporativas sobre a biodiversidade; a agricultura e os direitos humanos. Esse grupo é tido como uma referência no estudo das corporações do agronegócio. Os dados desse grupo demonstram que Três empresas controlam 53% do mercado mundial de sementes: Trata-se da Monsanto (26%), Du Pont Pioneer (18,2%) e Syngenta (9,2%). As três empresas faturam 18 bilhões de dólares por ano.

Seis empresas de agrotóxicos, dominam 76% do setor Syngenta (23% de participação no mercado e 10 bilhões de faturamento anual), a Bayer CropScience (17% e 7,5 bilhões), a BASF (12% e 5,4 bilhões de dólares), a Dow AgroSciences (9,6% e 4,2 bilhões de dólares) e Monsanto (7,4% e 3,2 bilhões de dólares por ano).

Em relação aos fertilizantes, dez empresas controlam 41% do mercado e faturam 65 bilhões de dólares. Trata-se das empresas Yara (6,4%), AgriumInc (6,3), a empresa Mosaic (6,2), PotashCorp (5,4), CF Industries (3,8), Sinofert Holdings (três , 6), K + S Group (2,7), Israel Chemicals (2,4), Uralkali (2,2) e Bunge Ltd (2%).

Conforme Oliveira (2012), as empresas mundiais nasceram, tanto de empresas estrangeiras como das nacionais, que possuindo o controle monopolista da produção, galgam o patamar mundial, associando-se majoritariamente com empresas nacionais concorrentes. As empresas articulam-se através de dois processos monopolistas territoriais no comando da produção agropecuária mundial: *a monopolização dos territórios e a territorialização dos monopólios*.

Quando o tempo de trabalho é maior que o de produção, o capital age por meio da monopolização do território.

A monopolização do território é desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir no campo, controlam através de mecanismos de subordinação, camponeses e capitalistas produtores do campo. As empresas monopolistas atuam como players no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, as vezes controlam a produção dos agrotóxicos e fertilizantes. (OLIVEIRA, 2012, p.10)

Já quando o tempo de trabalho é menor que o da produção, o capital se territorializa, e extrai a mais-valia dos trabalhadores.

A *territorialização dos monopólios* atua simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária. Esse processo deriva da especificidade de dois setores: o sucroenergético e o de celulose e madeira plantada. Deriva também, da relação entre o capital nacional e estrangeiro que, há muito tempo, apresentam-se entrelaçados. O processo de mundialização soldou em um outro patamar econômico e político esta relação. Veja-se por exemplo, as fusões e associações que estão ocorrendo no agronegócio no Brasil, tornando inclusive, empresas nacionais nas maiores empresas mundiais de seus respectivos setores.(OLIVEIRA, 2012, p.8)

Um modelo exemplar desse processo é o que acontece com a cana-de-açúcar, o eucalipto e a soja: o capital expropria os trabalhadores e camponeses e transforma a terra no “celeiro verde”. Segundo Marcos (2008, p.196), “o proprietário de terras, capitalista do campo e capitalista industrial é a mesma pessoa e estamos diante de uma verdadeira agroindústria”.

O campo continua povoado por pequenas e médias empresas e até por camponeses, que passam a produzir de acordo as ordens das indústrias e do mercado. Cabe o modelo da avicultura, suinocultura, do fumo, da laranja, podendo ser também de elementos necessários à produção como: sementes, fertilizantes entre outros.

Grandes partes desses produtos estão vinculadas ao agrobusiness, que, no Brasil, foi substituído pelo termo agronegócio, como alternativa de criar uma nova face para as velhas práticas da agricultura capitalista.

Na análise de (MARCOS, 2008, p.196)

O agronegócio nada mais é do que um marco conceitual que delimita os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e biomassa, operando desde o melhoramento genético até o produto final, no qual todos os agentes que se propõem a produzir matérias-primas agropecuárias devem fatalmente se inserir, sejam eles pequenos ou grandes produtores, camponeses ou pequenos capitalistas, fazendeiros ou assentados.

Segundo a análise de Marcos (2008), no campo brasileiro e latino-americano, o agronegócio tem significado de produção direcionada para o mercado externo; no entanto, a mídia não vincula o agronegócio a grande produção, criando uma farsa da agricultura capitalista, que, por trás desta ideia de modernidade, camufla o velho caráter rentista da agricultura capitalista, da concentração de terras, da produção voltada para a exportação e da super exploração da força de trabalho assalariada, como é o caso das condições de trabalho análogas à escravidão dos cortadores de cana, dos trabalhadores e das trabalhadoras do Vale do São Francisco.

Ainda na observação de Marcos (2008), esse quadro de desenvolvimento do capitalismo no campo em tempos de globalização é marcado pela liberalização dos mercados (dos países chamados em vias de desenvolvimento), que, por sua vez, é base na compreensão das desiguais situações de negociação entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento no mercado mundial. Esse é fruto da “receita” na qual, se transformou o Consenso de Washington¹¹, um conjunto de medidas técnicas em favor de uma economia de mercado cuja tese era promover a recuperação econômica dos países latino-americanos.

Foi nesse panorama que se deu o surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC), em substituição ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT¹²), em 1995. Durante a Rodada do Uruguai resultante das negociações, ficou estabelecido um acordo

¹¹ O Consenso de Washington foi à forma como ficou popularmente reconhecido um encontro realizado em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina entre elas: disciplina e reforma fiscal, privatização de empresas estatais, abertura comercial e econômica dos países, abertura comercial e econômica dos países.

¹² A Rodada do Uruguai foi a mais complexa negociação no âmbito do GATT e culminou na criação da OMC em 1995. O objetivo da substituição do GATT pela OMC foi integrar às regras comerciais, os *setores antes excluídos como agricultura e têxteis, além de incluir novos como serviços*, investimento e propriedade intelectual.

agrícola; as regras que passariam a reger o comércio agrícola internacional. As discussões foram pautadas na definição dessas novas regras e na identificação e classificação das políticas agrícolas adotadas pelos diversos países (chamada “oferta agrícola”) que, a partir da assinatura do Acordo, deveriam se readequar àquelas determinadas coletivamente.

Para Stedile(2010), os acordos multilaterais que normatizaram o comércio de produtos agrícolas, suprem os interesses das grandes empresas e obrigaram os governos servirem ao capital, a liberalizarem a comercialização desses produtos. Com esse efeito, as empresas transnacionais puderam entrar nos países e controlarem o mercado nacional dos produtos e insumos agrícolas, em praticamente todo mundo.

Segundo Marcos (2008), a criação da OMC tem por base três grandes temas:

Acesso a mercados (regras que disciplinam a utilização de medidas de proteção na fronteira para controlar a importação de produtos agropecuários), *medidas de apoio interno* (regras que disciplinam o uso e aplicação de medidas governamentais voltadas a apoiar o setor doméstico, diferenciadas em dois grupos, as que não afetam o comportamento do mercado – denominadas *medidas de caixa verde* – e as que o afetam, estando portanto, sujeitas a redução) e subsídios às exportações (regras para evitar que o comércio internacional de produtos agrícolas seja distorcido pelo uso de subsídio).(MARCOS, 2008, p.199)

No final da década de 90 do século XX, apesar da ampla introdução das medidas estabelecidas pelo Consenso de Washington e pela conformação das medidas estabelecidas pela OMC, a situação econômica e social dos países latino-americanos não tinha melhorado. No entanto, o mesmo não pode ser dito para as grandes empresas transnacionais, que haviam encontrado estrada livre para ali, se implantarem e passarem a subordinar as economias locais.

2.1 A Territorialização do capital no Sub Médio do Vale do São Francisco

Desde a segunda metade do século XIX, com o governo imperial, já havia iniciativas governamentais; naquela época, os estudos eram centrados na possibilidade de navegabilidade do Rio São Francisco e aproveitamento das potencialidades do Vale do São Francisco. Andrade (1982) destaca que, os planos de integração das regiões do antigo povoamento - o Nordeste brasileiro e Minas Gerais, tendo em vista a localização do rio São Francisco - alimentaram os planos do governo imperial no sentido de viabilizar as comunicações, os transportes e o escoamento da produção.

Até a década de 40 do século XX, a atividade econômica da região tinha como base a pecuária extensiva, e o plantio de culturas temporárias (milho, feijão, algodão, mandioca, etc) com predomínio da agricultura camponesa. A ação mais efetiva do Estado no Vale do São Francisco ocorre somente a partir de meados da década de 1940 com a instituição no art. 29 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1946, que estabelece a obrigatoriedade da União, aplicar dentro do prazo de 20 anos, a contar da data de sua promulgação, quantia não inferior a 1% da renda tributária do País; no desenvolvimento do Vale do São Francisco. Esse é o ponto de partida para a viabilização das condições estruturais para o surgimento da atividade frutícola.

Os planos iniciais de aproveitamento do Rio São Francisco priorizaram a navegação, a irrigação e a produção de energia elétrica; retratando a concepção predominante da política de Estado, cujas pretensões seguiam orientações capitalistas, no sentido de buscar viabilizar os interesses econômicos das grandes empresas, localizadas nos centros mais dinâmicos do país, como também da classe dominante local, principalmente a família Coelho¹³.

Conforme Coelho Neto (2010) explica, para atender às determinações constitucionais, em 15 de dezembro de 1948 foi criada, por força da Lei nº 541, a Comissão do Vale do São Francisco (CVSF), cujo modelo foi inspirado na experiência de desenvolvimento adotado pelo governo norte-americano. A atuação da CVSF esteve centrada em dois eixos: o primeiro voltado para a realização de estudos, visando à identificação das possibilidades concretas de uso do rio São Francisco, destacando os planos diretores para irrigação das diversas subdivisões do Vale (Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco); o segundo eixo foi

¹³ Principal família da classe dominante local, cujos membros têm se revezado, durante muitos anos, em diferentes esferas de poder do Estado, numa postura que envolve a administração direta do capital e a gestão do Estado (SOUZA, Ronilson. 2014).

direcionado para a construção de obras que envolvem os setores de energia elétrica, transportes, comunicações, urbanismo, abastecimento de água, assistência social, mecanização agrícola e agropecuária.

A irrigação ganhou maior efetividade no Vale do São Francisco, somente em meados da década de 1960, a CVSF é transformada na Superintendência do Vale do São Francisco - SUVALE, centrando as suas atividades na demarcação e colonização¹⁴ dos lotes agrícolas nos primeiros Projetos de Irrigação Pública.

Em 1960, A SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) iniciou a instalação dos primeiros perímetros irrigados, o Bebedouro (Petrolina/PE) com assentamento dos primeiros irrigantes em 1968 e Mandacaru (Juazeiro/BA), ano de 1971. O Bebedouro foi posteriormente ampliado pela SUVALE/CODEVASF e novos projetos foram implantados.

No ano de 1974, a SUVALE passa a ser Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF. Essa instituição coordenou e executou grandes obras de infraestrutura física, firmando acordos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), implementando a instalação de mais quatro Projetos Públicos de Irrigação na Região do Submédio São Francisco: Em Juazeiro/BA, os distritos de Tourão em 1978, Maniçoba em 1981 e Curaçá/BA em 1982; em Petrolina/BA, os distritos de Nilo Coelho em 1984, e Maria Tereza em 1990.

Os perímetros mais recentes são, projetos Salitre (Juazeiro), que iniciou suas operações em 2009, mas não estão totalmente concluídas e o Pontal (Petrolina) que teve suas obras iniciadas, mas não foram concluídas até os dias de hoje, por falta de recursos.

Outros perímetros criados por políticas de Estado localizados no submédio São Francisca no: Fulgêncio, localizado no município de Santa Maria da Boa Vista, Perímetro Irrigado Brígida, em Orocó, esses localizados em Pernambuco e na Bahia, temos Perímetro Irrigado de Itapera, em Sento Sé, o Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho que ocupa área também de Casa Nova, assim como o Perímetro Curaçá e Pedra Branca que também ocupam a área do município de Curaçá.

A partir dos Projetos Públicos de Irrigação, várias empresas nacionais e estrangeiras, direcionadas ao setor frutícola, instalaram-se na região, ocuparam áreas destes projetos, como

¹⁴ Colonização no sentido de transformar um determinado território em colônia de exploração. (Sousa, Áurea. 2013) destaca que o termo colono ainda é bastante usado para denominar os produtores rurais principalmente os dos primeiro projetos. “colonos” em virtude de estarem chegando à área e ocupando-a, precisariam se adaptar à realidade imposta - trabalhar com agricultura irrigada, desenvolver cultivos determinados pelo mercado e concorrer com grandes empresários instalados tanto na área interna como externa ao Perímetro” . (Sousa, 2013. p.60).

também locais externos e viáveis à fruticultura. Exemplo disso é o município de Lagoa Grande/PE, que mesmo não tendo perímetro público, possui grandes áreas de fruticultura irrigada, principalmente as vinícolas.

De acordo com Bustamante (2009), numa área correspondente a 40 mil hectares, estão instalados 2.163 unidades de “colonos” e 219 empresas; essas, no entanto, detêm 61,7% da área total. O pequeno produtor irrigante dos projetos públicos, como mencionado, vem sendo substituído por empresários e fruticultores profissionais, quase sempre vindos de outras regiões do país.

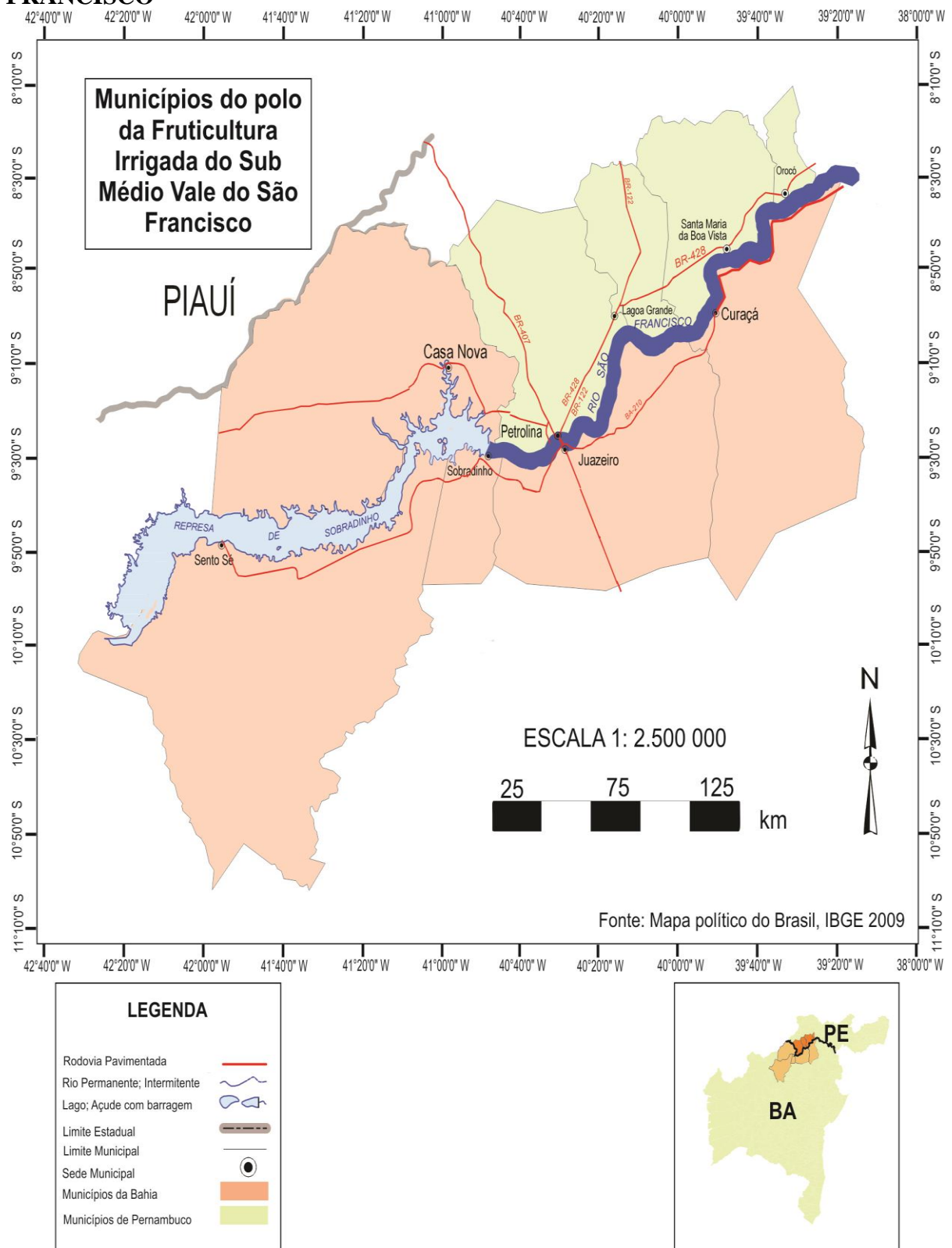
Sousa, Áurea (2013) destaca que esse processo é fruto de uma sociedade sob os domínios do capital, pois, como ele, o capital, não consegue sobreviver sem o trabalho. O processo de acumulação acarreta uma centralização espacial sem precedentes, dos sujeitos que trabalham, sob o comando dos grandes grupos empresariais dentro e fora dos Perímetros.

Entre as grandes empresas, podemos citar Agropecuária Lambrunier, Brasiluvas, CAJ-BA Cooperativa Agrícola de Juazeiro, Frutimag, Frutivale, Frutivita, Jofra Agrícola, Logos Butiá, Metaexport, SpecialFruit, Timbaúba Agrícola (grupo Queiroz Galvão Alimentos), Vale das Uvas, Nova Fronteira Agrícola, Frutinator, Lastro Agrícola, Ebras, Agrobrás, Futier, Sechi Agrícola; PritamFruit Exportação Ltda, Special Frui, Upa Agrícola.

O Polo também tem ganhado notoriedade pela produção de vinhos entre as Vitivinícolas se destacam: Santa Maria e Lagoa Grande, Vinícolas Vale do São Francisco, Miolo e Iovara/Benec, Adega Bianchetti&Tedesco e ChateauxDucos; Agropecuária Labrunier, Fazenda Ouro Verde.

No semiárido do Vale, os municípios que mais se destacam pela produção de frutas são os municípios de Juazeiro/BA, Curaçá/BA, Sento Sé/BA, Sobradinho/BA, Casa Nova/BA, Petrolina/PE, Lagoa Grande/PE, Santa Maria da Boa Vista/PE e Orocó/PE, conforme Mapa 01, abrangendo uma área de 46.126 Km² e uma população em torno de 793.535 habitantes, mapa 01 a seguir:

MAPA 01: PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO VALE DO SUB MÉDIO SÃO FRANCISCO



FONTE: Execução: REIS, Leandro, 2015.

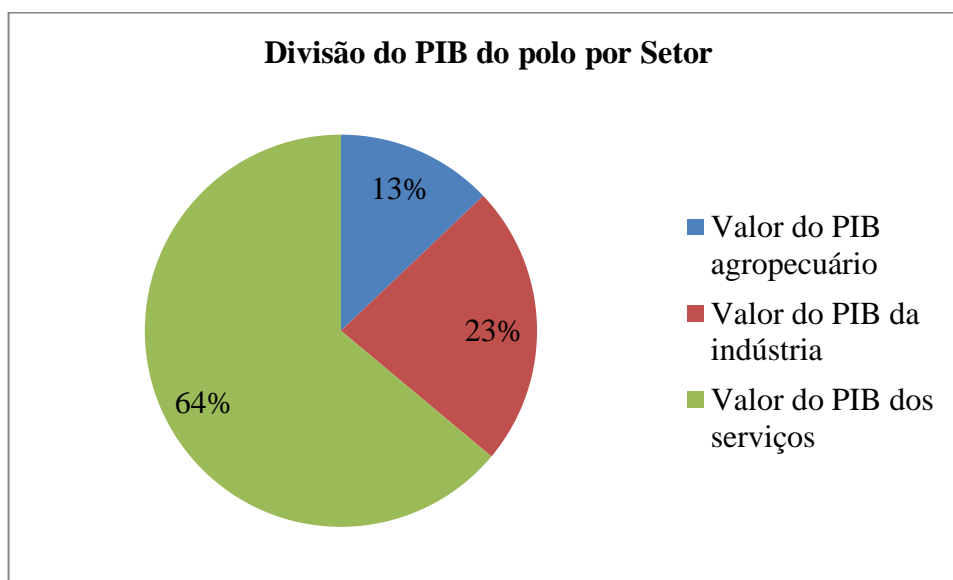
TABELA 01: DIMENSÃO TERRITORIAL DOS PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO POLO DA FRUTICULTURA DO SUBMÉDIO VALE DO SÃO FRANCISCO

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO ESTIMADA 2014	TERRITÓRIO ÁREA (Km²)
Juazeiro/BA	216.588	6.500
Sento Sé/BA	41.102	12.698
Sobradinho/BA	23.511	1.238
Curaçá/BA	34.974	6.079
Casa Nova/BA	71.504	9.647
Petrolina/PE	326.017	4.561
Sta Maria da Boa Vista/PE	41.103	3.001
Lagoa Grande/PE	24.475	1.848
Orocó/PE	14.261	554
TOTAL	793.535	46.126

Fonte: IBGE, 2014. Elaboração: REIS, Leandro, 2015.

O PIB agropecuário desses municípios no ano de 2012, segundo o IBGE, foi de R\$ 925.156 (novecentos e vinte e cinco milhões e cento e cinquenta e seis mil reais) representando 13,5% do PIB geral desses municípios. Vale destacar que nesse dado, não estão incluídos atividades dos setores de comércio, de serviços que estão diretamente vinculadas à cadeia produtiva da fruticultura (revendas de máquinas e equipamentos, insumos e embalagens, atacadistas de frutas, serviços de certificação, comercial exportadoras, serviços financeiros, etc).

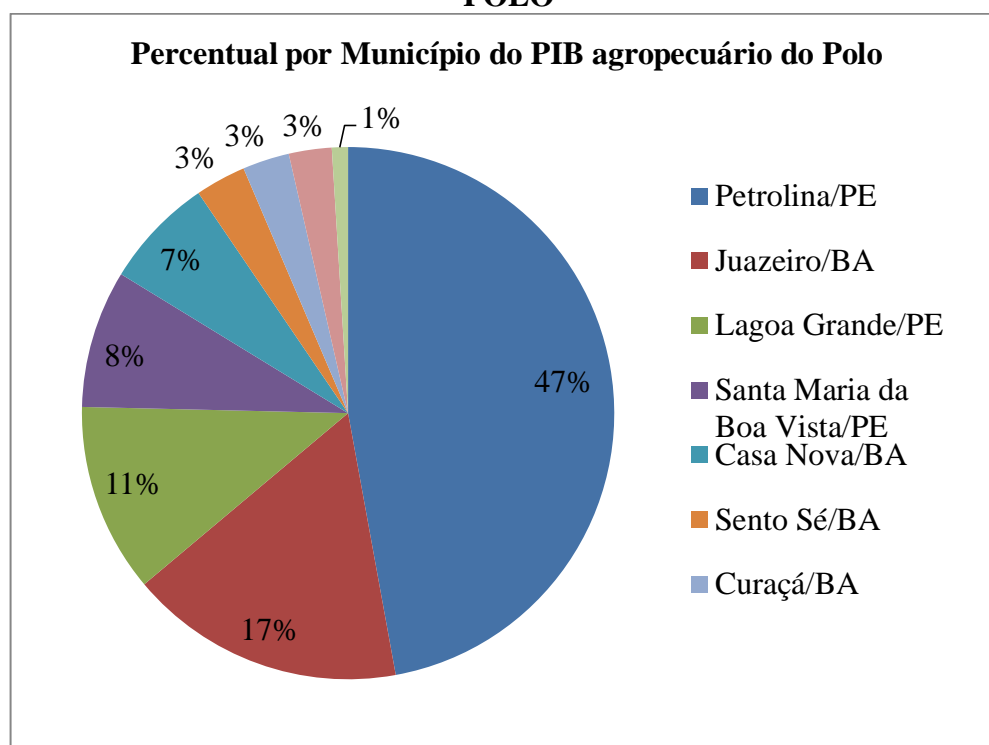
GRÁFICO 01: DIVISÃO DO PIB DO POLO POR SETOR



Fonte: IBGE, 2012. Elaboração: REIS, Leandro, 2015.

Os municípios de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, além de serem os mais populosos do polo, destacam-se pela produção agrícola, juntos correspondem a mais de 60% da produção agrícola do polo, sendo que Petrolina/PE contribui com quase 50% da produção agrícola, como podemos ver no gráfico 02 e tabela 02.

GRÁFICO 02: PERCENTUAL POR MUNICÍPIO DO PIB AGROPECUÁRIO DO POLO



Fonte: IBGE, 2012. Elaboração: REIS, Leandro, 2015.

TABELA 02: PIB AGROPECUÁRIO DO POLO EM 2012

MUNICÍPIO	PIB agropecuário (R\$)
Petrolina/PE	436.037.000,00
Juazeiro/BA	154.973.000,00
Lagoa Grande	106.304.000,00
Sta Maria da Boa Vista/PE	77.451.000,00
Casa Nova/BA	62.486.000,00
Sento Sé/BA	28.473.000,00
Curaçá/BA	26.298.000,00
Orocó	24.095.000,00
Sobradinho/BA	9.039.000,00
TOTAL	925.156.000,00

Fonte: IBGE, 2012. Elaboração: REIS, Leandro, 2015.

A área ocupada com as principais fruteiras perenes e semi perenes no ano de 2013, conforme dados do IBGE no Polo foi de 44.888ha, (ver tabela 03), com destaque para a Uva e a Manga com mais de 60% da área plantada. Além dessa área, existem cerca 14.696 ha com cana-de-açúcar, concentrada em mais de 95% em uma única empresa agroindustrial, (AGROVALE).

TABELA 03: ÁREA (HA) EM 2013 DO POLO OCUPADAS COM AS PRINCIPAIS FRUTEIRAS PERENES E SEMIPERENES

Culturas	Área (ha)
Manga	19.758
Uva	8.501
Banana	7.579
Coco-da-baía	3.659
Goiaba	3.099
Maracujá	1.438
Mamão	498
Limão	356
TOTAL	44.888

Fonte: IBGE, 2013. . Elaboração: REIS, Leandro, 2015.

A manga e a uva produzidas no Polo durante o ano de 2014 geraram uma receita de exportação de US\$ 230.518.560,00 (duzentos e trinta milhões, quinhentos e dezoito mil e quinhentos e sessenta dólares). Essas duas culturas representaram, 92% e 95% respectivamente das exportações destas frutas do país, conforme tabela 04 e 05.

TABELA 04: RECEITA EM US\$ DAS EXPORTAÇÕES DE UVA E MANGA DO POLO EM 2014

Culturas	Polo(US\$)	Brasil (US\$)
Uva	61.447.561,76	66.790.828,00
Manga	155.541.345,40	163.727.732,00
Total	216.988.907,16	230.518.560,00

Fonte: VALEXPORT/IBRAF (2014) Elaboração: REIS, Leandro, 2015

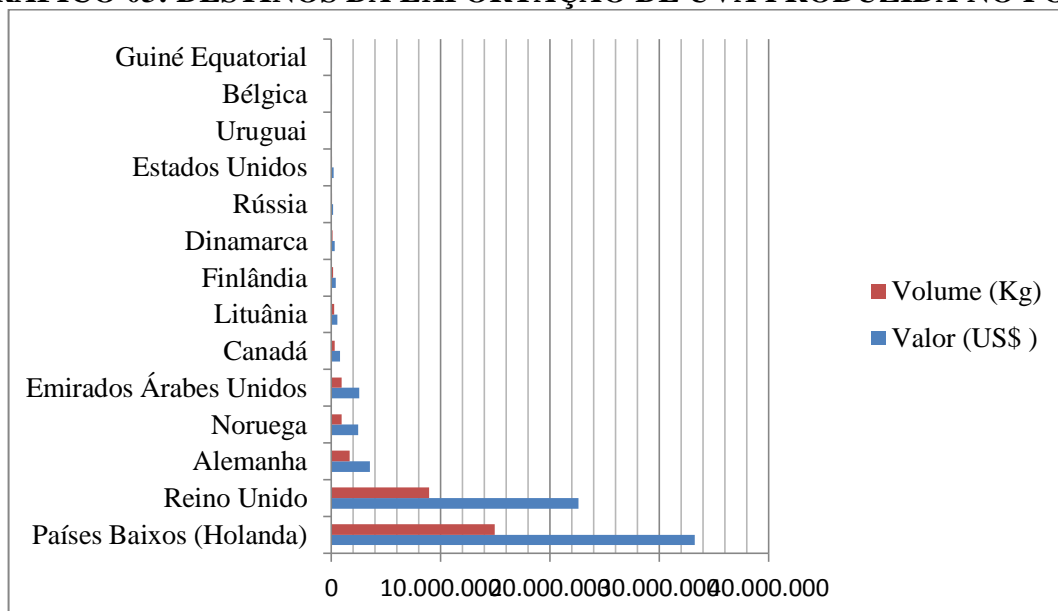
TABELA 05: VOLUME EM TONELADA (T) DAS EXPORTAÇÕES DE UVA E MANGA DO POLO EM 2014

Culturas	Polo(US\$)	Brasil (US\$)
Uva	26.079,24	28.347
Manga	126.381,35	133.033
Total	152.460,59	161.380,00

Fonte: VALEXPORT/IBRAF (2014) Elaboração: REIS, Leandro, 2015

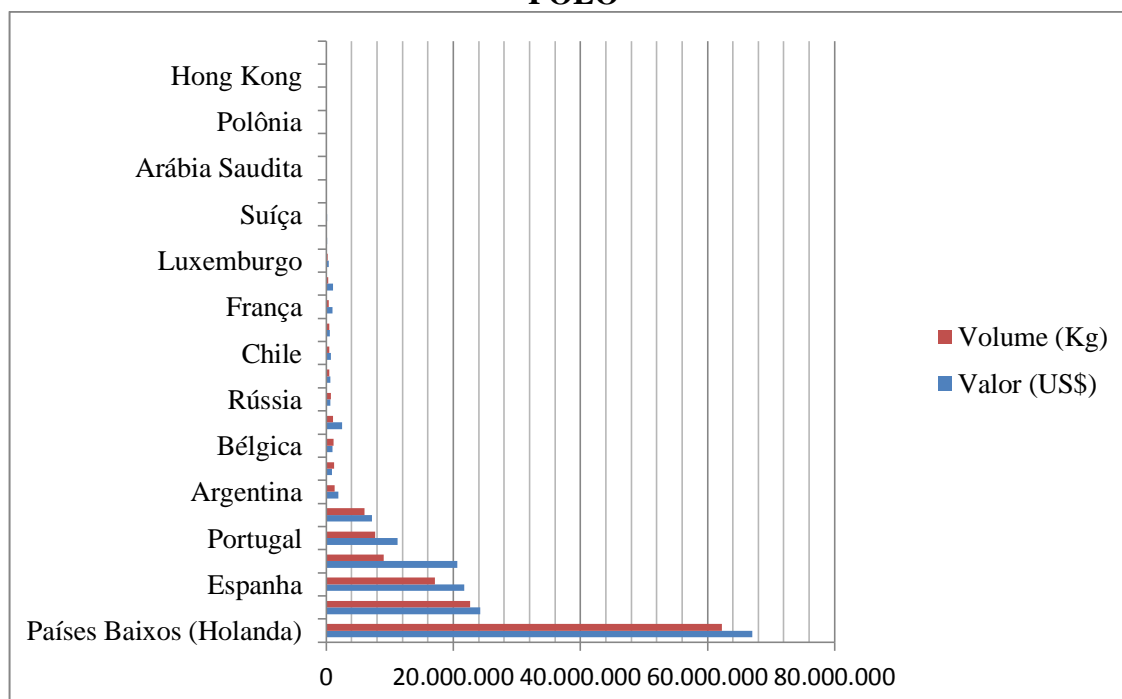
O principal destino das uvas e mangas exportadas do Brasil e do Vale do São Francisco é a Europa, com destaque para a Holanda, Espanha, Portugal, Reino Unido e Alemanha.

GRÁFICO 03: DESTINOS DA EXPORTAÇÃO DE UVA PRODUZIDA NO POLO



Fonte: VALEXPORT/ (2014) Elaboração: REIS, Leandro, 2015

GRÁFICO 04: PARTICIPAÇÃO DA EXPORTAÇÃO DE MANGA PRODUZIDA NO POLO



Fonte: VALEXPORT (2014) Elaboração: REIS, Leandro, 2015

Cabe destacar que o chamado Polo de “desenvolvimento” apresenta ao mesmo tempo características de atraso, a exemplo da precariedade do trabalho das más condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais e moradores das cidades, do acesso restrito à terra, além de diversos impactos ambientais.

Segundo Sousa, Áurea (2013), a política Agrícola Comum europeia subtrai a riqueza do Polo Juazeiro/Petrolina, na medida em que obtém o controle da terra, água e todas as etapas da produção no campo, mediante a imposição do selo de certificações como determinante à livre circulação da mercadoria no mercado europeu.

2.2 As certificações agrícolas e o monopólio da produção

Quando se fala na origem das certificações há, na análise geral dos estudiosos, sobretudo os financiados por grandes empresas do capital, duas vertentes centrais que se destacam; uma dessas é que as certificações partiram das exigências dos próprios consumidores; a outra vertente tem como premissa que foram os próprios produtores que criaram as certificações.

A nosso ver, as certificações nasceram em virtude da expansão do capital em escala mundial, sobretudo no campo, pois, ao passo que este se expandiu, foi promovendo profundas alterações, seja na relação campo-cidade, produtor-consumidor, produção-distribuição-circulação e consumo.

Com a mundialização do capital e a intensificação do comércio entre países e blocos, as barreiras não tarifárias¹⁵ tornaram-se instrumento de protecionismo dos Estados, principalmente pós-anos de 1970, intensificando nos anos de 1990. As barreiras técnicas¹⁶ existem em todos os setores, mas é especialmente mais complexo no setor agrícola, pois é necessário demonstrar que determinado alimento não fará mal à saúde humana, ou que sua exploração não causará danos ao meio ambiente.

¹⁵ As Barreiras Não Tarifárias (BNTs) são quaisquer mecanismos e instrumentos de política econômica que influenciam o comércio internacional sem o uso de mecanismos tarifários. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Barreiras-Tarif%C3%A1rias-e-n%C3%A3o-tarif%C3%A1rias> . Acesso em: 16.02.15

¹⁶ São um tipo muito específico de barreira não tarifária. Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Barreiras-Tarif%C3%A1rias-e-n%C3%A3o-tarif%C3%A1rias> Acesso em: 16.02.15

De acordo com Sato (2009), a complexidade do comércio global tem levado os líderes de governo a reconhecerem a necessidade de criar regras que estimulem o comércio e não favoreçam unilateralmente parceiros comerciais. A OMC é o órgão que reúne seus membros para definir regras de comércio e julgar reclamações de países que se sintam lesados economicamente por procedimentos de comércio injusto. Na última rodada de Doha, não conseguiram avançar questões importantes, como a redução gradativa de subsídios agrícolas.

Pela primeira vez na história, a OMC chegou a um consenso, foi no encontro em Bali realizado em 2013 que dá mais espaço a países em desenvolvimento para aumentar seus subsídios agrícolas.

Sousa (Áurea, 2013) explica que o uso do selo significa para a UE e OMC igualdade na circulação dos produtos. No entanto, a existência das certificações foi uma forma de aumentar a desigualdade já visível entre os países e acirrar a competição em escala global.

Contraditoriamente, à medida que se expande o capital necessita manter o controle sobre o trabalho; no entanto, o discurso central que aparece não é o controle sobre o trabalho, mas o “controle estrito dos aspectos fitossanitários”, “das normas ambientais” “da qualidade” “da localização”, criando a ideologia da classe dominante, inclusive invertendo o interesse dessa classe para outra classe; em outras palavras, a necessidade das certificações surge como necessidade dos consumidores e não dos produtores.

Esse foi o principal argumento para a criação das certificações agrícolas a “segurança alimentar, na perspectiva do alimento seguro”, passa a ser preocupação cada vez maior por parte dos consumidores. Para Sato (2009), nos países desenvolvidos, os sistemas de segurança alimentar estão mais elaborados e disseminados entre os consumidores e cada vez, caracterizados rigorosos, principalmente, após as diversas crises ocorridas, como o caso da “vaca louca”, na Europa, nos anos 90, como também pelo problema ocorrido com proporções globais, a gripe aviária (Influenza aviária), que em 2003, reapareceu primeiramente na Ásia e, posteriormente, contaminou aves nos Estados Unidos e Canadá. As consequências econômicas para os países envolvidos são graves e existe o risco de morte para as pessoas que têm contato direto com as aves infectadas.

Essa foi a justificativa dada a criação de políticas de segurança alimentar. Com isso o Capital-Estado, com o discurso da “segurança alimentar”, vai legitimando entre outras coisas, as certificações agrícolas que controlam o trabalho, que, na Europa, tem como princípios:

- (1) apenas podem ser comercializados alimentos são e seguros; (2) a segurança alimentar deve-se basear em uma abordagem integral, ou seja, do

início da cadeia produtiva ao consumidor; (3) as regulamentações devem ter base científica; (4) o governo é responsável pelo cumprimento das normas; (5) qualquer agente da cadeia produtiva deve cumprir as normas, em caso contrário, poderão ser sancionados e (6) a legislação deve ser clara e transparente para o público em geral (SATO, 2009, p.152).

Contrariando a ideia de que, as certificações teriam sido criadas por exigências dos consumidores, e que, na verdade sua origem foi determinada pelos próprios produtores, e que os pioneiros foram pequenos produtores de vinho da França que se uniram com intenção de diferenciar seu produto do vinho produzido em escala industrial.

Essa análise fica explicitamente clara e podemos perceber que a certificação no discurso do capital tem função de garantir qualidades ao seu produto, sobretudo porque o capital só se realiza no consumo, ou seja, a qualidade para o capital é lucro – com o controle do trabalho.

Segundo Almeida (2009), existem várias definições de qualidade, mas todas apontam para:

O ajuste do produto à demanda que o produto pretende alcançar essa qualidade pode seguir três modelos, um deles seria a chamada “adequação ao uso”. Um segundo modelo seria referente ao impacto que esse produto ou serviço causa na sociedade em geral, e o terceiro modelo seria o da qualidade globalizada. (ALMEIDA, 2009, p.2)

Percebendo que, muitas vezes, essas “qualidades” não podiam ser visualizadas na esfera do consumo e que elas podiam ser confundidas com mercadorias que não tivessem realizado a extração do mais-valor, no caso - agricultara camponesa – ele tinha de criar uma forma que garantisse a realização do capital; a forma encontrada é um certificado-selo. Sendo assim, a empresa passa a ser reconhecida pelo consumidor. Sobre isso, Almeida (2009) diz que a diferenciação é uma estratégia que a empresa usa de modo a obter vantagens mediante valorização do seu produto ou serviço.

Esse discurso da “qualidade” na produção agrícola é marcado por inúmeras incoerências, dos Organismos Geneticamente Modificados – transgênicos, e pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, vacinas, antibióticos, probióticos, e somente a rastreabilidade do produto, desde a sua origem, é possível a sua identificação.

Para legitimar ainda mais, é utilizada a ideia de que os consumidores têm dificuldades em avaliar a “qualidade” e “segurança” de produtos agrícolas, como frutas, carnes, vegetais, etc. Portanto, há a necessidade de avaliação, seja de entidades privadas ou governamentais que garantam que o produto cumpra requisitos mínimos de qualidade.

Para Almeida (2009), a qualidade pode vir com a soma de fatores tangíveis e intangíveis. Os fatores tangíveis são os que podem ser observados visualmente, pelo odor, pela consistência, beleza, ou até testes químicos. Já os intangíveis são os que mais precisam de uma empresa certificadora ou algum outro tipo de normalização para serem comprovados, pois agregam valores que não podem ser observados visual ou fisicamente, como responsabilidade socioambiental, localização geográfica, comércio justo, além de outras qualidades.

Ainda conforme o autor, quando se somam ao produto a qualidade, a responsabilidade social e ambiental dentre outras, ou seja, fatores tangíveis e intangíveis, à empresa entra em outra posição no mercado, deslocando-se de um mercado de *commodities* para um *nicho de mercado* onde a concorrência é menor e a valorização do produto é maior. Em outras palavras assim, a empresa conseguirá um lucro extraordinário com a terra – a renda da terra.

Segundo Sato (2009), a concorrência nos mercados de produtos existe, mas, na matriz agroalimentar, a competitividade é maior e por isso, nas empresas:

Não se busca mais atingir mercados de massa e o preço do produto não é mais o principal fator determinante na estratégia e do posicionamento do produto e, cada segmento de cliente é considerado um mercado inteiro. Busca-se nas preferências heterogêneas dos consumidores e na desigualdade de poder de compra, novas fontes de crescimento do mercado. Este mercado tem a característica da volatilidade, pois incorpora uma série de elementos que se alteram no tempo e no espaço geográfico, tais como: evolução de modos de vida, comportamento alimentar, seguridade, diversidade e serviços adicionados (facilidade de uso, disponibilidade e regularidade, comodidade, acesso, etc.) (SATO, 2009, p.155)

De acordo com Sato (2009), a volatilidade desse mercado exige uma estratégia forte de clientelização. Os produtos devem ser concebidos individualmente, e a informação sobre o cliente deve vir antes da produção, para que o produto seja orientado para aquele consumidor. Ao mesmo tempo que se tem essa concepção dos mercados individualizados, os mercados são desde locais a globais. Ele necessita de uma forma de garantir estas qualidades diferenciadas, que poderá ocorrer por meio de “signos” ou “marcas”. Pela mediação de um signo de reconhecimento, a marca procura suscitar a confiança ao associar a qualidade do produto à qualidade daquele que fabrica ou vende. Ela reabilita as noções de procedência e de reputação, que permitem uma avaliação da qualidade do produto após uma opinião, portanto, sobre aquele que produz ou o vende. As certificações caracterizam-se como marcas coletivas

que são garantidas por instituições que elaboraram normas e formas de controle do produto ou alimento.

A leitura desse economista positivista é o pensamento dominante, desse tipo de sociabilidade em que não se criam mercadorias apenas para satisfazer as necessidades, mas criam, antes de tudo, falsas necessidades para o capital possa se realizar; as certificações entram nesse jogo em que se mercantilizam os produtores e suas condições.

Segundo Bettarello (2012), há dois tipos de certificação: a certificação de forma direta e a certificação indireta ou de terceira parte. A certificação de forma direta é feita pelos próprios consumidores que vão ao local de produção verificar as condições de seus fornecedores. Esse tipo de certificação não tão comum, se restringe a alguns locais da Europa com produtos de denominação, de origem e pequenos produtores rurais.

De acordo com Sato (2009), o processo de certificação mais comum segue um procedimento denominado de terceira parte, ou seja, o organismo certificador deve ser uma entidade que não tem relações comerciais com a primeira parte (fornecedor) e nem com a segunda parte (cliente).

Esse tipo se baseia em uma verificação do cumprimento de determinados princípios, critérios ou regras preestabelecidas, por meio de auditorias e de outros procedimentos de monitoramento, por entidades especializadas em avaliação. Se a unidade de produção submetida à avaliação cumprir todas as regras, ela recebe um certificado, que pode ser utilizado comercialmente, como forma de diferenciar a unidade de produção quanto aos seus procedimentos internos. A avaliação pode ser baseada, por exemplo, em relação à segurança alimentar, relações comerciais, práticas socioambientais, sistema de gestão, qualidade do produto, entre outros.

O organismo certificador, no caso do Brasil, deve ser credenciado pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial), tendo validade mundial e deve atender aos requisitos para operar o sistema de certificação de produto para ter o reconhecimento de competência e confiabilidade, estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que estabelece os critérios para a acreditação¹⁷ de organismo de certificação de produto e de verificação de desempenho de produto. Portanto, as

¹⁷ No âmbito da Metrologia Legal, o reconhecimento formal por um organismo de acreditação de que um laboratório ou organismo de certificação ou inspeção atendeu aos requisitos previamente definidos e demonstrou ser competente para realizar suas atividades (ensaios, calibrações, certificações ou inspeções), há confiabilidade. Definido na norma internacional ISO/IEC FDIS 17011 como sendo: “o reconhecimento de terceira parte que um organismo de alta avaliação da conformidade atende requisitos especificados e é competente para desenvolver tarefas específicas de avaliação de conformidade” (OLIVEIRA, 2009, p.6)

Disponível em: <http://www.visbrasil.org.br/resenhas/acreditacaocertificacaoqualidade.pdf> Acesso em: 16.06.15

certificadoras são validadas por um órgão acreditador, que, no Brasil, é o INMETRO, que é associado ao IAF¹⁸. O Fórum Internacional de Acreditação (IAF - International Accreditation Forum) é uma associação mundial de Organismos de Acreditação, Associações de Organismos de Certificação e outras organizações envolvidas em atividades de avaliação de conformidade em uma variedade de campos, incluindo sistemas de gestão, produtos, serviços e pessoas. Entre os objetivos do IAF, estão: atuar como um fórum global para reunir organismos de acreditação e grupos de partes interessadas a fim de facilitar o comércio mundial.

A credibilidade dos certificados emitidos por membros do IAF é aceita em todo o mundo, pois existem acordos mútuos de reconhecimento estabelecidos no Multilateral Recognition Arrangement (Acordo de Reconhecimento Multilateral, MLA), que asseguram o reconhecimento de certificações acreditadas entre signatários.

A certificação, segundo os órgãos de fomento, é voluntária, e os produtos são certificados após passarem por uma avaliação de conformidade, ou seja, o produto deverá obedecer às normas estabelecidas por um comitê de representantes dos setores envolvidos e também às normas regulamentadas por lei, como, por exemplo, as normas da Codexalimentarius¹⁹, que estabelece as normas para alimentos com objetivos de proteger a saúde do consumidor. Após a verificação, a empresa é habilitada a certificar seus produtos que periodicamente, são auditados para avaliar se ocorre a continuidade da conformidade às normas.

As certificações podem ter origem em instituições públicas, privadas e ongs. No Brasil um exemplo de uma certificação pública, é o IG, Indicação Geográfica que é uma certificação de origem, o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) em conjunto com o INPI (O Instituto Nacional da Propriedade Industrial), têm fomentado e divulgado. Podemos citar como Indicação Geográfica os selos do Vale dos Vinhedo (vinhos), café do cerrado mineiro, como também Uvas de mesa e Manga do Vale do Submédio do São Francisco.

A nível internacional, as Ongs, tais como, a FSC (Forest Steward Council) , a MSC (Marine Steward Council) orientam como proceder para obter certificações para manejo de

¹⁸ Disponível em: http://www.iaf.nu/upFiles/IAF_Validation_Survey_Portuguese11.06.13.pdf Acesso em: 16.06.15

¹⁹ O Codex Alimentarius é uma normatização de alimentos estabelecida pela ONU através da FAO e OMS, com a finalidade de proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio regional e internacional de alimentos. É um código ou Lei dos alimentos. É uma referência mundial para consumidores, produtores e elaboradores de alimentos. Possui nove comitês entre eles está o Comitê Codex sobre Sistemas de Inspeção e Certificação da Importação e Exportação de Alimentos. Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/qualidade/comites/codex_estrutura.asp Acesso em: 16.06.15

floresta e pesca marinha de forma sustentável. Assim como a organização internacional Fair Trade, que certifica e premia o produtor que pratica um comércio justo, por meio de preço diferenciado para o produto.

Há outras certificações que são elaboradas por consórcios de empresas, como é o caso do Eurep Gap, organizado por uma rede varejista na Europa, que tem sede na Alemanha, que certifica os produtores agrícolas, praticam as chamadas boas práticas de agricultura, com objetivos descritos de rastreabilidade e proteção ao meio ambiente. Portanto os produtores que quiserem exportar para estes supermercados devem adequar-se e certificar-se, adequando sua produção a esse modelo imposto.

Elas podem ser classificadas conforme a sua finalidade, como Indicação Geográfica, Sustentabilidade, orgânicos, comércio justo. Hoje, existem no mercado inúmeros selos, em praticamente todos os setores e com uma ampla diversidade de produtos, como podemos ver na quadro 03.

De modo geral independente do tipo de certificação, seja ela pública, privada ou de ONGs, para ter direito ao selo, devem ser pagas altas taxas, o que mantém um monopólio da produção por grandes empresas, tendo em vista que os pequenos produtores não têm possibilidade de pagar pelos altos custos de obtenção do certificado, que, geralmente, são renovados anualmente. Além dos custos de obtenção da certificação, há os custos com mudanças de infraestrutura e gestão da propriedade.

Segundo Almeida (2009), o custo para uma certificação ainda depende muito de vários fatores. Cada certificação pode apresentar um custo diferente, dependendo da propriedade a ser certificada e a certificação que pretende ser atingida. Considera-se que esses custos podem ser diretos, ou seja, são observados diretamente quando se busca uma certificação; ou indiretos, quando esses custos ocorrem de uma maneira menos perceptível.

Entre os custos diretos pode-se citar os custos para capacitação do pessoal, tornando-os capazes de agir dentro das normas estabelecidas pela certificadora, o custo da inspeção feita pelo pessoal especializado da certificadora, além de outros. Entre os custos indiretos pode-se citar os custos com a gestão mais apurada para garantir a rastreabilidade. (ALMEIDA,2009, p.12).

Ainda conforme o autor, os principais custos apontados foram os custos diretos como: capacitação dos trabalhadores, tornando-os capazes de agir dentro das normas estabelecidas pela certificadora, o custo da inspeção feita pelo pessoal especializado da certificadora, além

de outros. Entre os custos indiretos elevados, estão com a gestão mais apurada para garantir a rastreabilidade.

QUADRO 03: EXEMPLOS DE CERTIFICAÇÕES E SUAS CARACTERÍSTICAS

SELO	USO	TIPO	FINALIDADE
	Uvas e mangas	Pública	Indicação de Origem
	Produtos agrícolas, Produtos da aquicultura, Produtos da natureza, Cosméticos e produtos de beleza, Têxteis, Produtos artesanais, Serviços turísticos, Produtos de mineração de pequena escala.	ONG	Comércio Justo
	Café, chá, arroz, cacau, mel, açúcar, frutas frescas, frutas secas, nozes e castanhas, produtos de confecção, bolas de futebol, flores e, principalmente, artesanato	Privada	Comércio Justo
	orgânicos in natura, beneficiados, industrializados e outros produtos orgânicos não alimentícios industrializados, como adubos, óleos vegetais para uso terapêutico e em cosméticos, dentre outros.	Privada	Orgânicos
	Produção Primária Vegetal, Processamento de Produtos de Origem Vegetal orgânica.	Ong	Orgânicos
	Produtos horto-frutícolas	Privada	Sustentabilidade

Execução: REIS, Leandro, 2015.

Identificamos em pesquisa de campo (2015) que há um tipo de certificação, que denominamos de monopólio dentro do monopólio, já que há um monopólio das certificadoras, pois, segundo a produtora e presidente da Associação dos pequenos produtores orgânicos da adutora de Carnaíbas e adjacências (APROAC)

No Brasil só existem três certificadoras credenciadas ao MAPA (Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento), para certificar orgânicos: EcoCert, Chão Vivo, IBD, isso faz com que os preços sejam elevados, que relatam que em decorrência disso já tem produtores vendendo sua produção para uma grande empresa no Estado da Paraíba.

No submédio do Vale do São Francisco, presencia-se também essa lógica do monopólio da produção, em virtude dos selos de certificação, pois, apenas na maioria dos casos, somente os médios e grandes produtores possuem condições de se adequar as regras das certificações.

Oliveira Filho (2009) destaca que, entre os produtores do Polo que possuem área de 0 a 10 hectares, há menos de 7% certificados, porém, quanto aos produtores com áreas superiores a 100 hectares, esse percentual chega a 80%. Esses números retratam o processo seletivo dos produtores que possuem certificação e conseqüentemente mais facilidade de vender sua produção com preços melhores. Essa seleção é determinada pelo poderio econômico, ou seja, os médios e grandes capitalistas do agronegócio da fruticultura irrigada tem possibilidade de se inserir no circuito da exportação de frutas; entretanto, já os pequenos produtores são impossibilitados disso.

Contraditoriamente, a impossibilidade de inserção dos pequenos no mercado externo não se dá pela qualidade, ou pelo risco à segurança alimentar daqueles que consumirem seus frutos, e sim pelo fato de não poderem pagar para serem certificados. Isso se evidencia pelo fato de as médias e grandes empresas comprarem sua produção, e vendê-las como sendo da própria empresa. Portanto, a exclusão se dá em virtude do ser – pequeno produtor e não dos frutos do seu trabalho.

2.3 A certificações agrícolas como forma de garantir a extração da renda da terra

Compreender a realidade social atual predispõe de uma compreensão do funcionamento do sistema sociometabólico do capital e seus elementos constitutivos – capital, trabalho (assalariado) e Estado, sobretudo, porque o capital se expande tanto na cidade como no campo, como destaca Martins, 1983, p.152 “ A tendência do capital é de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria”.

Após o final do século XIX e início do século XX, com a nova fase do capital monopolista, ampliava-se e redefinia-se o processo de sujeição da renda da terra camponesa ao capital, em que o capital transforma a renda da terra em renda capitalizada, sem, contudo expropriar o camponês da terra.

De acordo com Oliveira (2007), neste momento os camponeses seguem os ditames do capital, sujeitando a renda da terra a este. Sendo assim, a renda é extraída do produto produzido pelo camponês e seu trabalho familiar, transformando-se em capital. No momento em que o capital se apropria da renda sem, contudo, precisar ter a posse da terra, essa produção de capital, nesse caso, é feita por uma via não especificamente capitalista.

Remetendo-se à história socioeconômica e comparando com o presente, um ponto a distinguir a renda da terra da sociedade pré-capitalista para a sociedade capitalista é que, na primeira, o próprio produtor entrega diretamente nas mãos do proprietário da terra o excedente que esse exige pelo uso da terra ao trabalhador; na segunda, a forma é mais desenvolvida, a apropriação ocorre na circulação, ou seja, no momento da troca de mercadoria e não na produção direta. Entretanto, apesar da diferenciação, a antiga não desaparece com a forma mais desenvolvida.

A renda da terra é uma categoria característica da Economia Política, usada para demonstrar o lucro extraordinário, suplementar, permanente, a renda da terra pode ser auferida tanto na cidade como no campo.

O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio, um lucro suplementar. Na indústria, ele é circunstancial, devido ao avanço tecnológico, pelo fato de esse avanço nas técnicas poder ser apropriado pelos demais capitalistas no decorrer do tempo, não tendo uma maior vantagem sobre os demais capitalistas. Porém, na agricultura, ele é permanente, pelo fato de existirem diferenças nos instrumentos de produção - a terra - que não é equivalente para todos os proprietários, por exemplo, as diferenças entre a fertilidade natural dos diversos tipos de solos.

Há outras denominações para a renda da terra, como renda territorial ou renda fundiária. Sendo ela um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Karl Marx define o trabalho excedente, como a parcela do processo de trabalho que o capitalista subtrai do trabalhador, deixando com o trabalhador apenas uma pequena parcela para adquirir os meios necessários para a reprodução do seu existir.

A renda da terra na sociedade capitalista pode ser resultante da concorrência, renda da terra diferencial; do monopólio, renda da terra absoluta; e existe a renda de monopólio, que é também lucro adicional, derivado, de um preço de monopólio de certa mercadoria produzida em uma parte da terra “dotada de qualidades especiais”.

A renda da terra diferencial se expressa sob duas formas: **a renda diferencial I** e **a renda diferencial II**. A renda diferencial I não depende da aplicação de capital especificamente na produção, enquanto que, a renda diferencial II resulta diretamente da aplicação de capitais para melhorar a fertilidade natural do solo.

A renda diferencial I é apropriada por aqueles que detêm a posse das terras mais férteis. Como a produtividade natural do solo não é equivalente em todos os lugares e o preço de produção do solo com baixa fertilidade é aquele que determina o preço de mercado, aqueles que produzem em um solo mais fértil conseguem auferir a renda da terra diferencial I de forma permanente, desde que esse solo esteja produzindo. Por exemplo, no caso do Estado de Sergipe, um produtor de cana-de-açúcar, que possui extensões territoriais em solos do tipo massapê, tem uma produtividade natural, por hectare, superior àquelas que têm solos argilosos.

Na renda da terra diferencial I, leva-se em conta, também, a localização das terras em relação aos mercados consumidores, por exemplo, considerando duas propriedades com extensões iguais – A e B - mas em localizações diferentes: a propriedade A, a poucos quilômetros de distância do centro consumidor; e a propriedade B a dezenas ou centenas de quilômetros do centro consumidor, obviamente a propriedade A vai auferir a renda diferencial I, pois os custos com transportes serão menores que a da propriedade B.

Por isso há uma tendência para o capital de apropriar das áreas com melhor fertilidade natural do solo, e ao mesmo tempo em que estejam próximas dos centros de consumo, entretanto essa tendência pode ser anulada ao passo que o capital passe a investir no aumento da fertilidade do solo, utilizando-se fertilizantes e corretivos agrícolas, etc. Quando a renda da terra aparece decorrente de investimentos, ela é denominada de *renda da terra diferencial II*.

[...] quando provém do aumento da fertilidade decorrente de investimento de capitais para melhorar a fertilidade natural, é renda da terra diferencial II. Trata-se, pois, de uma terceira causa da renda da terra diferencial, mas ao contrário das outras, é uma causa eminentemente capitalista, pois se trata do efeito do investimento de capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 52)

Entretanto, a constituição da renda da terra diferencial II, não se dá apenas por melhoria nas condições de fertilidade do solo, mas, concomitantemente, pela melhoria das condições naturais das sementes empregadas. Exemplo claro são as sementes geneticamente modificadas. Pode, também, decorrer da adequação genética das sementes ou das mudas às condições ambientais gerais das diferentes parcelas do globo terrestre, em cultivos para o mercado pelos capitalistas. Um protótipo é quando temos investimentos em irrigações para produzir em regiões semiáridas, ou quando um determinado cultivo passa a se reproduzir em condições diferentes da sua aptidão natural. Segue essa lógica a produção de Maças em regiões de clima quente em virtude das mudanças genéticas

Como define Oliveira, a renda da terra diferencial II é típica do próprio do sistema de produção capitalista na agricultura - processo típico do agronegócio “[...] a renda da terra diferencial II tem sua origem na intensificação dos investimentos de capitais no processo de produção, lógica básica do próprio processo de produção capitalista na agricultura” (2007, p. 52).

A renda da terra absoluta resulta da posse privada do solo e da contradição existente entre o interesse do proprietário da terra e o interesse da sociedade. É originária do distanciamento entre os preços de mercado e os preços de produção, isto é, provém da alta do preço de mercado acima do preço de produção. Como define Oliveira, a renda da terra absoluta é o controle da terra por uma classe social e a cobrança de uma taxa para que ela produza.

É dessa forma que o exercício do monopólio de uma classe ou fração de classe sobre a terra pode só colocá-la para produzir mediante a cobrança de um tributo, permitindo assim que mesmo o "pior solo" (que não deveria pagar renda) possa também auferir a renda da terra absoluta. A renda da terra absoluta é, pois, obtida mediante a elevação (artificial, pois ao contrário as terras não são colocadas para produzir pelos capitalistas) dos preços dos produtos agrícolas acima do preço de produção geral (que sempre deveria ser o preço do "pior" solo). (2007, p. 52)

A renda da terra absoluta só será extinta com o fim da propriedade privada da terra, pondo fim a esse tipo de renda da terra, pois, do contrário, a sociedade inteira terá que pagar essa tarifa, aos proprietários de terras, para que as terras sejam postas para produzir.

Como na sua essência o campesinato se diferencia das relações de produção capitalista, há uma dificuldade de entendimento, sobre a existência de uma renda da terra na unidade de produção camponesa. Esse debate sobre a possibilidade do camponês extrair ou não renda da terra permeou uma profunda discussão entre os clássicos da Questão Agrária.

O debate do conceito de renda capitalista da terra é fundamental para a compreensão do desenvolvimento e expansão do capitalismo no campo. De acordo com Chayanov (1981), na produção agrícola familiar, enquanto detentora dos meios de produção, usa-se sua força de trabalho no cultivo da terra e recebe como resultado certa quantidade de bens. Observando essa estrutura interna da unidade de trabalho familiar, é suficiente para entender que é impossível sem a categoria salários; impor a essa estrutura o lucro, a renda e o juro. O autor usa essa afirmativa para negar a intencionalidade do camponês em objetivar o lucro. Conforme segue argumentando o autor:

Uma análise mais profunda indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e, por conseguinte, a prosperidade da exploração familiar, não aumenta de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor exploração de sua capacidade de trabalho. Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica (CHAYANOV, 1981, p. 141).

O que Chayanov nos explica é que o aumento na quantidade do rendimento por unidade de trabalho é revertida em aumento na qualidade de vida da família camponesa, diminuindo a penosidade do trabalho familiar na unidade de trabalho; apesar de gerar uma renda fundiária no balanço trabalho/consumo, em virtude de uma *renda diferencial I*, não determina um ganho extraordinário, ao contrário da relação capitalista.

Sobre isso, podemos verificar em pesquisa de campo (2015) que, ao falar com a produtora e Presidente da Associação de pequenos produtores orgânicos da adutora de Carnaíbas e adjacências (APROAC), que, mesmo certificada para comercializar a produção de orgânicos, segundo a mesma, não seria possível pagar pela certificação se não houvesse a ajuda do SEBRAE, demonstrando o caráter excludente dos selos.

- É muito caro os custos com certificação o custo é em torno de 1800 Reais anuais, o SEBRAE arca com 1200 e eu pago 600 Reais, e nossa produção é pequena não tem como tirar esse valor do lucro.

Em uma unidade familiar, a apropriação da renda aparece convertida em bem-estar e diminuição do uso da força de trabalho; já um empresário capitalista, investe essa renda em setores que possibilitem um maior retorno possível, explorando o trabalhador.

A *renda da terra de monopólio* é, também, lucro adicional oriundo do preço do monopólio de uma mercadoria produzida em um determinado espaço dotado de “qualidades especiais”. Esse preço de monopólio é, por sua vez, determinado apenas pela vontade e pela capacidade de pagamento dos consumidores, não dependendo, portanto, do valor dos produtos (quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir) ou mesmo do preço geral de produção.

O excedente entre o preço de monopólio e o preço de produção particular do produto é um lucro suplementar, acima do lucro médio, que permite a quem produz uma mercadoria especial auferir a renda da terra de monopólio.

Enquanto a renda da terra absoluta englobar toda a sociedade, a renda de monopólio seleciona os que podem pagar uma fração maior pela qualidade “especial”, conseguindo, então, auferir a renda de monopólio, como nos explica Oliveira:

Ao contrário, pois, da renda da terra absoluta que de certo modo acaba por ser regulada no mercado em função das pressões sociais, a renda da terra de monopólio não está praticamente sujeita a estas pressões, pois, não depende do consumo necessário da população. Ou seja, ela não é o produto alimentar básico, apenas depende do desejo e da capacidade de compra daqueles que a querem consumir (OLIVEIRA, 2007, p. 58).

Um exemplo que podemos utilizar para exemplificar a renda da terra de monopólio é o vinho do Porto em Portugal. O vinho é produzido em uma região que permite obter este tipo singular de qualidade ímpar, tendo produção reduzida e, assim, acaba por proporcionar um preço de monopólio. Esse preço de monopólio só pode ser conseguido exclusivamente pela capacidade de compra dos refinados compradores, pois os produtos são vendidos a preço de monopólio. Este gera, portanto, a renda da terra de monopólio, que, por sua vez, é obtida pelos possuidores dessas terras dotadas dessas “qualidades especiais”.

O entendimento da categoria renda da terra é essencial, tanto para a percepção da realidade agrária, como também do contexto urbano, mas, sobretudo, para desvendar as novas estratégias de controle do capital no campo, que não mais precisa ser o proprietário titular da terra, para que se aproprie da riqueza produzida pelo produtor.

O capital com sua “astúcia do mal”, quando não pode substituir a natureza na criação de condições especiais, criar na certificação a “qualidade especial artificial”, podendo ser a

condição da suposta segurança alimentar, ou, até mesmo, a venda da condição de ser “pequeno produtor” “ser sustentável”, “ser do pobre”.

Mediante o par capital-Estado, no seu mais alto grau de mercantilização da vida, o capital e sua produção ideológica conseguem criar mecanismos inovadores na exploração da força de trabalho - é o capital na sua ganância, pelo desejo do lucro cada vez maior.

CAPITULO III

3. O PAPEL DO ESTADO E DE SUAS INSTITUIÇÕES COMO AGENTE PROMOTOR DO COMÉRCIO JUSTO

Em modos de produção anteriores ao capitalismo, não havia separação estrutural entre aqueles que dominam economicamente e aqueles que dominam politicamente, eram de modo geral a mesma classe. No capitalismo, iniciou-se a suposta separação entre o domínio econômico e político. O burguês não é, necessariamente, o agente estatal, as figuras aparecem aparentemente como distintos.

De acordo com Mascaro (2013), nos modos de produção pré-capitalistas, há um único vetor das vontades, com poucas contradições dentro dos grupos de domínio, o controle da vida social é bastante sólido, mais simplificado, justificado pela unidade entre o econômico e político. No capitalismo, tal relação se torna complexa, a dinâmica da reprodução social se fragmenta e, em muitos momentos, as vontades do domínio econômico e do domínio político parecem não coincidir em algumas questões, mas não se trata de impulso; essa instância política, aparentemente, separa da econômica e é funcional à reprodução capitalista.

Segundo o referenciado autor, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista, o trabalho assalariado e a troca de mercadorias são a chave para desvendar essa especificidade, que, por necessidade, se apresenta como terceiro.

Devido à circulação mercantil e a posterior estruturação de toda a sociedade sobre parâmetros de troca, exsurge o Estado como terceiro em relação à dinâmica capital e trabalho. Este terceiro não é um adendo nem um complemento, mas parte necessária da própria reprodução capitalista. Sem ele, o domínio seria direto – portanto, escravidão ou servidão (MASCARO, 2013, p.18).

Mészáros (2002) destaca que Hegel foi um importante pensador do Estado enquanto terceiro, que os interesses divergentes e egoístas de classe pudessem ser solucionados sob a força ou “princípio” universalmente benéficos, por meio da ação da “classe universal”, que supostamente compensariam, no Estado idealizado as determinações, inalteravelmente, egocêntricas da “sociedade civil”. “Na perspectiva de Hegel, existe “a sociedade civil” não somente econômica, como também jurídica e administrativa”.

De acordo com Montañó & Duriguetto (2010), na visão de Hegel, o Estado seria e instância universalizadora, pela articulação dos interesses particulares e parciais presentes na sociedade civil. Portanto o Estado condensaria os interesses privados contrapostos na sociedade civil, sendo assim o Estado uma “necessidade externa” e “o poder mais alto” que fixa e impõe forçadas as condições jurídicas, integrando interesses particulares. O reino estatal expressaria os interesses públicos e universais.

Em Hegel, a sociedade civil é definida como um sistema de necessidades em que se desenvolvem as relações e atividades econômicas – um sistema de mútuas dependências individuais recíprocas, em que os indivíduos satisfazem suas necessidades através do trabalho, da divisão do trabalho e da troca – e as regulamentações jurídico-administrativas –, em que os indivíduos asseguram a defesa de suas liberdades, da propriedade privada e de seus interesses privados, econômico-corporativos (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2010, p.31).

Para Mészáros (2002), a adoção por Hegel do capital como horizonte absoluto insuperável e como a culminação da história do homem e suas instituições concebíveis, é coroado pelo Estado “germânico” capitalista. A adoção desse ponto de vista de Hegel, inevitavelmente, também significou uma atitude cega em relação à dimensão *destrutiva* do capital como sistema de controle.

Segundo Montañó & Duriguetto (2010), Marx define a sociedade civil enquanto sociedade burguesa, como a esfera da produção e da reprodução da vida material, abrangendo todo intercâmbio material dos indivíduos. Marx considera sociedade civil e estrutura econômica como a mesma coisa.

Diferente do pensamento de Hegel, em que o Estado transcende a sociedade como uma coletividade idealizada, Marx & Engels (2001) consideram as condições materiais existentes em uma sociedade – o modo em que as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas, e as relações sociais de produção – como a base de suas estruturas sociais e da consciência humana. Assim, o Estado emerge das relações de produção: não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado, e a sociedade, por sua vez, molda-se pelo modo dominante de produção e das relações pertinentes a esse modo de produção.

A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados; mas desses indivíduos não tais como aparecem nas representações que outros fazem de si mesmo ou nas representações que os outros fazem deles, mas na sua existência real, isto é, tais como eles trabalham e produzem materialmente; portanto, do modo como atuam em

bases, condições e limites materiais determinados e independentes da sua vontade (MARX e ENGELS, 2001, p.18)

De acordo com Montañó & Duriguetto (2010), diferente da concepção hegeliana, da universalização, o Estado para Marx e Engels emerge das relações sociais de produção e expressa os interesses da estrutura de classe inerente às relações sociais de produção. Por isso a burguesia, ao ter o controle dos meios de produção e do trabalho, no processo de produção, passa a formar a classe dominante, estendendo seu poder ao Estado, que passa a expor os seus interesses, em normas e leis. Nesse sentido, a sociedade civil em Marx se revela como sociedade burguesa no sentido do domínio da classe trabalhadora, pela relação capital-trabalho e subsunção do trabalho ao capital.

O Estado se apresenta como instância que representa o interesse universal, mas ele representa uma só classe. Ele cumpre a universalidade reproduzindo o interesse da classe dominante. Assim, ele, o Estado, tem por aparência a universalidade, mas a sua essência efetiva é a particularidade.

Harvey (2001) compreende que o uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos.

Para resolver essa contradição, são utilizadas duas estratégias:

A primeira estratégia, encarregada de expressar a vontade de domínio e as instituições pelas quais essa vontade se manifesta, deve parecer independente e autônoma em seu funcionamento. Os funcionários do Estado, portanto, precisam “se apresentar como órgãos da sociedade, situados acima da sociedade”. A segunda estratégia se baseia na conexão entre ideologia e Estado. Especificamente, os interesses de classe podem ser transformados num “interesse geral ilusório”, pois a classe dirigente pode, com sucesso, universalizar suas ideias como “ideias dominantes”(Harvey, 2001, p.80-81).

Essas ideias devem ser apresentadas como se tivessem uma existência autossuficiente e um significado independente de qualquer interesse de classe específico. Marx e Engels (2001) sustentam a ideia de que a classe dirigente domina também como pensadora, como produtora de ideias, e regula não só a produção material como também a produção e distribuição de ideias dominantes da sua época.

Na leitura marxista, o Estado moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns à classe dominante, para negar a ideia de que o Estado expressaria os interesses

comuns a todos. Para garantir as relações sociais de troca e de valor de troca, essência do modo de produção capitalista, pressupõe que haja uma participação direta do Estado com sua função ideológica. Harvey busca em Marx quatro pontos centrais para essa explicação:

1. O Conceito de “pessoa jurídica” ou “pessoa física” ambas “pessoas” despidas de todos os laços de dependência pessoal [...] aparentemente, “livres” para entrar em conflito entre si e envolverem em trocas dentro dessa liberdade. 2. Um sistema de direito à propriedade. 3. Um padrão de troca[...] que os indivíduos se abordem no mercado essencialmente como iguais. 4. A condição, na troca, de dependência recíproca. (Marx, 1973 *apud* HARVEY, 2001, p.82-83)

Segundo Harvey (2001), no capitalismo, as relações de troca originam-se como noções específicas a respeito do “indivíduo”, da “liberdade”, da “igualdade”, dos “direitos”, da “justiça”, etc. No entanto, todos esses conceitos são meramente ferramentas ideológicas, usadas para amparar as relações sociais de trocas.

Para Harvey (2001), as trocas no capitalismo são “anárquicas”. Os indivíduos em busca de seus interesses privados, não podem levar em consideração, em suas ações, “o interesse comum”, mesmo o de classe capitalista.

O Estado funciona como veículo pelo qual os interesses da classe burguesa se expressa em todos os campos da produção, circulação e da troca, desempenhando papel importante na regulação da competição, na regulamentação da exploração do trabalho, com leis que garantam o salário mínimo, a quantidade de horas máxima de trabalho, etc.

Ao mesmo tempo, o Estado deve oferecer “bens públicos” e infraestrutura social e física; pré-requisitos necessários para a produção e a troca capitalista. Em seus amplos aspectos, o Estado é necessário, pois o sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de se expressar como o interesse coletivo de classe. Os conflitos de interesses entre frações do capital precisam ser arbitrados para o “bem comum” do capital, como um todo.

Mészáros (2002) destaca que o Estado moderno tem o papel de realizar uma ação corretiva – em grau praticável, na estrutura do sistema do capital, que, ao mesmo tempo, é contraditória porque o próprio capital, por excelência, é uma entidade que prega a eficiência. O Estado moderno emergiu com a mesma austeridade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*. Esse desenvolvimento das estruturas estreitamente entrelaçadas

do capital em todas as esferas é essencial para o estabelecimento da viabilidade limitada desse modo de controle sociometabólico.

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. (MÉSZÁROS, 2002, p.106)

De acordo com Mészáros (2002), o Estado moderno constitui a única estrutura corretiva adaptável com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é corrigir a falta de unidade entre os três aspectos.

Primeiro, a *produção* e seu *controle* estão radicalmente isolados entre si e diametralmente opostos. Segundo, no mesmo espírito e surgindo das mesmas determinações, a *produção* e o *consumo* adquirem uma independência e uma existência separada extremamente problemáticas, de modo que, no final, o “excesso de consumo” mais absurdamente manipulado e desperdiçador, concentrado em poucos locais, encontre seu corolário macabro na mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas. E, terceiro, os novos microcosmos do sistema do capital combinam-se em alguma espécie de conjunto administrável, de maneira que o capital social total seja *capaz* de penetrar – porque *tem de* penetrar – no domínio da *circulação global* (ou, para ser mais preciso, de modo que seja capaz de criar a *circulação como empreendimento global* de suas próprias unidades *internamente fragmentadas*), na tentativa de superar a contradição entre *produção* e *circulação*. Dessa forma, a necessidade de *dominação* e *subordinação* prevalece, não apenas *no interior* de microcosmos particulares – por meio da atuação de cada uma das “personificações do capital” – mas também *fora* de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita – com as maiores iniquidades imagináveis, em conformidade com as relações de poder historicamente dominantes em qualquer momento particular – aos imperativos alienantes do sistema do capital global (Mészáros, 2002, p.105)

Tais elementos são fundamentais para o domínio do sistema metabólico do capital e cabe ao Estado o papel corretivo dos defeitos estruturais. Sua viabilidade global de domínio deve-se aos remédios criados para tentar esconder os defeitos estruturais.

A formação do Estado moderno é uma exigência imperiosa para assegurar e proteger, permanentemente, a produtividade do sistema do capital. O capital chegou à dominância no reino da produção material simultaneamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras sob a forma do Estado moderno.

Com relação ao primeiro ponto, a unidade ausente é, podemos dizer, “saqueada” com pleito do Estado, que protege legalmente a relação capital-trabalho e também administra a separação e o antagonismo estruturais de *produção e controle*; a estrutura legal do Estado moderno é uma exigência absoluta para o exercício da ditadura nos locais de trabalho, graças à capacidade do Estado de corroborar e proteger o material alienado e os meios de produção.

No segundo aspecto destacado por Mészáros (2002), a ruptura entre *produção e consumo* característica do sistema do capital realmente diferente de restrições colocada no passado, os controladores da nova ordem socioeconômica podem adotar a crença de que “o céu é o limite”. Hoje, o sistema do capital expandiu de forma inimaginável não somente em resposta às necessidades reais, mas também por gerar apetites imaginários ou artificiais, para os quais, em princípio, não há nenhum limite, a não ser a quebra do motor que continua a gerá-los em escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva. Nesse domínio, ainda existe a aplicação de medidas práticas apropriadas, que o trabalhador como *consumidor* desempenha um grande papel, sobretudo a partir do século XX, no funcionamento saudável do sistema do capital, sobre os signos do trabalhado-cliente-consumidor. Cabe destacar também o papel crescente do Estado, assumindo a importante função de comprador/consumidor direto.

Em relação ao terceiro aspecto a necessidade de criar a circulação como empreendimento global das estruturas internamente fragmentadas do sistema, o papel ativo do Estado moderno é grande, tentando criar a unidade entre *produção e circulação*. O Estado, como agente totalizador tem o papel da criação da circulação global a partir das unidades socioeconômicas internamente fragmentadas do capital, deve comportar-se em suas ações internacionais de maneira bastante diferente da que utiliza no plano da política interna. Sobre isso, fica claro quando, em nome dos Estados nacionais, se lançam a procurar mercados para a “produção nacional” tornando-se um intermediador direto do capital.

Mészáros (2002) afirma que o Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital, e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isso que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital.

O Estado moderno tem a qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – sendo, ao mesmo tempo, o *pré-requisito* necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um *sistema viável*, e o *quadro geral* para a completa articulação e manutenção deste último como *sistema global*.

A contradição absolutamente indissolúvel entre produção e controle tende a se afirmar em todas as esferas e em todos os níveis do intercâmbio reprodutivo social e inclui, naturalmente, sua metamorfose na contradição entre produção e consumo, bem como entre produção e circulação. O Estado não pode ser autônomo em relação ao sistema do capital uma vez que ambos são um só e são inseparáveis, portanto o capital necessita diretamente do poder do Estado para a sua hegemonia, na extração de trabalho excedente.

Como afirma Conceição (2012), a partir de políticas públicas o Estado Brasileiro sob o discurso da modernização do campo reforçou o processo de monopolização e da territorialização do capital, acentuando a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, permitindo o processo de subsunção do trabalho ao capital.

Nesse processo de mercantilização da vida social, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) assumem a política de controle para o campo, sobretudo na América Latina, com políticas sociais que não alteram as bases das desigualdades e da exploração, com o foco na criação de programas sociais compensatórios no campo em resposta aos efeitos socialmente regressivos das políticas de ajuste estrutural.

A mais poderosa estrutura dominante da história da sociedade – o metabolismo societal do capital – constitui-se no tripé composto por: Estado-Capital-Trabalho, combinado de forma indissolúvel e interligado por relações dialéticas e contraditórias. O trabalho como categoria fundante do ser social, a partir da relação com a natureza, torna-se cada vez mais objetivado em detrimento da subjetivação constante do capital.

Funcional ao interesse do capital, o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital, gerenciando o controle dos antagonismos, não mais sob o modelo o Estado regulacionista do bem-estar, mas a partir da lógica fetichista do mercado, que se cristaliza na ideia da lógica fetichista da individualização. A estrutura institucional anuncia o espaço da possibilidade como inerente ao mundo das ideias e das vontades humanas independentes do sistema econômico, mas que dizem respeito à capacidade e ou à incapacidade empreendedora do poder da vontade do indivíduo. Sob essa lógica, anuncia as políticas de gestões, que devem ser regidas no âmbito local (CONCEIÇÃO, 2012 p.144)

Ainda conforme Conceição (2012), não se pode falar em “recoo do Estado”, pois, esse é estimulado a prosseguir com grandiosas contribuições e distribuição de capital, sobretudo com contribuições extraída dos trabalhadores para prolongar a sua continuidade e viabilidade reprodutiva do sistema do capital.

Essa contribuição do Estado se dá por meio de diversas agências de promoção do capital, que se apresentam como demanda social, mas que têm papel de ampliar e viabilizar o sistema metabólico do capital.

Sobre isso afirma MANDEL (1977, p.15);

O poder de Estado é permanente e é exercido por um certo número de instituições isoladas e independentes dessa tão mutável e instável influência como é a do sufrágio universal. São estas instituições que devemos analisar se quisermos saber onde reside o verdadeiro poder: "Governos aparecem e governos desaparecem, mas a polícia e os administradores permanecem".

Para Mendel (1977), muitas vezes, o Estado contemporâneo desempenha o papel de árbitro; para ele, o árbitro não é neutro; os homens importantes do aparelho governativo são parte e parcela da grande burguesia. Assim, a arbitragem não se dá no vácuo: dá-se na estrutura que mantém a sociedade existente de classes. Sem dúvida, que podem ser feitas pelos árbitros concessões aos exploradores. Isso depende essencialmente da relação de forças. Mas o objetivo básico da arbitragem é manter a exploração capitalista como tal, transigindo um pouco em assuntos secundários, no caso de ser preciso.

Sobre as instituições Estatal a serviço do capital Fontes destaca outro papel dessas instituições, que é o adestramento da força de trabalho, “vale mencionar o papel da atividade burguesa no adestramento da força de trabalho, por meio do sistema S (inicialmente, Sesi, Sesc e Senai), e a seletividade do Estado, permitindo a dupla representatividade empresarial (a corporativa e a autônoma)” (FONTES, 2010, p.222).

No Brasil pós década de 70 do século XX, segundo Fontes (2010), sob a atuação governamental e direção empresarial converteu as organizações populares em “instâncias cidadã”, com o fim de preservar e subordinar a dinâmica da vida social ao capital-imperialismo.

Mediante grandes e bem-sucedidas campanhas midiáticas, ampliaram o viés filantrópico, das organizações sociais, ONGs, que contribuiram decisivamente para o sucesso do desmonte dos direitos universais, a cujo espólio se candidatou a gerir, apresentando-se como as gestoras mais confiáveis dos recursos públicos.

[..] abriram o caminho para o empresariamento da solidariedade, do voluntariado e para a formação de uma nova massa de trabalhadores totalmente desprovidos de direitos, ao lado do fornecimento de uma espécie de “colchão amortecedor” (FONTES, 2010, p.268).

O Estado criou condições para abandonar os problemas no campo brasileiro, tais como: conflitos de classes, acesso a terra, reforma agrária, e passou a moldar os Movimentos Sociais em torno do onguismo, ou até mesmo, do cooperativismo e associativismo mercadológico. Os problemas agora se resumem a melhorar as condições de acesso ao mercado e melhoria dos preços da sua produção.

3.1 O comércio justo e economia solidária como política de combate à desigualdade no campo ou “mercantilização da solidariedade”?

De acordo com Carrascal (2011), no I Fórum Social Mundial FSM de 2001 foram trazidas ao debate muitas das iniciativas que propunham alternativas às práticas neoliberais; entre esses para compartilhar experiências e reflexões, destacou-se a oficina de “Economia Popular Solidária e Autogestão”, que tinha como foco a questão da auto-organização dos trabalhadores, além de políticas públicas e perspectivas econômico-sociais de trabalho e renda.

Em um cenário de descrédito das rodadas da OMC, no Fórum Social Mundial configurou-se como palco de discussões e divulgação de experiências alternativas de enfrentamento, a organização econômica baseada nos princípios da igualdade, da solidariedade e da proteção do meio ambiente, atualmente em curso.

Ao mesmo tempo, que a mundialização do capital promoveu a produção de desigualdade, marcada pela subordinação do trabalho ao capital e a exploração crescente dos recursos naturais em nível global, pondo em risco as condições físicas do planeta, e com ela, as de reprodução da humanidade.

Surge a difusão de discursos que afirmam que o “comércio justo” é um importante meio de enfrentamento às problemáticas promovidas pelo capitalismo, e de que essa forma de relação comercial constituirá uma sociedade justa. Nesse contexto, para muitos, o pensamento tem ganhado força em diversos grupos (movimentos sociais, partidos ditos de esquerda, cientistas - inclusive da ciência geográfica) e, até mesmo, fazendo parte da agenda de políticas de Estado.

De acordo com Dutra Junior (2010), as modificações estruturais, as reestruturações produtivas das quais passam o sistema do capital, são processos que não podem ser compreendidos sem levar em conta a ação do Estado.

Para Zeferino (2012), o *Comércio Justo* termo que vem do Inglês (*Fair Trade*) também chamado de *Comércio equo e solidário*, ou ainda *comércio ético e solidário* é um circuito de comercialização, que surge como uma alternativa frente ao comércio internacional convencional e apresenta como princípios: o desenvolvimento sustentável e ambiental, orientação para os indivíduos consumirem produtos que não comprometam a saúde das pessoas e nem afetem o meio ambiente; a praticar a solidariedade, consumindo os produtos que possam melhorar as condições de vida de seus produtores. Segundo a FLO²⁰(2008), o processo de globalização, na segunda metade do século XX, foi caracterizado por uma crescente exploração de pequenos proprietários e suas famílias na Ásia, África e América Latina. A competição feroz por commodities agrícolas, o principal mercado de exportação para muitos países em desenvolvimento, no mercado global, levou a crescente pressão dos preços para os produtores. A resultante queda dos preços dos produtos agrícolas piorou tanto a situação da renda quanto as condições sociais dos trabalhadores do setor agrícola.

Diante dessa situação, várias iniciativas se desenvolveram gradativamente na sociedade civil entre o fim dos anos de 1940 e a década de 1960 nos EUA e na Europa, com o objetivo de criar formas de comércio diferentes e mais justas entre consumidores nos países industrializados e produtores no Hemisfério Sul ou nos chamados países em desenvolvimento. A ideia delas era criar um ambiente de negócio que ajudasse a aliviar a pobreza, fosse menos exploratório e considerasse parceiras as partes envolvidas no negócio comercial.

Nas palavras da FLO, o comércio justo significa:

A expressão “relações de troca mais justas” se refere à criação de um ambiente comercial diferenciado. Este ambiente deve reforçar a ideia de que produtores e negociadores são parceiros comerciais. Além disso, deve também se basear em um conceito de comércio que tenha uma relação preço-desempenho adequada para as mercadorias e commodities produzidas pelos países em desenvolvimento. Em outras palavras, os preços pagos por produtos comercializados neste sistema de comércio alternativo deve refletir os custos da produção da mercadoria. Além disso, deve garantir um nível de renda que seja no mínimo suficiente para atender as necessidades básicas dos produtores e trabalhadores. Estas condições permitem uma vida digna para produtores e trabalhadores, como é determinado pela Declaração

²⁰ FLO – Fair Trade Labeling Organizations International (Organização mundial para Certificação e Elaboração de Critérios de Comércio Justo) foi criada em 1997 por 14 Iniciativas Nacionais de certificação que promovem e comercializam o selo em seus países. Responsável pela certificação de produtores, produtos, indústrias e comerciantes, está sediada em Bonn, Alemanha, e tem hoje 20 membros: os 15 países europeus; Canadá; EUA; Japão; Austrália e Nova Zelândia. A FLO regularmente inspeciona e certifica organizações de produtores em mais de 50 países – na África, Ásia, e América Latina – envolvendo aproximadamente um milhão de famílias de agricultores e trabalhadores. Disponível em: <<http://www.mundareu.org.br/portal/index.php/como-funciona-o-comercio-justo/>>. Acesso em: 16/01/15

Internacional dos Direitos Humanos e as convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT).(FLO, 2008, p.7).

Essas iniciativas criaram as bases para posterior criação das chamadas organizações de comércio alternativo, uma rede que foi iniciada em vários países, como, por exemplo; OXFAM²¹ 1964 no Reino Unido - uma organização de ajuda internacional, que começou com uma pequena iniciativa no Reino Unido e 1942, criou a primeira Organização de Comércio Alternativo; a GEPA²² na Alemanha.

Ao longo da sua expansão, essas organizações foram aprimorando as regras e requisitos a serem atingidos pelos parceiros comerciais. Além disso, elas estavam monitorando os produtores às transações comerciais entre vendedores e compradores de acordo com esses padrões. Elas ofereciam aos importadores um registro de organizações produtoras monitoradas ou companhias cujos produtos podiam ser obtidos diretamente. Uma das medidas criadas nesse sentido foi a criação de um selo para a produção via “comércio justo”.

Em 1997, as diferentes correntes de certificação decidiram juntar e organizar suas atividades sob uma única organização chamada (Fairtrade Labelling International Organizations). Um resultado desse processo foi a criação de várias iniciativas nacionais de certificação, observar Figura 01.

²¹ A OXFAM é hoje uma confederação de 13 organizações e mais de 3000 parceiros, que atua em mais de 100 países na busca de soluções para o problema da pobreza e da injustiça, através de campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

²² É hoje a maior organização de comércio alternativo da Europa. A abreviatura GEPA significa em Português "Sociedade para a Promoção da Parceria com o Terceiro Mundo". O objetivo dela é melhorar as condições de trabalho dos povos do sul, seguindo o espírito da ONU de estar e Agenda 21 para a sustentabilidade econômica, social e ecológica.

FIGURA 01: SELO DE CERTIFICAÇÃO COMÉRCIO JUSTO



Fonte: <http://www.fairtrade.org.uk/>

Na perspectiva da FLO (2008), a certificação Comércio Justo cresceu de forma constante:

O crescimento se acelerou significativamente desde 2001, com taxas de crescimento entre 20 e mais de 40% ao ano. Durante 2004, as vendas em varejo de mercadorias com certificação Comércio Justo cresceram estimado US\$ 1 bilhão, o que em troca levou a uma renda extra de US\$ 100 milhões para os produtores ligados ao Comércio Justo. Mais de 550 companhias e organizações produtoras e mais de 500 comerciantes de países do Hemisfério Sul participam da Certificação Comércio Justo [...] Atualmente, aproximadamente 550 organizações e empresas de pequenos produtores são certificadas, representando em torno de 1 milhão de produtores e trabalhadores assalariados. Incluindo os dependentes deles, estima-se que 5 milhões de pessoas se beneficiam do Comércio Justo, em 2008 os valores de comercialização atingiram cerca de 2,31 bilhões de euros. (FLO, 2008 p.10-13).

Ainda de acordo com a FLO, o selo para um produto de Comércio Justo garante que o produtor tenha três principais benefícios:

a) **O preço mínimo de Comércio Justo**, para a maioria dos produtos. Estes preços definem o nível de preços mínimo que o comprador de produtos do Comércio Justo tem que pagar. O preço mínimo do Comércio Justo é estabelecido com base em um processo de consulta aos grupos agentes e garante que os produtores recebam um valor que equivale ao custo da produção sustentável de uma mercadoria. b) **O prêmio de Comércio Justo**   um pagamento adicional que os compradores fazem ao produtor, somado ao

preço do Comércio Justo. Organizações de pequenos produtores usam o prêmio de Comércio Justo para o desenvolvimento socioeconômico delas, normalmente de forma coletiva. Quando as empresas são certificadas pela FLO, este prêmio tem que ser usado no interesse dos trabalhadores. c) O **Pré-financiamento** é outro benefício de que muitos produtores podem usufruir ao participar do Comércio Justo. A ideia fundamental é dar apoio ao gerenciamento financeiro das organizações produtoras e permitir liquidez suficiente. Como resultado, a direção da cooperativa, por exemplo, é capaz de pagar seus associados no ato quando estes entregam seus produtos nos centros de coleta. Desta maneira, é mais fácil para os associados se manterem, além de a organização produtora poder oferecer um serviço melhor aos mesmos. (FLO, 2008 p.14)

De acordo com JOHNSON (2004, p.53), os objetivos do Comércio Justo podem ser assim resumidos:

- Conseguir condições e preços mais justos para os grupos de pequenos produtores;
- Fazer evoluir as práticas comerciais para a durabilidade e a integração dos custos sociais e ambientais, tanto pelo exemplo, quanto pela defesa da mudança da legislação;
- Tornar os consumidores mais conscientes de seu poder, a fim de favorecer tipos de trocas em que se verifique maior equidade;
- Favorecer o desenvolvimento sustentável e a expressão das culturas e dos valores locais, no âmbito de um diálogo intercultural.

Segundo a FLO (2008), uma vez que um produtor recebe o status de “certificado pela FLO”, o certificado (ou selo) garante que ele e suas condições de trabalho satisfazem suficientemente os critérios da FLO. Ou seja, o status de “certificado pela FLO” garante condições sociais, ambientais e de emprego mínimas no processo de produção.

Entre os produtos comercializados via selo Comércio Justo certificados pela FLO (2008), incluem-se café, chá, arroz, cacau, mel, açúcar, frutas frescas e até produtos manufaturados, como bolas de futebol e artigos de decoração. Eles são vendidos em cerca de 25 países Europeus com destaque para Alemanha, Itália, Holanda, Suíça, contando de 70 a 90 mil pontos de venda espalhados pelo mundo principalmente nos países chamados de primeiro mundo.

Para Johnson (2004), a parcela do comércio justo internacional no plano mundial é igual a 0,01% — porcentagem que, apesar de limitada, é significativa. É evidente que o comércio justo e solidário nunca constituirá um mercado suficiente para os milhões de pequenos produtores que procuram viver de seu trabalho. Nessa fala, fica evidente que o

comércio justo não tem por objetivo atingir a totalidade dos trabalhadores, revelando seu caráter contraditório, uma vez que há uma seletividade de pequena parcela de trabalhadores que serão supostamente beneficiados, criando supostamente “ilhas de desenvolvimento”.

A partir da leitura de Johnson (2004), outra contradição marcante do comércio justo é que ele deveria fazer circuitos mais curtos de produção, ou seja, mais local em vez de mundiais, pois são mais ecológicos e solidários que os circuitos mais amplos, priorizando, assim, um comércio justo sul-sul e não somente norte-sul.

Cabe ressaltar que os selos comprovam uma integração mundial dos mercados, conforme destaca Sousa (2013):

A exigência do “selo de qualidade” e de sua renovação constante para que as mercadorias (frutas) circulem no mercado externo, evidencia a integração internacional dos mercados financeiros resultado da liberalização e desregulamentação que levaram à abertura dos mercados nacionais e permitiram sua interligação em tempo real. Todavia, os processos benéficos e necessários apresentados por esse modelo econômico intitulado de globalização implicam numa integração, que se oculta na exclusão dos pequenos produtores. (SOUSA, 2013 p.170)

Ressalta-se que ações como estas do Comércio Justo, entre outras formas de cooperativas de produção e consumo, receberam a influência de um movimento que surgiu no século XIX, na Europa, que é a experiência dos “Princípios dos Pioneiros de Rochdale²³”.

Bauman (1998), em seu livro *O Mal-estar da Pós-Modernidade* usa o modelo da cooperativa de consumidores de Rochdale para fazer uma metáfora o novo paradigma cultural. Segundo o autor, ela surgiu como forma de protesto e como um recurso contra a lógica esmagadora e desalmada da vida da fábrica naquele tempo histórico.

A característica central inventada pelos Pioneiros de Rochdale é que a cota de cada membro é calculada pelas proporções do seu consumo e não pela sua capacidade produtiva. Quanto mais o membro consome, maior é a sua parcela na riqueza comum da cooperativa, o que faz a distribuição e a apropriação, não a produção e a atividade cooperativa dos Pioneiros de Rochdale.

²³ A Sociedade dos Pioneiros de Rochdale foi formada em 1844 Rochdale, Lancashire, Inglaterra, por um grupo de 28 operários, a maioria deles tecelões. Com a mecanização da Revolução Industrial forçava mais e mais trabalhadores qualificados para a pobreza, estes decidiram se unir para abrir sua própria loja de venda de itens alimentares. Em 21 de dezembro de 1844, eles abriram sua loja com uma seleção muito escassa de manteiga, açúcar, farinha, farinha de aveia e algumas velas. Dentro de três meses, eles expandiram sua seleção para incluir chá e tabaco, e logo foram conhecidos por oferecer artigos de alta qualidade a preços acessíveis. Dez anos depois, o movimento cooperativo britânico tinha crescido para cerca de 1.000 cooperativas.

Para Zeferino (2012), esses princípios e a experiência dos Pioneiros de Rochdale influenciam e servem de base até hoje para às atividades cooperativas, sejam aquelas no âmbito do consumo ou da produção.

Ainda segundo Zeferino (2012), o comércio justo deve contar com o “consumo responsável”, que é uma tarefa que pesa sobre o indivíduo consumidor que assume a responsabilidade de cobrar das empresas o respeito aos direitos humanos e trabalhistas, e os cuidados com o meio ambiente no processo produtivo.

Essa é a defesa do comércio justo como podemos observar nos cadernos de Comércio Justo, nº 01:

A ideia base que deve presidir a um consumo responsável é ter em conta o impacto social, cultural e político na sustentabilidade das sociedades e encontrarmos uma solução: consumir com consciência da proveniência, qualidade e condições da produção - por isso “consumir sem destruir”. Acrescenta-se a importância de um consumo ambientalmente sustentável a longo prazo. (OLIVEIRA, 2007 p.25)

Seguindo essa linha de pensamento, o espírito da proposta do consumo responsável é o poder de decisão, que é dado com grande peso ao consumidor. “Todos nós, enquanto consumidores, podemos contribuir para um desenvolvimento Sustentável. Podemos pensar antes de comprar.” (OLIVEIRA, 2007 p.33).

Segundo Mascarenhas (2007), a atuação no mercado constitui a principal forma de objetivação da proposta do Comércio Justo, embora ela seja parte de um leque de iniciativas cujo objetivo é a mudança das regras do mercado internacional entre países do Norte e do Sul, configurando um movimento social de base altruística.

De acordo com Oliveira (2007), as principais preocupações do consumo responsável são “as desigualdades económicas e sociais a um nível local e global”; “a pobreza extrema das pessoas e consequentes sequelas físicas e sociais”; “a exploração dos trabalhadores e o desrespeito pela sua dignidade”; “a democratização das decisões nos processos produtivos”; “a desigualdade de gênero”; “o desenvolvimento integrado, local e regional”; “o esgotamento dos recursos naturais - água, solo, massas florestais”, “aumento descontrolado de resíduos e emissões poluentes”; “a biodiversidade ameaçada”; “o efeito de estufa e as alterações climáticas”.

O que mostra uma verdadeira contradição, pois transfere a responsabilidade para o indivíduo. No Brasil, segundo a Arte Sol (2010), o Comércio Justo teve seu início na década de 1970, quando ONGs europeias ligadas a igrejas auxiliaram na organização de grupos de

trabalhadores rurais e na venda informal de artesanato. A primeira iniciativa brasileira com o Comércio Justo foi um projeto piloto da FLO (Fair trade Labelling Organization) com o “Suco Justo²⁴”. Mais tarde, o café foi o grande produto do comércio justo brasileiro, com projetos envolvendo várias organizações.

A partir de estudos realizados por Mascarenhas (2007), em sua tese de doutorado, verificaram-se várias experiências com comércio justo, incluir várias regiões brasileiras (Sul, Sudeste, Nordeste e Norte), com diversidades de produtos, sendo tradicionais desse mercado (café e sucos cítricos) e outros mais ligados à especificidade da oferta brasileira (castanha de caju e palmito).

O Café Arábica certificado se centraliza na região Sudeste do Brasil, com destaque para Minas Gerais e Espírito Santo, respectivamente pelas Cooperativas dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região COOPFAM, a Federação das Associações Comunitárias de Agricultores Familiares de Iúna e Irupi (FACI), como também o Café Robusta em Rondônia (Região Norte) Articulação Central das Associações Rurais para Ajuda Mútua (ACARAM), no município de Jiparaná, RO.

Sobre as experiências de comércio justo de sucos cítricos, Mascarenhas (2007) destaca a Central de Associações do Litoral Norte da Bahia (CEALNOR) na cidade de Rio Real, BA, A Cooperativa de Citricultores do Vale do Caí (ECOCITRUS), no município de Montenegro, RS.

Já com produtos específicos do Brasil, temos, como exemplo, a castanha de Caju, situada na região Nordeste. A Cooperativa dos Beneficiadores Artesanais de Castanha de Caju do Rio Grande do Norte (COOPERCAJU) é uma organização de pequenos produtores originada de um projeto de colonização no município de Serra do Mel, RN, e a Cooperativa Agroindustrial para Exportação (COASA), no município de Picos, no Estado do Piauí.

O palmito é considerado um típico alimento brasileiro e o país é o principal produtor e consumidor desse produto, representada pela Associação de Produtores Alternativos (APA) localizada no município de Ouro Preto d'Oeste, no centro do estado de Rondônia, que é outra associação inserida na prática de comercialização de produtos do comércio justo.

²⁴ Projeto envolvendo produtores de laranja do Paranavaí, no Paraná. O projeto viabilizava a comercialização na Alemanha, Austrália e Suíça do suco produzido pela Paraná Citrus S.A.

3.1.1 A economia solidária como política de estado

Foi a partir de 2003, que o comércio justo se difundiu no Brasil, com a intervenção direta do Estado, em junho do referente ano, tendo sido aprovado em Congresso Nacional o projeto de lei do presidente Lula, criando a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sob a direção de Paul Singer²⁵.

Segundo Singer (2004), a economia solidária é fruto de luta de Movimentos Sociais, ONGs, partidos políticos e atua contra a exclusão social e a queda na indigência das vítimas da crise com a inserção na produção social.

Na visão de Singer, não é necessário isolar-se da economia dominante capitalista para desenvolver formas socialistas de distribuição e, posteriormente, de produção. Singer está convencido de que o mercado é essencial ao socialismo.

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária culminou mais tarde para a criação do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário de Decreto nº 7.358/2010, de 17 de novembro de 2011. O Decreto que cria, regulamenta e define os critérios de certificação do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário e tem como objetivo principal “Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, para coordenar as ações do Governo Federal voltadas ao reconhecimento de práticas de comércio justo e solidário e à sua promoção.” (Decreto 7.358/2010).

Dentro da perspectiva da economia solidária, há diversas correntes teóricas e denominações, para essa prática colocada como forma de resistência, enfrentamento, e negação ao sistema capitalista.

Carrascal (2011) afirma que a economia solidária vem crescendo cada vez mais como um modelo alternativo de desenvolvimento, baseado na prática nos princípios que orientam e contribuem com a construção de uma identidade e se baseia no fortalecimento dos vínculos sociais. Os princípios da economia solidária que podem ser considerados consensuais são: *a autogestão, democracia, cooperação, centralidade do ser humano, valorização da diversidade, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem, justiça social na produção e cuidado com o meio ambiente*. Esses foram construídos no dia a dia dos

²⁵ Paul Singer é Professor de Economia, é considerado um dos maiores teóricos do mundo sobre economia solidária no mundo, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores(PT), na eleição do Presidente Lula introduziu a economia solidária com destaque em seu programa de governo e, em 2003, passa a ser a coordenar a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

empreendimentos, durante a realização de fóruns, no interior dos grupos, em reuniões, encontros, seminários e nos diferentes espaços onde se identificaram os valores e objetivos em comum, e aqueles que exigiam mais debates.

Laforga (2005) destaca algumas outras denominações da economia popular que na visão dele contrapõe à racionalidade econômica capitalista, muito embora esteja submersa nesta. Podemos citar a posse e a propriedade individual e/ou coletiva dos meios de produção por parte dos trabalhadores, onde o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata, como também para produzir um excedente.

O termo “popular”, que acompanha a denominação de Economia Solidária é mais utilizado nos setores ligados à Cáritas²⁶, bem como construiu a denominação da primeira experiência de programa de ação pública em nível estadual, que foi o Programa de Economia Popular Solidária da Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais do Rio Grande do Sul (Sedai/RS).

Ainda na análise do autor acima citado, um conceito básico da economia solidária ou economia popular é a autogestão, como um conjunto de práticas sociais que se caracterizam pela natureza democrática das tomadas de decisões, que irão propiciar a autonomia da unidade doméstica ou do seu conjunto (coletivo).

Para Lemes (2008), Economia Solidária e Economia Popular Solidária – não se anulam, mas partem de ângulos diferentes. O primeiro busca construir-se numa experiência mais sistêmica, ao passo que o segundo parte de uma “opção pelos pobres”, integrante da doutrina social da Igreja Católica. Ambas convergem, no entanto, no sentido de proposta alternativa à exclusão social e sua fonte geradora: o sistema capitalista.

Segundo Laforga (2005), a economia solidária rural tem importante papel na geração de emprego e renda no campo, uma vez que, diferentemente dos trabalhadores urbanos, no campo, eles tem uma maior autonomia, com destaque para alguns elementos essenciais de enfrentamento ao modelo capitalista. Na visão do autor, podem ser elencados alguns elementos:

- a) solidariedade como valor essencial e como estratégia de construção; b) articulação com um projeto para toda sociedade; c) qualidade de vida; d) não ser excludente, nem seletivo; e) geração, distribuição e descentralização de renda e capital; f) organização da produção; g) geração de oportunidades e

²⁶ A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. Disponível em: <http://caritas.org.br/>. Acesso em: 16.06.15

renda; h) redimensionamento do modelo tecnológico; i) segurança alimentar; j) sustentabilidade; k) outros (desenvolvimento local; democracia, participação e controle social; relações sociais e cultura). (DESER, 2002 *apud* LAFORGA, 2005, p.22-24)

Os entusiastas da ideia da economia solidária, como Singer apontam a Economia Solidária como nova forma de organização econômica – a ES para ele pode ser um novo “modo de produção”.

Na leitura de Bertucci (2010), é difícil afirmar que a política de economia solidária, significa um projeto de sociedade; sua intenção é continuar sendo uma política restrita a empreendimentos produtivos com demandas estratégicas objetivas pelo Estado.

Partindo da teoria marxiana, verifica-se que o capitalismo constitui-se uma relação social, de indivíduos desiguais perante os meios de produção que produzem mercadorias – inclusive a própria atividade humana, tornando-se uma mercadoria, por isso não há como haver produção da vida material que não seja determinada pelo capitalismo.

Outra contradição marcada pelo discurso da economia solidária é que as grandes empresas, que estão no campo, oposto desse princípio, têm se apropriado do conceito de solidariedade, sob os signos da “empresa solidária”. Com um novo discurso, surge o da a “Responsabilidade Social Corporativa”.

Os investimentos realizados em pesquisas, desenvolvimento de produtos, propaganda e marketing são ampliados na sociedade pós fordista, que não ampliam apenas a condição de mercadorização do trabalho, mas o trabalhador tem o duplo papel na sociedade das mercadorias, ele é também consumidor. Bauman (2008, p.103) afirma que “a participação ativa nos mercados de consumo é a principal virtude que se espera dos membros de uma sociedade de consumo.”

O discurso da “responsabilidade social” é apropriado pelo capital, como forma de abranger o chamado “consumo ético”, com o uso do Marketing estimula-se o consumo por intermédio de uma ideia de ação socialmente responsável.

Segundo o discurso, os “consumidores conscientes” educados pelo “consumo ético” também são supostamente beneficiados, pois, na medida em que estão adquirindo produtos que apoiam causas; estão ajudando a sociedade, proporcionando um sentimento de satisfação por estarem fazendo algo bom.

Na lógica de funcionamento da sociedade do espetáculo, toda manifestação de solidariedade é capturada pela publicidade e reduzida tão somente ao ato de consumir, eliminando na consciência social a questão de superação dessa sociabilidade.

Os discursos difundidos pelo capital nos permitem perceber que a solidariedade articulada em meio ao discurso corporativo é uma forma de garantir a realização do capital e permitir maior lucratividade na venda de produtos e serviços, deixando de ser uma particularidade das ações do indivíduo e passando a ser uma mercadoria comercializada, ou seja, a astúcia do capital conseguiu mercantilizar até a condição de ser solidário.

Conforme Conceição (2007), o sistema do metabolismo societal do capital, é a estrutura mais expressiva e poderosa dominante da história da sociedade, e se constitui no tripé composto por capital - trabalho – Estado, forma indissociável, interligada por relações dialéticas e contraditórias.

De acordo com Fontes (2010), não há como haver isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção. Este constitui o campo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e antagonismos, e se forjam as agregações de interesses e vontades; produzir a subordinação é fundamental. A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo a organização e o convencimento.

A contradição central do sistema capitalista está no fato de a produção de riqueza ser cada vez mais social, ao tempo que a apropriação desta é cada vez mais privada, o cerne da desigualdade social, no qual se encontra a concentração da propriedade privada e da riqueza num polo e no outro polo, a miséria, com uma acentuada exploração do trabalho assalariado e a alienação do trabalho, já que quanto mais riqueza o trabalhador produz, mais miséria acumula para si.

Quanto maiores forem à riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansivas do capital[...] Por fim, quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista [...] a acumulação da riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplicio do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.(MARX, 2013 p.619-721)

A desigualdade socioeconômica e a miséria não são apenas consequências desta forma de sociedade, é também funcional a manutenção da ordem atual; por essa razão, não podem ser resolvidos sem que se alterem radicalmente as bases do modo de produção vigente.

Conforme Conceição (2011), o sistema sociometabólico do capital funciona induzindo sempre em maior intensidade à ampliação da produção de valores de troca. A tendência de expansão é intrínseca, e o sistema produtivo é a garantia de maior lucro.

Por isso os idealizadores do comércio justo, cooperativas de consumo e os economistas solidários cometem o mesmo equívoco que as “personalidades burguesas” cometem ao defenderem a superação da sociedade capitalista por meio de medidas remediadoras, com a defesa da mudança da forma de distribuição e de consumo, mas com a permanência do modo de produção sob o sustentáculo do capital.

Segundo Mészáros, esses pensadores burgueses:

Em vez do microcosmo harmonizável, eles ofereciam remédios que, ou contornavam os problemas em jogo, pressupondo a força da Razão como solução genérica e a priori para todas as dificuldades e contradições concebíveis, ou inventavam planos especiais, sem qualquer base na realidade, pelos quais se deveriam encontrar as respostas para as contingências históricas perturbadoras identificadas. (MÉSZÁROS, 2002 p.115)

De acordo com Fontes (2010), o Estado é educador – e assume papel crucial, voltado para forjar homens adequados às formas de produção, de trabalho e de existência social reconfiguradas pela expansão do capital.

Para Gama (2010), a atuação do Estado, em determinadas circunstâncias, pode ser executada de modo velado ou deliberado. Isso comprova que, embora o Estado seja um alto comitê executivo dos negócios inadiáveis dos capitalistas, precisa, como condição para a perpetuação de sua hegemonia social, assumir uma face onde, aparentemente, demonstre neutralidade racional.

Quanto à exploração dos recursos naturais, também não é possível resolver por meio de medidas corretivas, recorrendo aos discursos educacionais de proteção dos recursos naturais, pois a exploração humana e ambiental é o mecanismo pelo qual o capital extrai a mais-valia e a matéria-prima para a produção de mercadorias, como destaca Conceição (2004).

O modelo neoliberal conduz à proposta da sustentabilidade, propondo a alternativa da estratégia do crescimento econômico capitalista pelo equilíbrio entre as condições ecológicas e valores ambientais, com a introdução do discurso ideológico da existência do capital natural, humano social e cultural, possibilitando pensar o desenvolvimento alternativo com equidade e justiça social, sem questionar o trabalho como mercadoria e a produção intensiva através dos recursos naturais. O objetivo da produção reificada e alienante alimenta potencialidades produtivas em realidades destrutivas. (CONCEIÇÃO, 2004 p.6-7)

Nesse contexto, fica evidente o papel do Estado a serviço do capital, na medida em que molda o movimento da economia solidária que a princípio se coloca em oposição ao sistema do capital na agenda de políticas públicas, mas que tem por objetivo moldar o movimento a lógica do capital.

Por isso destacamos que o movimento do comércio justo tem, no seu núcleo, a perpetuação da lógica do capital para sua expansão e para sua reprodução. Essa é a lógica do sistema dirigido pelo capital; para isso, precariza a força de trabalho, destrói o meio ambiente e até as próprias mercadorias por ele criadas.

3.2 O SEBRAE e a difusão do comércio justo e da economia solidária no Submédio do Vale do São Francisco

Com o avanço da industrialização no Brasil, o Estado criou instituições com o objetivo de fomentar a atividade industrial. O grande foco das políticas nacionais estava na industrialização, na modernização da economia nacional e nas novas formas de ocupação e exploração que surgiam, no direcionamento das políticas funcional e na ampliação do capital industrial.

Não só para subsidiar as novas indústrias, como também “modernizar” as empresas de controle familiar, ampliando o espaço para o capital mundial, a administração na visão do mercado consideradas “ineficientes”, o que explicaria o subdesenvolvimento da América Latina.

Nesse período, o discurso da modernização das pequenas empresas estava sustentado na justificativa que o processo de modernização nacional estava nas mãos das grandes empresas, e nelas se encontravam as novas tecnologias e os melhores empregos. Na dependência dessas grandes empresas, ficavam as pequenas empresas.

Segundo Melo (2008), na década 70 do século XX, foi quando surgiu o CEBRAE – com C (Centro Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas), primeira entidade governamental de apoio às pequenas e médias empresas cuja função era, fundamentalmente, de orientação ao crédito. Pois, no processo de reestruturação produtiva, necessitava da ampliação do crédito antes restrito às grandes empresas; passa a ampliação do capital financeiro que, antes, tinha nas grandes empresas o seu maior foco.

De acordo com Melo (2008), no período de 1972 a 1990, o CEBRAE se constituía em estrutura da administração pública. O CEBRAE foi vinculado ao Ministério do Planejamento de 1972 a 1984. Neste ano, passa à administração do Ministério da Indústria e Comércio e, assim, permaneceu até 1990. Operou principalmente nos programas de crédito orientado (concessão de crédito e assistência gerencial por meio de consultoria), oferecidos pelo BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e Bancos de Desenvolvimento Regionais.

A estrutura de atuação do CEBRAE com C, apenas foi modificada em 1990 quando o CEBRAE foi transformado em serviço social autônomo, entidade de mesmo caráter que as já existentes SESI, SENAI, SENAC, etc. Ou seja, passou a fazer parte do chamado Sistema S e recebeu a denominação de SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Não mais vinculado à administração pública, a lei nº. 8.029 de 12/abril/1990 estabeleceu o desvinculamento da administração pública e o transforma em serviço social autônomo.

Os recursos do SEBRAE, decorrem de uma alíquota de 0,3% sobre o total das remunerações pagas pelas empresas contribuintes do SESI/ SENAI e SESC/ SENAC aos seus empregados, mais 0,3% das contribuições sociais, simplificando os próprios trabalhadores que custeiam os recursos dos sistema S, entre eles, o SEBRAE.

De acordo com o SEBRAE (2015), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte – aqueles com faturamento bruto anual de até R\$ 3,6 milhões.

Seus objetivos são:

Foco no fortalecimento do empreendedorismo e na aceleração do processo de formalização da economia por meio de parcerias com os setores público e privado, programas de capacitação, acesso ao crédito e à inovação, estímulo ao associativismo, feiras e rodadas de negócios. [...] atendem desde o empreendedor que pretende abrir seu primeiro negócio até pequenas empresas que já estão consolidadas e buscam um novo posicionamento no mercado. [...] O Sebrae é agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, mas não é uma instituição financeira, por isso não empresta dinheiro. Articula (junto aos bancos, cooperativas de crédito e

instituições de microcrédito) a criação de produtos financeiros adequados às necessidades do segmento. Também orienta os *empreendedores* para que o acesso ao crédito seja, de fato, um instrumento de melhoria do negócio. (SEBRAE, 2015. p.1)

O empreendedorismo passa a ser a palavra chave do SEBRAE, difundindo a ideia do novo formato de assalariamento “programa de formação de trabalhadores, ao lado da adequação social e cívica de sua consciência a partir de: um novo formato de assalariamento; uma dimensão discursiva do final do trabalho sob o empreendedorismo” (FONTES, 2010, p.291).

Ainda segundo Fontes (2010), o empreendedorismo é a nova face do capital, sobretudo na sua fase imperialista, para realizar a expropriação, criando novas formas de venda da força de trabalho, expropriando direitos, por meio da atuação do Estado, e suas agências.

A hegemonização do grande capital portador de juros, de cunho original puramente negativo (expropriador), se explicita hoje num programa de formação de trabalhadores, ao lado da adequação social e cívica de sua consciência a partir de: um novo formato de assalariamento; uma dimensão discursiva do final do trabalho sob o empreendedorismo; a expansão de financiamentos atuando como forma genérica de extração de sobre trabalho. [...] Multiplicam-se as especializações universitárias de gestores de programas privados de cunho “social”, cuja função é disseminar padrões de gestão altamente competitivos para educar e conter massas populares, capazes, porém, de realizar as atividades necessárias ao novo padrão de uso da força de trabalho, supostamente sob a forma da autoexploração traduzida pelo empreendedorismo (FONTES, 2010, p.291-293).

Essa política do empreendedorismo vai se ampliando não somente na cidade, mas também no campo, com o discurso da “modernização” que, segundo Conceição (2013), sustenta a necessidade da modernização do campo e se apresenta em contraposição ao latifúndio, colocando-se como superadora do atraso e da necessidade da agricultura moderna para o desenvolvimento do país, via substituição da política de exportação de produtos agropecuários e agroindustriais e de empreendimentos de capitais para o desenvolvimento do país. Sousa, Áurea & Conceição (2009) destacam que, quando isso ocorre, o camponês não só perde autonomia, mas passa a ser um agricultor familiar, um empreendedor, um assalariado, como pode ser totalmente expropriado da terra, portanto, passa ser moderno/ novo.

Ainda conforme Conceição (2013), isso se realiza mediante a viabilização do Estado na ordem do capital, mediante a individualização, como se partisse da vontade do indivíduo, ao invés de uma imposição do sistema sociometabólico:

Funcional ao interesse do capital o Estado viabiliza a ordem reprodutiva sociometabólica do capital, gerenciando o controle dos antagonismos, a partir da lógica fetichista do mercado que se cristaliza na ideia da individualização. A estrutura institucional anuncia o espaço da possibilidade, como inerente ao mundo das ideias e das vontades humanas, independentes do sistema econômico, mas que dizem respeito à capacidade e ou incapacidade empreendedora do poder da vontade do indivíduo (CONCEIÇÃO, 2013 p.93).

Em pesquisa de campo (2015), realizada no Vale do São Francisco, identificamos o papel do Estado na difusão do empreendedorismo no campo, a partir da articulação do SEBRAE, que difundiu a ideia de que, pela comercialização via “comércio justo”, seria possível a melhoria de vida nos pequenos produtores rurais, sem a necessidade de uma reforma estrutural.

FOTO 01: SEBRAE UNIDADE DO VALE DO SÃO FRANCISCO, PETROLINA-PE



Fonte: REIS, Leandro Cavalcanti. 2015.

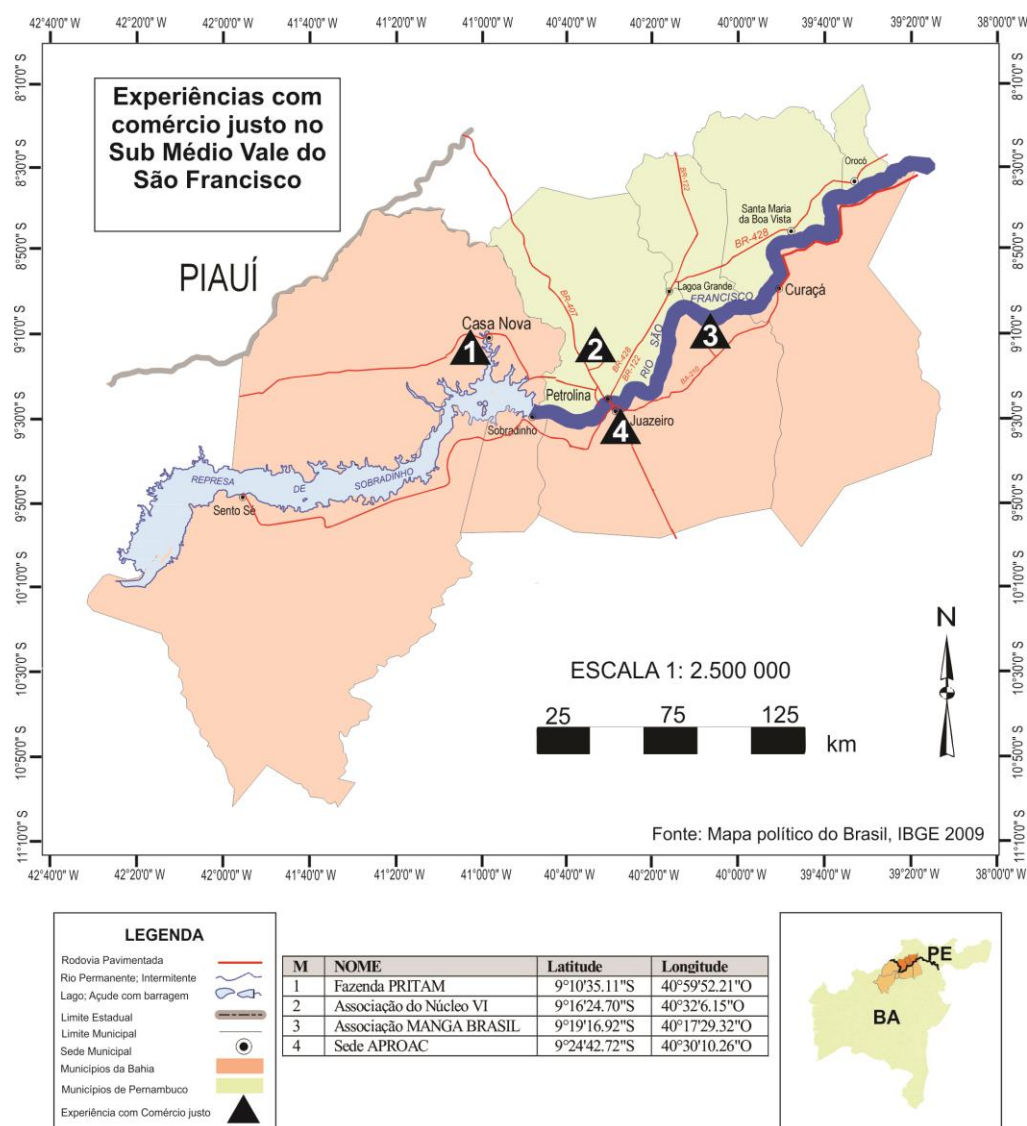
FOTO 02: SEBRAE UNIDADE JUAZEIRO, JUAZEIRO-BA



Fonte: REIS, Leandro Cavalcanti. 2015.

Entre as experiências com o “comércio justo” identificadas no Polo frutífero do Vale do São Francisco, destacamos a Fazenda Pritam (Casa Nova-BA), pertencente ao grupo Brasfruit, APRNV, Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI, localizada no núcleo VI no perímetro de irrigação Senador Nilo Coelho (Petrolina-PE), a Associação Manga Brasil, perímetro irrigado Maniçoba (Juazeiro-BA), Associação de Produtores Orgânicos da Adutora de Carnaíba (Aproac), com sede em Juazeiro-BA, mas atua nos municípios de Casa Nova-BA, Petrolina-PE, e Lagoa Grande-PE, abaixo o mapa 02.

MAPA 02: LOCALIZAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES COM EXPERIÊNCIAS COM O COMÉRCIO JUSTO



FONTE: Dados de campo, Execução: REIS, Leandro, 2015.

3.2.1 Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI

Entidade civil sem fins lucrativos, a Associação dos Produtores Rurais do Núcleo VI – APRNVI encontra-se localizada no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho no município de Petrolina/PE.

FOTO 03: SEDE DA APRNVI

Fonte: REIS, Leandro Cavalcanti. 2015.

Atualmente, a Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI - APRNVI conta com cerca de sessenta associados, a maioria formada por pequenos produtores rurais com base na agricultura familiar de culturas, como banana, coco, goiaba, manga, acerola, abóbora, hortaliças, maracujá e macaxeira. Foram os pioneiros na comercialização certificada pelo sistema Fair trade (Comércio justo); em 2005, comercializavam manga “in natura”, para o externo, em especial, Alemanha e Holanda através do sistema de comércio justo, durando cerca de 3 anos.

No primeiro ano de comercialização, com a bonificação da FLO, construíram o packinghouse e com uma câmara fria para realizar o beneficiamento da manga, como podemos observar na foto 04:

FOTO 04: PACKINGHOUSE DA APRNVI

Fonte: REIS, Leandro Cavalcanti. 2015.

Os produtores recebiam uma bonificação de 10% sobre o valor da venda. Havia também adiantamento os produtores eram descapitalizado eles adiantavam no valor para ser pago em manga.

Ainda segundo Silva Neto (2015), presidente da Associação no período de comercialização pelo comércio justo, havia uma série de exigências para comercializar pelo Fair trade:

- Muita exigência na parte contábil, uma exigência muito grande. Com a beneficição havia uma reunião rígida onde definia o que seria feita com a bonificação. Havia controle ambiental de agrotóxicos com planilha de agrotóxicos que podia ser utilizados, caso um associado não cumprisse todas as exigências era condenado.

Segundo Silva Neto (2015), o mercado justo é bom, mas, a única falha foi a entrada do grande como comércio justo. A Pritam nos tirou do mercado, eles como grandes tinham preços melhores:

- Há falha na abertura de grandes empresas, a finalidade do comércio justo era ajudar o pequeno produtor, não foi por falta de informação,

tivemos uma reunião com associados que comercializavam pelo comércio justo em Vitória da Conquista, lá não somente eu mas outros também relataram a entrada de grandes empresas como comércio justo.

Esse fato mostra a contradição do comércio justo, que, no discurso de sanar as desigualdades, incentiva a desigualdade, pois os intermediadores estão à procura de preços menores, que lhes garantem maior renda.

De acordo com Silva Neto (2015), toda conquista de bônus tinha de ser construída algo para benefício coletivo: *construímos o packing-house e com os benefícios, no segundo ano reformamos uma sala de aula no N6, no terceiro ano construímos o sistema de bombeamento e abastecimento da comunidade. No fechamento, a nossa intenção era, a construção de um posto policial e odontológico, que ainda hoje não temos.*

Essa fala chama a atenção, devido o fruto de bonificação custeado pelos trabalhadores ser aplicados para suprir uma falha do Estado; a bonificação ao invés de preencher outras necessidades ter de ser investida para corrigir a ausência do Estado.

Silva Neto relatou que no momento que aguardavam para vender a quarta produção, eles foram surpreendidos com a quebra do contrato, causando prejuízo aos associados, *Eu mesmo perdi 10 toneladas dessa manga porque com a crise nosso contrato de entrega foi quebrado, porque a manga não esperou. E eles firmaram com a PRITAM.*

Hoje, Silva Neto (2015) relata a dificuldade de comercializar a produção: *Hoje, enfrentamos problemas para conseguir vender nossa produção, a Associação conta com o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), mas a cota por pequeno produtor é muito pequena e ainda demora meses para receber o valor da venda, o preço também não chega a ser muito vantajoso.*

3.2.2 Associação de Produtores Orgânicos da Adutora de Carnaíba e adjacências

A APROAC conta hoje com 06 produtores associados, sendo 4 homens e 2 mulheres, a área média da propriedade é de 10 hectares, tem toda sua produção orgânica nas culturas de acerola, banana, mamão, limão, macaxeira e hortaliças; sua principal cultura é a manga, produzindo 265 toneladas em 2014, centrando no período de agosto a dezembro.

A comercialização aconteceu somente no ano de 2010, venderam 3containers, fato destacado pelo representante do SEBRAE, como grande avanço para os produtores da Associação, como podemos ver no quadro 04.

QUADRO 04: DIVULGAÇÃO SEBRAE DA APROAC

Associação de agricultores de Juazeiro (BA) comemora exportação de manga para a Europa

Pela primeira vez, produtores conseguem vender sem a intermediação de atravessadores

BA

09/11/10 às 00:00 - Por: Juliana Souza

Salvador - Parte do Porto de Salvador, nesta terça-feira (09), com destino à Holanda, o primeiro container carregado de mangas orgânicas produzidas pela Associação de Produtores Orgânicos da Adutora de Carnaíba (Aproac) e exportadas sem a intermediação de empresa brasileira compradora. Em outras oportunidades, a Aproac já teve seus produtos na Europa, mas a venda não era direta. Uma empresa brasileira comprava e os revendia para o exterior. Esta semana, a comemoração pela venda é diferente. “Sem atravessador podemos garantir um lucro melhor para os produtores”, ressalta a presidente da associação, Balbina Carneiro.

Comércio justo

Dois representantes da BioTropicGmbH, empresa multinacional importadora das mangas da Aproac, passaram há dias pela região. Marnix Wolters e Volket Schmidt vieram conferir o cumprimento das exigências para a compra. Os importadores testaram certificações orgânicas, acompanharam a colheita, o transporte e o trabalho de acondicionamento na packinghouse. Além disso, puderam constatar a qualidade da fruta e a ajuda social feita na reta final do processo, quando foram empregados filhos de trabalhadores rurais, remunerados através de pagamento de diárias, para a embalagem das mangas.

“Vamos distribuir essas frutas para supermercados e lojas especializadas em produtos orgânicos. Precisamos garantir que o produto que o nosso cliente vai ter é o de melhor qualidade”, explica Schmidt. Os clientes da BioTropic estão na Holanda, Alemanha, Inglaterra, Bélgica e França. Para Wolters, “o fato de ser a primeira exportação da associação exige um acompanhamento especial, para que saia tudo bem”.

Capacitação

O Sebrae conhece o trabalho da associação juazeirense desde que foi criada e, ao longo desse período, vem desenvolvendo ações que começam a dar resultados. “Os produtores já receberam capacitações para certificar os cultivos, ajudamos com ações junto ao mercado, viabilizando encontros de negócios, participações em feiras, missões técnicas, tudo para ampliar as possibilidades desses agricultores familiares”, lembra o analista do Sebrae Rinaldo Moraes. A Aproac vai mandar três contêineres de mangas para a Europa nos próximos dias, totalizando quase 70 toneladas da fruta. Parte delas foi colhida na área de onze hectares da produtora Letícia Paim, no município de Casa Nova. “Estou muito feliz com a experiência. Vamos aprender muito com esta primeira venda direta e esperamos que seja a primeira de muitas”, diz Letícia, entusiasmada. Para a consultora do Sebrae Diana Passos, a Aproac dá um exemplo de aproveitamento de um nicho mercado. “Eles vinham tendo prejuízos porque concorriam com o mercado convencional, vendiam produtos diferenciados a preço comum e ao mercado comum.” E a diferenciação vai seguir depois da exportação, quando os produtores vão fornecer o excedente da produção para uma empresa que produz frutas desidratadas.

Fonte: [http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/Associa%C3%A7%C3%A3o-de-agricultores-de-Juazeiro-\(BA\)-comemora-exporta%C3%A7%C3%A3o-de-manga-para-a-Europa](http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/Associa%C3%A7%C3%A3o-de-agricultores-de-Juazeiro-(BA)-comemora-exporta%C3%A7%C3%A3o-de-manga-para-a-Europa)

Para Alzira (2015), produtora e atual presidente da APROAC, o fato de só terem comercializado apenas um ano, foi pelo altos custos de certificação, que, em virtude da pequena produção, se tornava inviável.

- Como o próprio nome já diz era para ter um maior posicionamento de mercado, adiantamento de crédito do valor da produção.

Hoje, ela relata a dificuldade de venda da produção de orgânicos, pois, com a certificação para produção orgânica e mesmo diante da pequena produção, não consegue vender toda a produção como orgânica; boa parte tem de ser vendida no mercado convencional, devido à falta de mercado consumidor.

3.2.3 Associação de Pequenos Produtores Manga Brasil.

Associação de pequenos produtores Manga Brasil, localizada no Perímetro de Irrigação Maniçoba em Juazeiro (BA), foi referencia no Polo pelo volume de frutas comercializadas pelo comércio justo, mas durou cerca de 2 anos apenas, sendo que hoje a Associação se encontra fechada.

FOTO 05: ASSOCIAÇÃO MANGA BRASIL



Fonte: REIS, Leandro Cavalcanti. 2015.

No início da comercialização, o SEBRAE coloca como caso de sucesso; no entanto, hoje, a associação não conseguiu manter-se no mercado, mesmo se inserindo no chamado “mercado diferenciado”, como podemos observar na quadro 04.

QUADRO 05: DIVULGAÇÃO SEBRAE/ABANORTE 2007 MANGA BRASIL

Pequenos produtores baianos exportam manga

Após um ano de trabalho para obter a certificação em Comércio Justo e a viabilização da exportação da manga produzida no município de Juazeiro (BA), pequenos produtores da Associação Manga Brasil estão otimistas com a comercialização da fruta para a Europa. É o quinto container carregado de manga, no segundo semestre deste ano, que parte para o mercado europeu, um total de 100 toneladas.

De acordo com o presidente da Associação Manga Brasil, Josival Nascimento, muitos associados não acreditavam que poderiam realizar exportação de forma direta. “É uma janela que está se abrindo para o mercado internacional. Estamos otimistas com a possibilidade de colocarmos todos os anos a nossa produção na Europa. Dessa forma não encontraremos mais dificuldades na comercialização no segundo semestre, já que no primeiro ela é garantida para o mercado interno”, comemorou Nascimento.

Segundo o presidente da Associação, Josival Nascimento, o packing terá capacidade para processar 3.200 quilos de manga por hora, trabalhando em turno normal de 8 horas/dia, totalizando um volume processado de 25.600 kg/dia, equivalente a pouco mais de um container. “Quando estiver em pleno funcionamento, poderemos dobrar a produção diária, processando 51.200 quilos por dia ou dois containers diários”, ressaltou Nascimento. Ele disse ainda que o packinghouse proporcionará a geração de 37 empregos diretos, podendo chegar a 66 quando estiver em pleno funcionamento.

A associação tem em seu quadro de clientes grandes atacadistas em São Paulo, Brasília e Minas Gerais, e tem buscado desenvolver novas parcerias com redes de supermercados. “O Sebrae e a Codevasf estão sendo parceiros importantíssimos, tanto na comercialização quanto na capacitação dos nossos produtores. Conseguimos alguns desses mercados através de missões e caravanas realizadas pelo Sebrae e também da nossa participação em feiras e eventos de comercialização de frutas”, afirmou Nascimento, acrescentando que a associação já comercializou quase 700 toneladas de manga este ano, dos quais 120 foram para Europa.

O coordenador regional do Sebrae, Rinaldo Moraes, evidenciou que esse trabalho com o grupo Manga Brasil é resultado de uma parceria entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Sebrae e Agrofair (empresa importadora de frutas, com sede na Holanda, que atua com Comércio Justo – Fairtrade).

“Seu principal objetivo é estabelecer um contato direto entre o produtor e o comprador e tirá-los da dependência de atravessadores e das instabilidades do mercado. Através do comércio justo e solidário, o Sebrae tem procurado promover aos pequenos produtores rurais do Vale do São Francisco um conhecimento justo e equilibrado com relação aos grandes produtores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, além de oferecer melhores condições comerciais”, finalizou Moraes.

Fonte: <http://www.abanorte.com.br/noticias/noticias-da-pagina-inicial/pequenos-produtores-baianos-exportam-manga/>

Segundo a consultora do SEBRAE, ela atribui a imposição imposta pelo comprador no comércio justo, com desconfiança de que os pequenos produtores não seguissem os acordos firmados, exigiu um gerente externo e os pequenos produtores não gostaram da forma de gerenciamento e tratamento dado a eles por esse gerente.

3.2.4 Fazenda PRITAM

Localizada no município de Casa Nova-BA, foi objeto central de análise de nossa pesquisa, por ser a única organização que permanece comercializando via comércio justo desde 2006, quando iniciaram a comercialização pelo fair trade.

A Empresa PRITAM FRUIT EXPORTAÇÃO LTDA se instalou na região em 1999 e, em 2006, se tornou umas das primeiras exportadoras de frutas, na condição de empresa, certificada pela FLO, a vender para o comércio justo. A referida fazenda está localizada no município de Casa Nova – BA, às margens do lago de Sobradinho – BA, aproximadamente 1,5 Km da cidade, às margens da Rodovia BR 235, Km 65.

A PRITAM faz parte do grupo Brasfruit, que pertencem a um grupo de Indianos e foi fundada em um escritório pequeno em 1992. Segundo a empresa transformou-se em exportadora de frutas “mais ilustre e generoso tropical” no Brasil.

Em 1999, a Brasfruit exportou mais de 4500 toneladas de frutas de alta qualidade para a Europa, os Estados Unidos, o Canadá e a Indonésia. Agora em 2009, suas exportações cresceram para mais de 9.600 toneladas.

A Brasfruit começou como uma empresa de comércio de compra, embalagem e exportação de frutas. Percebendo a necessidade de controles químicos, rastreabilidade e melhores padrões de qualidade, a Brasfruit decidiu entrar para a agricultura.

Os principais produtos são mamão fresco, limão, figo, goiaba, manga, tangerinas, gengibre, inhame rígidos, inhame, caqui e abacate haas tropicais e abacates. Segundo a empresa, as frutas são cultivadas cuidadosamente, selecionadas, classificadas, tratadas e embaladas para garantir a mais alta qualidade possível.

Ainda de acordo com o representante da BRASFRUIT, *o Brasil é um país grande e tem frutas diferenciadas, muitas são encontrados em diferentes partes do país. A Brasfruit viaja por todo o Brasil, para garantir contratos públicos do fruto da mais alta qualidade. Um cuidado especial é dado a cada um de nossos pedidos, por exemplo, se um cliente deseja, um certo tamanho, cor e tipo de fruta, Brasfruit irá certificar-se de que é exatamente o que o*

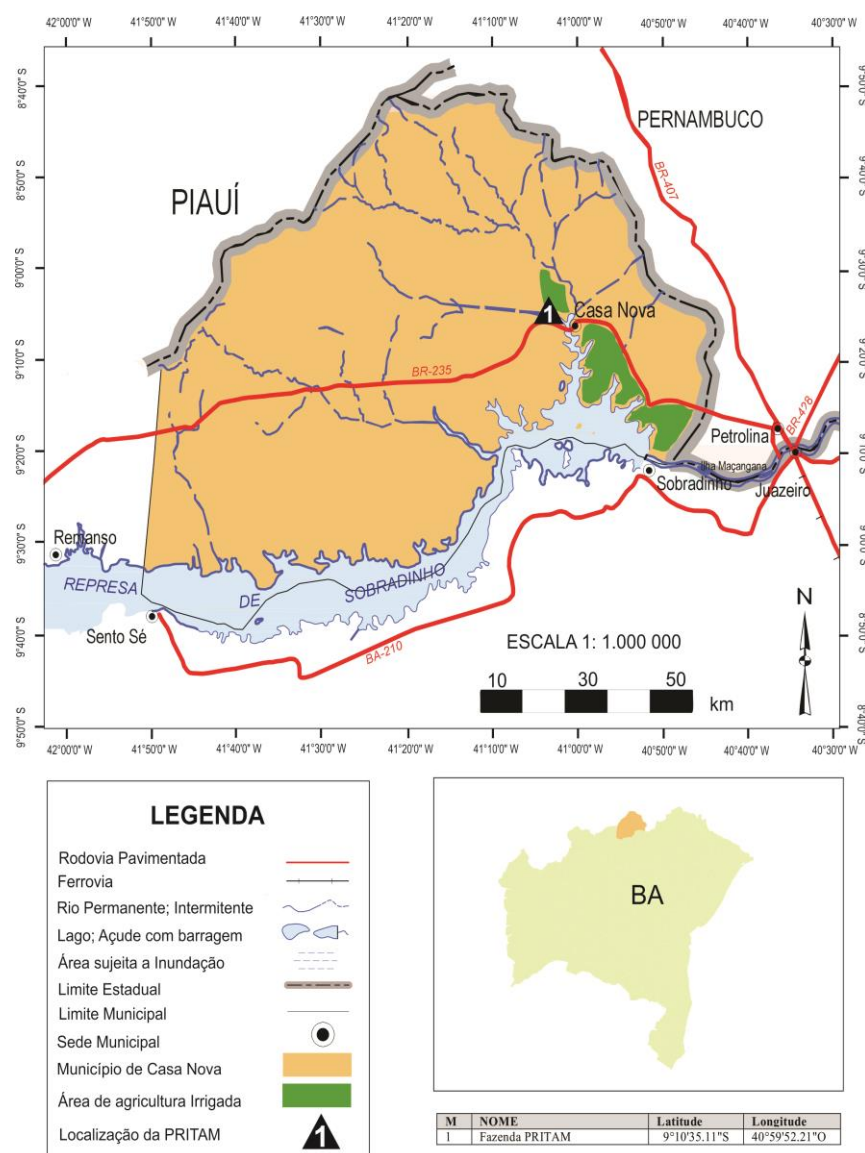
cliente recebe. Inspeccionamos cada fruta individualmente para garantir a mais alta qualidade.

FOTO 06: SEDE DA PRITAM



Fonte: REIS, Leandro Cavalcanti. 2015.

MAPA 03: LOCALIZAÇÃO DE CASA NOVA-BA E FAZENDA PRITAM



FONTE: Dados de campo, Execução: REIS, Leandro, 2015.

A Empresa possui uma área de cerca de 200 hectares, produzindo e exportando, principalmente, manga e limão. No ano de 2013, sua produção atingiu 2882 toneladas de manga e 440 toneladas de limão.

Em 2014, teve sua área ampliada, exportando manga e limão. Nesse ano, em relação a 2013, teve uma pequena queda na produção atingindo 2156 toneladas de manga, mas manteve 440 toneladas de limão, foto abaixo mostra a cultura na fazenda PRITAM.

FOTO 07: PLANTAÇÃO DE MANGA NA FAZENDA PRITAM



Fonte: REIS, Leandro Cavalcanti. 2015.

FOTO 08: TRABALHADOR NA COLHEITA DE LIMÃO FAZENDA PRITAM



Fonte: REIS, Leandro Cavalcanti. 2015.

Em 2014, possuía cerca de 40 trabalhadores fixos; em 2015, os trabalhadores fixos chegaram ao total de 58 sendo 48 homens e 10 mulheres, sendo que somando com os temporários chega-se a 120 no período de safra, para o desenvolvimento da colheita e embalagem.

Ainda de acordo com representante, a empresa em virtude da certificação comércio justo, cumpre todas as exigências trabalhistas e ambientais, mesmo não usando nenhum tipo de adubo a prática agrícola orgânica.

Questionado sobre as exigências o representante cita o cumprimento das normas ambientais: plano de conservação, aplicações, armazenamento, capacitação, manutenção, já as de recursos humanos são: pagamento de horas extras, férias, FGTS, transporte refeitório adequado.

O que demonstra que o comércio justo não vai além das determinações legais com garantia mínima, nem há nenhuma ganho que signifique um ganho substancial dentro da ordem dominante.

Além do selo Fair Trade, a empresa possui o certificado Global, Gap, PIF, Tesco, e Fair For Life, os custos somente com o selo chega a 4000 Euros anuais, o representante da empresa afirma que os selos possuem a possibilidade de alcançar outros mercados, também destacam que a exigências para o mercado externo são maiores como: temperatura, qualidade alimentar, limpeza com produtos, principalmente Holanda, Canadá, EUA. Já ao mercado interno exigências são menores e os frutos são os “refugos”, deixando claro que essa forma de produção é somente uma relação comercial, tendo em vista que a empresa ao mesmo tempo em que direciona frutos de qualidade aos consumidores do Norte, aproveita os frutos de menor qualidade vendendo aos consumidores do Sul.

Outra contradição verificada em campo é que os trabalhadores da empresa que ao mesmo tempo colocam que o diferencial de se trabalhar na empresa é devido ao comércio justo, a maioria não sabe o significado do comércio justo, como podemos ver no gráfico abaixo.

Podemos observar que os funcionários têm que participar da associação dos funcionários da pritam frut exportação ltda, como forma de cumprimento das normas legais, porque são trabalhadores assalariados e não pequenos produtores autônomos.

GRÁFICO 05: SOBRE O SIGNIFICADO DO COMÉRCIO JUSTO PARA OS TRABALHADORES



Fonte: Campo, 2015. Elaboração: REIS, Leandro, 2015.

Outra função da associação de funcionários é a organização para definir o que será feito com o bônus repassado aos funcionários, que recebem 20% do bônus em dinheiro e 80% em projetos, o valor dos 20% não corresponde a um salário mínimo.

Entre os projetos realizados com a bonificação do fair trade a trabalhadora cita: cursos de informática, escolinha de futebol, plano odontológico, carteira de habilitação, projeto de fanfarra. Apesar de alguns desses projetos serem considerados como conquista pelos trabalhadores, alguns deles são de interesse da empresa, pois a empresa se abstém dos custos e da responsabilidade, a exemplo dos cursos.

Esses supostos ganhos criam no imaginário dos trabalhadores uma espécie de pertencimento com a empresa sem, contudo, deixar de existir a propriedade dos meios de produção e de trabalho assalariado, propiciando uma extração de mais-valia, ao mesmo tempo os próprios trabalhadores exercem em alguns casos dupla função na empresa, o auxiliar de packing-house, exerce ao mesmo também a função de porteiro.

Ao perguntar aos trabalhadores se tinham a terra para produzirem, 100% responderam que não possuem e 70% gostariam de ter acesso a terra, ver gráfico abaixo.

GRÁFICO 06: SOBRE O INTERESSE NO ACESSO A TERRA



Fonte: Campo, 2015. Elaboração: REIS, Leandro, 2015.

Ao serem perguntados sobre a renda, todos os trabalhadores responderam que recebem o mesmo salário pago por outras empresas do setor, na função exercida na fazenda Pritam, entre 1 e 1,5 salário mínimo, que retrata uma renda baixa para atender as necessidades de uma família.

Ainda para o representante da empresa Pritam o Fair For Life²⁷, está ganhando espaço, sobretudo nos mercados asiáticos, sendo bastante vantajoso para a empresa. “A Feira para a vida oferece aos operadores que querem demonstrar suas práticas de comércio justo uma solução para inspeção objetiva e certificação por um verificador externo altamente qualificado.” (FAIR FOR LIFE, 2015).

Fair for Life é diferente do Fair trade aberto a todos os produtos, países e tipos de produção (desde que sejam cumpridos os critérios de elegibilidade) é, portanto, um programa alternativo para todos os operadores que são excluídos por outros esquemas de certificação de comércio justo devido à falta de normas de produtos ou localização geográfica, ou seja nesse tipo de certificação não se tem apenas no predomínio Norte-Sul.

²⁷O objetivo da Feira para a vida é garantir relações justas e positivas entre produtores e suas cooperativas ou empresas contratantes, entre trabalhadores e empregador, entre vendedores e compradores no mercado mundial e, ao mesmo desempenho de tempo assegurando das normas. Disponível em: http://www.fairforlife.org/pmws/indexDOM.php?client_id=fairforlife&page_id=about&lang_iso639=en/. Acesso em: 16.08.15

FIGURA 02: SELO FAIR FOR LIFE

Fonte: www.fairforlife.org

O capital sempre vai criar e recriar novas formas de conseguir extrair a mais-valia, nesse caso das certificações, sobretudo, as dos princípios solidários, ao invés de ser colocada como alternativa ao modo de produção que monopoliza a produção, excluindo o pequeno produtor do mercado, se torna funcional ao capital na medida em que ele consegue extrair a renda da terra garantindo um lucro extraordinário ao capital, deixando de ser simplesmente uma produção de commodities entrando para um nicho de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de mercadorias já existia em sociedades pré-capitalistas mas é no capitalismo que se generalizou. Com a sua expansão, o capitalismo ampliou o sistema de produção para o mercado nas mais diversas áreas. Tudo no capitalismo foi transformando em mercadoria, inclusive elementos essenciais à vida, a própria força trabalho humano, foi reduzida a um valor que pudesse ser medido em dinheiro.

Na fase da mundialização do capital o quadro presente marcado pelo acentuado fetichismo da mercadoria, potencializou a submissão do ser social ao "sistema de mercado" capitalista, transformando ainda mais as nossas relações sociais em relações sociais reificadas – coisificadas.

O capital se mundializa promovendo profundas mudanças no mundo do trabalho, é essencial para o manutenção da ordem a promoção da sociedade do espetáculo, que na sociedade vigente, representa uma fabricação de alienação; o crescimento econômico, que cresce para si mesmo, não é outra coisa senão a alienação que constitui seu núcleo original. A alienação do homem, alienado daquilo que produz, mesmo criando os detalhes do seu mundo, está separado dele, é uma relação que quanto mais sua vida se transforma em mercadoria, mais se separa dela.

No processo de reprodução social, encontramos três momentos principais, que compõem a produção material; produção, da distribuição e do consumo, que vão sendo fragmentados, vislumbrando uma verdadeira contradição uma que a classe trabalhadora, que produz a riqueza social, não exerce controle sobre essa forma de produção, inclusive com privação no acesso, ou seja, da apropriação da riqueza que produz.

A reestruturação produtiva, sob a mundialização do capital, tende a impulsionar, em sua dimensão objetiva, as metamorfoses do trabalho e a fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados. O denominado mercado de trabalho passou por radical reestruturação; com o aumento da competição e pelas mudanças no processo produtivo gerando uma força de trabalho excedente (desempregados e subcontratados), impondo regimes e contratos de trabalhos mais flexíveis.

Assim como o capital é sistema global, o mundo do trabalho é cada vez mais transnacional, com a reconfiguração, tanto do espaço quanto do tempo; em virtude do sistema global do capital, há um processo de re-territorialização e também desterritorialização.

Houve uma mudança geral das normas e dos valores coletivos, inclusive em organizações operárias e movimentos sociais, para um individualismo muito competitivo

como valor central a cultura dos empreendimentos. O empreendedimentismo é marcado por uma excitação do indivíduo e de suas capacidades individuais, o meio no qual ele está inserido constitui uma situação momentânea, podendo, através do esforço individual (e somente por este), ser ultrapassado, superado ou transformado. Contudo, o ser empreendedor é ser individualista, pois atribui ao sujeito a responsabilidade por criar melhores maneiras de produzir, sem que ele possa contar com nada mais que seu talento pessoal, adquirido e elaborado ao longo de sua vivência. Abandonando cada vez mais a leitura do homem enquanto ser social.

As ideologias vão sendo criadas para garantir a realização da extração do mais-valor, sem, contudo fazer uma reforma estrutural. O caráter destrutivo do capital nessa visão pode ser sanadas somente na esfera do consumo, como é o caso dos adeptos do pensamento comportamental do “minimalismo”.

O campo não escapa aos olhos do capital na era da mundialização, a produção agrária, vai sendo alterada bruscamente, os trabalhadores rurais, sejam propriamente camponeses, sejam ligados a outras formas de trabalho, como trabalhadores coletivos de cooperativas ou assentamentos de reforma agrária, sejam os proletários urbanos, se vêm diante da necessidade de se vincularem ao mercado e à lógica do capital, como ocorre com a produção familiar, tomada de assalto pelos monopólios da produção de commodities.

No entanto com sua logica incessante pelo lucro o capital cria estratégias para garantir o controle da produção social e ao mesmo garantir um lucro máximo, sob forma da extração da renda da terra.

Nesse sentido identificamos que as certificações agrícolas garantem o controle da produção pelo capital e ao mesmo tempo a extração da renda terra, o discurso da “segurança alimentar” vai sendo usado legitimar as certificações agrícolas.

As certificações no discurso do capital é a forma de garantir mais “qualidade” ao consumidor, na verdade o que há é um artifício de controle do trabalho, pois o capital só se realiza no consumo, e para garantir essa realização o capital criou os signos da “qualidade”.

Uma vez que na sociedade capitalista há uma imensa coletânea de mercadorias, para que se possa manter a realização do capital há necessidade de controlar o consumo, para isso é preciso que haja uma suposta “terceira parte” “neutra” para não ficar evidente que o capital controla todas as esferas, essa entidade supostamente neutra é a certificadora, organismo que vai criar regras e controlar aqueles que podem adquirir os selos.

Cabem muitas vezes ao próprio Estado o papel de criar, avaliar quem pode ser “certificado” a empresa certificada garantirá com isso extrair a renda da terra. Outro papel do

Estado no universo dos selos é a educação dos consumidores a comprarem produtos certificados.

O movimento do comércio justo apesar de ser colocado por alguns grupos (movimentos sociais, intelectuais e partidos ditos de esquerda) como na própria ciência geográfica, o meio pelo qual constituirá uma sociedade justa e igualitária, sobretudo para os trabalhadores do campo, frente as desigualdades do comércio mundial, sobretudo pela mundialização do capital. O “comércio justo” é funcional do no processo de acumulação do capital, uma vez que não se rompe com os elementos centrais geradores das desigualdades sociais como: a propriedade privada, o trabalho assalariado e o lucro.

Podemos observar que “comércio justo” se territorializou no Vale do Sub Médio do São Francisco, mas não conseguiu garantir melhoria de vida aos trabalhadores, e aos pequenos produtores, as experiências fracassadas, sobretudo nas Associações e Cooperativas demonstram os limites do “comércio justo”, nas próprias palavras do gerente SEBRAE “o comércio já deixou de ser justo há muito tempo”. Essa forma de produção é somente “ilha” ao qual Marx denominou de “robinsonada”. O próprio fato dessa forma de produção atender uma quantidade muito pequena de produtores já representa uma forma de exclusão e desigualdade.

Outra evidência que demonstra a funcionalidade do comércio justo ao capital é que dentre algumas experiências no Vale, somente uma grande Empresa permanece exportando sua comercialização, o que demonstra que um modelo que no discurso promoveria a diminuição das desigualdades se torna gerador de desigualdade.

O suposto benefício aos trabalhadores da fazenda PRITAM, se resume a pequenos ganhos que não tem salários acima da média da região para suas funções, o diferencial uma pequena cota de bonificação, que mesmo sendo nominal aos trabalhadores serve as funções desenvolvidas na Empresa.

O capital com sua “astúcia do mal”, quando não pode substituir a natureza na criação de condições especiais, cria na certificação a “qualidades especial artificial”, condição da suposta segurança alimentar ou até mesmo a venda da condição de ser “pequeno produtor” “ser sustentável”, “ser do pobre”.

Os discursos difundidos pelo capital nos permitem perceber que a solidariedade articulada em meio ao discurso corporativo é uma forma de garantir a realização do capital e permitir maior lucratividade na venda de produtos e serviços, deixando de ser uma particularidade das ações do indivíduo e passando a ser uma mercadoria comercializada, ou seja, a astúcia do capital conseguiu mercantilizar até a condição de ser solidário. A fazenda PRITAM usa o comércio justo, deslocando de um mercado de *commodities* para um *nicho de*

mercado onde a concorrência é menor e a valorização do produto é maior. Em outras palavras assim a empresa conseguirá um lucro extraordinário com a terra – a renda da terra.

A renda de monopólio é auferida mediante a criação de condições especiais artificiais; “solidariedade”, “qualidade” “ser sustentável” “ser pequeno”, etc. Mediante o par capital-Estado, no seu mais alto grau de mercantilização da vida o capital e sua produção ideológica conseguem criar mecanismos inovadores na exploração da força de trabalho - é o capital na sua ganância, pelo desejo do lucro cada vez maior. O que caracteriza a ideologia do comércio justo como um poder capaz de “mudar o estado das coisas”, e as cooperativas de consumo que se apresentam como um instrumento de mudança, como uma forma de humanizar o consumo.

Podemos afirmar que a luta dos movimentos sociais e pequenos produtores do campo não deve ser pautado pela criação dos selos ou pela comercialização certificada da produção pois essa é a estratégia de controle do capital. A luta como destaca Mészáros em virtude da inseparabilidade das três dimensões do sistema do capital, que são completamente articulados – capital, trabalho e Estado –, é inconcebível emancipar o trabalho sem simultaneamente superar o capital e também o Estado. Isso porque, paradoxalmente, o material fundamental que sustenta o pilar do capital não é o Estado, mas o trabalho, em sua contínua dependência estrutural do capital (...). Enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente tomadas e autonomamente exercidas pelos produtores associados, mas permanecerem sob a autoridade de um controle pessoal separado (isto é, o novo tipo de personificação do capital), o trabalho enquanto tal continuará reproduzindo o poder do capital sobre si próprio, mantendo e ampliando materialmente a regência da riqueza alienada sobre a sociedade.

Os indivíduos sociais, como produtores associados, somente poderão superar o capital e seu sistema de sociometabolismo desafiando radicalmente a divisão estrutural e hierárquica do trabalho e sua dependência ao capital em todas as suas determinações. Um novo sistema metabólico de controle social deve instaurar uma forma de sociabilidade humana autodeterminada, o que implica um rompimento integral com o sistema do capital, da produção de valores de troca e do mercado.

REFERENCIAS

ALMEIDA, F. C. M. . A Qualidade do café e as certificações. **Sociedade e Desenvolvimento Rural** , v. 3, p. 3, 2009.

ALVES, G. A. P. . Toyotismo Como Ideologia Orgânica da Produção Capitalista. *Organizações e Democracia*, Marília, v. 1, n. 1, p. 3-15, 2001.

ALVES, Giovanni. 1999. Trabalho e mundialização do capital. Londrina: Práxis.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e Mudança: A organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. 114p

ANTUNES, Ricardo. 1995. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez.

_____. 2009. O novo (e precário) mundo do trabalho. São Paulo: Boitempo.

ARANDA, Darío. **De como as multinacionais controlam a produção mundial de alimentos**. Traduzido e publicado no Agroecologia e Alternativas Ecológicas, 10 de junho de 2014. Disponível em: < <http://hhenkels.blogspot.com.br/2014/07/de-como-as-multinacionais-controlam.html> > Acesso em: 15 Jan. 2015.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BERTUCCI, Jonas (2010). **A Política Nacional de Economia Solidária e as diretrizes da CONAES: Uma contribuição crítica**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt43/07_Eco_Sol_Bertucci.pdf.

BUSTAMANTE, P. M. A. C. A Fruticultura no Brasil e no Vale do São Francisco: Vantagens e Desafios. **Revista Econômica do Nordeste**. Vol. 40, nº 01, jan. - mar. 2009.

CARRASCAL Ivette Tatiana Castilla. **A construção do mercado solidário brasileiro: contribuições das redes de Economia Solidária**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Sociologia, UNB. Brasília, 2011:120 págs.

CHAYANOV, Alexander V.. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena. (orgs.). **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 133 – 163.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1994.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. In **Revista Outubro**, Nº 05. São Paulo, Instituto de Estudo Socialistas, 2000.

CHOINACKI, Luci. **Cartas marcadas: Seattle revela o caos**. In: Correio da Cidadania. Disponível em: < <http://www.correiodacidade.com.br/antigo/ed172/internacional.htm>> Acesso em: 15 fev. 2015.

CONCEICAO, A. L. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **Eisforia**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 79-91, dez. 2004.

_____, A. L. A Expansão do Agronegócio no Campo de Sergipe. **Geonordeste (UFS)**, v.02, p. 1-16, 2011.

_____, A. L. Estado, capital e a farsa da expansão do agronegócio. **Revista Meridiano**, n.02, p. 83-104, 2013.

_____, Alexandrina Luz. Jovens Andarilhos no curto ciclo do capital. João Pessoa: **Revista Okara: Geografia em debate**, 2007.

_____, D. **A produção capitalista do espaço**. 2º Ed. São Paulo: Annablume, 2006

_____. A geografia do espaço da miséria. **Scientia Plena**, Sergipe, vol. 01, n. 06, 2005

COSTA Edmilson, **A Crise Mundial, a Globalização e o Brasil**, São Paulo, Instituto Caio Prado Júnior, p. 286, 2013.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Miti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. Editora Todos os bichos, São Paulo, Brasil, p.120, 2010.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Terra vista. Brasil: EbooksBrasil, 2003.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter. **A Geografia da Acumulação: territórios da acumulação (abstrato) e da riqueza (abstrata): a espacialização da irracionalidade substantiva do capital**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe.

FLO. **Comércio Justo Módulo 1 “O que é Comércio Justo?”**. 66 p. 2006.

FONTES. Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história**. EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010, 388 p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 10º Ed. São Paulo: Loyola, 2001.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 1993.

HARVEY, D. **A Teoria Marxista do Estado**, In: HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2001. p. 75-94.

JOHNSON, Pierre W. (Org.). **Comércio justo e Solidário**. São Paulo: Instituto Polis, 2004. 192 p. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 8).

LAFORGA, Gilmar. **Economia solidária, agricultura familiar e comércio justo**: alinhando convergências, apresentando desafios. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005. 32 p.

LEMES, F. R. M. (2008). **A inserção da economia solidária no mercado: contradições e possibilidades**. *Otra Economía*, 2(2), 52-67.

LIMA, Lucas Gama. **Despindo o estratagema das Políticas de Desenvolvimento Territorial no Alto Sertão Sergipano: o (des)mascaramento da territorialização do Capital por meio da sociabilidade**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. pp. 9-46.

MARCOS, Valéria de. **Agricultura e Mercado: Impasses e Perspectivas para o Agronegócio e a produção Camponesa no Campo Latino-Americano**. In: *Campesinato e Territórios em Disputa* org. Eliane Tomiasi Paulino & João Edimilson Frabrini. 1ª Ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político . 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983, p.151 – 177.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3ª Ed.: Petrópolis: VOZES, 1986.

MARX, Karl **A Dominação Britânica na Índia. Junho de 1853**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/index.htm>> Acesso em: 15 Dez. 2014.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008..

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscrito econômico e filosófico de 1857-1958: esboços da crítica da economia política**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MASCARENHAS, Gilberto. **O Movimento do Comércio Justo e Solidário no Brasil**: entre a solidariedade e o mercado. UFRRJ-CDPA: Rio de Janeiro: 2007.

MASCARO, Alysson Leandro. **O Estado e Forma Política**. São Paulo. Boitempo, 2013.

MANDEL, Ernest. **Teoria Marxista do Estado**. Lisboa: Edições Antídoto, 1977. pp. 9-46

MESZAROS, Istvan. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, C., DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEGRETTO, Luciana Webster. **As Relações Entre A Dinâmica Pós-Moderna E O Consumo Minimalista**. 2013. Monografia - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE", 3, Serpa, 30-31 out. 1º nov. 2010. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1 ed. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007, p. 36 – 42; 43 - 65. Disponível em: <http://www.ffiich.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf>.

_____, Ariovaldo Umbelino. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá, 07 a 11 de maio de 2012.

OLIVEIRA, Sandra. **Consumo responsável: questões, desafios e guia prático para um futuro sustentável**. In: Cadernos do Comércio Justo, nº 01. 39 p. 2007.

PAULO NETTO, J. P. **Uma face contemporânea da barbárie**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL "CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE", 3, Serpa, 30-31 out. 1º nov. 2010. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 59p.

PRESSER, Mário. **Rodada do Milênio**. In: Jornal da Unicamp. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/dez99/pagina23-Ju148.html> Acesso em: 15 fev. 2015.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática. 1993

SATO, Geni Satiko. As novas regras para o mercado global: certificações de origem e qualidade para alimentos seguros. **Internext – Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 151-163, jan./jul. 2009.

SBROGLIO, Ziula. **Minimalismo x Vida Simples x Consumo Consciente x Controle Financeiro**. 2013. Disponível em: . Acesso em: 17 set. 2014.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Governo Federal**. In: Gestão Pública e Trabalho Associado: Fundamentos e perspectivas. Org Binini Édi A. etal. 1ª Ed., São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O agro-hidronegócio no Vale do São Francisco: território de produção de riqueza e subtração da riqueza da produção** 2013. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O aprisionamento do campo: a extrema espoliação da terra e do trabalho para a extração do superlucro.** In O Capital e a ocupação de terras/territórios. São Cristóvão: editora ufs, 2013, 143-164.

SOUSA, Raimunda Áurea Dias de. **O antigo e o moderno no campo brasileiro:** uma reflexão a partir da teoria agrária. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Rio de Janeiro, 2009.

STEDILE, João Pedro. **A Ofensiva das empresas transnacionais sobre a agricultura.** V conferencia internacional da VIA CAMPESSINA- Maputo, 20 a 24 de outubro de 2008. Disponível em: < <http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8246.html>> Acesso em: 15 Jan. 2015.

TEUBAL, Miguel. **O Campesinato Frente à expansão do Agronegócio na América Latina.** In: Campesinato e Territórios em Disputa org. Eliane Tomiasi Paulino, João Edimilson Frabrini. 1. ed., São Paulo: Expressão Popular: UNESP: Programa de Pós Graduação em Geografia, 2008.

ZEFERINO, Bárbara C. G. Consumo Responsável no Limite da Produção Capitalista. **Revista Convergência Crítica**, n.3, p.204-223, 2013.

A- QUESTIONÁRIO PARA ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ORGANIZAÇÃO		
Nome da Organização:		
Nome do Entrevistado:		Data:
Ano de Fundação:	Município sede:	
Municípios de Abrangência:		
Tamanho da Propriedade:	Total:	Produtiva:
Numero de trabalhadores permanentes:	Homens:	Mulheres:
SISTEMAS DE PRODUÇÃO		
Produtos comercialiados pela Empresa:_____		
Produto Exportado para o Comércio Justo: _____		
Meses de Safra: de_____até_____		
Produção:	Convencional ()	Orgânica()
Usa Insumos químicos: () Sim () Não. Em caso afirmativo, qual (is)?:		
Usa adubação orgânica () Sim () Não. Caso use, quais os adubos?		
Considerando o mercado interno e o mercado externo, qual foi a produção no ano de 2014 em toneladas:		
Considerando o mercado interno e o mercado externo, qual o valor aproximado da produção no ano de 2014 em Reais:		
A empresa possui alguma linha de crédito especial por produzir pelo comércio justo: () Sim () Não. Em caso afirmativo, qual (is)?:		
Contratação de trabalhadores: () permanentes; () parceiros; () temporários		
Se temporários para que atividades?_____		
Selos utilizados pela empresa:		

Custos com o selo Fair Trade 2014:			
PERFIL DA ORGANIZAÇÃO			
Produtos comercializados em 2015			
Produtos	Quantidade	Valor (R\$)	Destino da produção (mercados)
Custos com pagamento de taxas da certificação no ano de 2014:			
Principais exigências de qualidade para o produto ser comercializado no Comércio Justo (tipo, umidade, etc):			
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>			
Principais exigências de qualidade para o produto ser comercializado no mercado convencional (tipo, umidade, etc):			
<hr/> <hr/> <hr/> <hr/>			
Preço livre (hoje) recebido pelo produtor para o produto do Comércio Justo: R\$ ____/ ____			
No mercado convencional: R\$ ____/ ____			
Havendo demanda pelo Comércio Justo, há potencial de vender maior quantidade do produto? () Sim; Não ().			
Há adiantamento do valor da venda? () Sim; () Não. Se sim, de quanto por cento? _____ %			
Existe prêmio pago pelo comércio justo pago a empresa? _____% repassa para aos associados? _____%			
Quando esse prêmio é pago a cooperativa? _____			
Como se dá a distribuição do prêmio em relação às seguintes destinações (percentual/Importância):			
a) Projetos sociais: _____			
b) Capacitação: _____			
c) Escolas/Educação formal: _____			
c) Manutenção da Empresa: _____			
d) Investimentos na infraestrutura de produção: _____			
O relacionamento da cooperativa com o Comércio Justo poderia ser considerado como uma relação (indique a mais correta):			

a) () apenas comercial; b) () de ajuda aos produtores; c) () de parceria comercial; d) () de solidariedade
Cite quais as vantagens para a empresa em trabalhar com o Comércio Justo? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
O que deveria melhorar no Comércio Justo para favorecer mais os produtores? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>
O que deveria melhorar no Comércio Justo para favorecer mais os produtores? <hr/> <hr/> <hr/> <hr/>

B- QUESTIONÁRIO SEBRAE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ORGANIZAÇÃO	
Nome da Organização:	
Nome do Entrevistado:	Data:
Município sede:	
Municípios de Abrangência:	
PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO JUSTO	
Como iniciou por parte SEBRAE a promoção comercialização de frutas certificadas pelo comércio justo na região? Se possível o ano aproximado? ----- ----- -----	
Qual é ou qual foi a função do SEBRAE para a efetivação de comercialização de frutas certificadas pelo comércio justo? ----- ----- -----	
Teve cooperativas da fruticultura bem sucedidas com o comércio justo na região? Se sim quais? ----- -----	
Teve vantagens para as cooperativas em comercializar pelo fair trade? Se sim quais? ----- ----- -----	
As organizações que não foram bem sucedidas a que você atribui se possível citar o caso da Associação Manga Brasil? ----- ----- -----	

C - QUESTIONÁRIO PARA TRABALHADOR DE EMPRESA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DADOS BASICOS		
Nome do Entrevistado:		Data:
Escolaridade:	Município origem:	
Município de residencia:		
Tem Propriedade:	Trabalha a quanta anos na empresa:	Tipo de contrato de trabalho:
Renda aproximada:	Homens:	Mulheres:
Idade:	Faz parte de alguma organização:	Gostaria de ter acesso a terra:

Qual a função exercida por você

A renda obtida é suficiente para o sustento da família?

Você sabe o que significa comércio justo ou fair trade?

Você recebe algum premio da empresa?

Você já trabalhou em outras empresas da fruticultura?

Essa empresa possui as vantagens em relação às demais empresas?

Quais são essas vantagens?

Quais os benefícios além do salário recebido pela empresa?

Você acha seu salário aqui é superior a outras empresas da região?

Como é a relação com gerentes e proprietários da empresa?

Sofreu algum problema de saúde em decorrência do trabalho?
